

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E
POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA POLÍTICA**

AUGUSTO MACHADO ROCHA

**“MEMÓRIAS DO ARKANSAS”: REFLEXÕES SOBRE AS
ESTRURAS DA SEGREGAÇÃO E O CONTEXTO DA SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL PARA POSSÍVEIS RUPTURAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MARINGÁ
2022**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de concentração: História Política

AUGUSTO MACHADO ROCHA

“Memórias do Arkansas”: Reflexões sobre estruturas da segregação e o contexto da
Segunda Guerra Mundial para possíveis rupturas

Maringá
2022

AUGUSTO MACHADO ROCHA

“Memórias do Arkansas”: Reflexões sobre estruturas da segregação e o contexto da Segunda Guerra Mundial para possíveis rupturas

Defesa de Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito de avaliação para obtenção do título de Mestre em História (Linha de Pesquisa: História Política)
Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Maringá

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R672m Rocha, Augusto Machado
"Memórias do Arkansas" : reflexões sobre estruturas da segregação e o contexto da Segunda Guerra Mundial para possíveis rupturas / Augusto Machado Rocha. -- Maringá, PR, 2022.
126 f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Negros - Estados Unidos - História. 2. Negros - Segregação - Estados Unidos. 3. História oral. 4. Guerra Mundial, 1939-1945. I. Ferraz, Francisco César Alves, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 973

AUGUSTO MACHADO ROCHA


“Memórias do Arkansas”: Reflexões sobre estruturas da segregação e o contexto da Segunda Guerra Mundial para possíveis rupturas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.


Aprovado em: 14/12/2022

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz
Presidente/Orientador

Documento assinado digitalmente
 Flávio Limonic
Data: 15/12/2022 18:02:25-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Flávio Limonic
Membro Convidado (UNIRIO)


Prof. Dr. Flávio Thales Ribeiro Francisco
Membro Convidado (UFABC)

Maringá
2022

Este trabalho é dedicado à minha família, sem a qual jamais teria chegado neste momento e espaço.

Agradecimentos

Em um cenário onde o investimento em pesquisas, principalmente vinculadas a área das humanas, tem enfrentado uma série de cortes, torna-se necessário um agradecimento a CAPES por me permitir usufruir de uma Bolsa de Pesquisa que em muito facilitou a realização da pesquisa aqui desenvolvida. Ao mesmo tempo, torna-se imprescindível um agradecimento especial ao Professor Doutor Francisco César Alves Ferraz que desde o momento da aprovação no processo seletivo para o Mestrado mostrou-se interessado na proposta de pesquisa e desde então demonstrou um constante apoio para a finalização do trabalho aqui apresentado. Ainda, em mesmo tom, há de se agradecer os professores Flávio Thales Ribeiro Francisco (UFABC) e Sidnei José Munhoz (UEM) pela participação nas bancas de qualificação e defesa, pelos comentários e sugestões que agora enriquecem a narrativa aqui apresentada, de fato permitindo um trabalho de certo destaque.

Neste cenário, importante também agradecer ao Distrito 4670 de Rotary Internacional que, entre janeiro e março de 2020, me ofertou uma possibilidade de intercâmbio no qual tive a oportunidade de atuar junto ao *The David and Barbara Pryor Cente for Arkansas Oral and Visual History*, arquivo que deu base e fôlego para a pesquisa aqui apresentada. Assim, como ao então diretor do arquivo, Professor William “Bill” Schwab, por todo apoio e acompanhamento de meu desenvolvimento, bem como pela atenção em momento de dúvida ou questionamento.

Por fim, agradeço todos os amigos e família que acompanharam mais este passo de uma trajetória que terá, espero, ainda mais surpresas e conquistas que, se não forem compartilhadas, perdem parte de seu sentido e crédito. A todos e a todas que acreditaram ser possível chegar até aqui, meu agradecimento.

Until I am welcomed everywhere as an equal simply because I am human, I remain a warrior on a battlefield that I must not leave. I continue to be a warrior who does not cry but who instead takes action. If one person is denied equality, we are all denied equality.

— Melba Pattillo Beals

Até que eu seja recebida em todos os lugares como um igual simplesmente porque sou humano, permaneço uma guerreira em um campo de batalha do qual não devo sair. Continuo sendo uma guerreira que não chora, mas que age. Se a uma pessoa é negada a igualdade, a todos é negada a igualdade.

—Melba Pattillo Beals

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de realizar uma reflexão quanto à construção de uma representação das populações negras do Estados Unidos, levando a uma compreensão quanto a solidificação das estruturas segregacionistas, bem como de sua ruptura – tendo como pano de fundo o contexto da Segunda Guerra Mundial. Seguindo tal intenção, o primeiro capítulo realiza uma análise referente a como, no século XIX, estabeleceu-se uma estrutura que negava voz e espaço ao negro, primeiro através da escravidão e, após o fim da Reconstrução, com as leis de Jim Crow – ao lançarmos um olhar sobre as estruturas políticas de tal contexto, buscamos destacar como a voz da população negra foi pouco ouvida. No segundo capítulo começamos a trabalhar com as histórias orais que norteiam essa pesquisa, indicando a forma como se construiu uma mitologia acerca das populações negras e as formas encontradas para resistir a tal opressão, no contexto pré-Segunda Guerra Mundial. Por fim, o terceiro capítulo procura demonstrar a forma como esse conflito exacerbou diferenças e possibilidades para as populações negras, bem como a limitação das mudanças ocorridas neste contexto da guerra. A conclusão em que se chega com essa dissertação é de que, de certa forma, a Segunda Guerra Mundial, auxiliou no rompimento de um estereótipo que foi construído ao longo de mais de um século, porém, o conflito em si não gerou as mudanças necessárias, fomentando uma luta vindoura que veio a ser conhecida como os movimentos pelos direitos civis.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias do Arkansas; Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History; Segregação e Integração nos Estados Unidos; Civil Rights em um contexto de Guerra.

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on the construction of a representation of black populations in the United States, leading to an understanding of the solidification of segregationist structures, as well as their rupture - against the backdrop of the Second World War. world. Following this intention, the first chapter analyzes how, in the 19th century, a structure was established that denied the black voice and space, first through slavery and, after the end of Reconstruction, with the Jim Crow laws – by looking at the political structures of such context, we seek to highlight how the voice of the black population was little heard. In the second chapter we started to work with the oral histories that guide this research, indicating how a mythology about black populations was built and the ways found to resist such oppression, in the pre-World War II context. Finally, the third chapter seeks to demonstrate how this conflict exacerbated differences and possibilities for black populations, as well as the limitation of changes that took place in this context of war. The conclusion reached with this dissertation is that, in a way, the Second World War helped to break a stereotype that was built over more than a century, however, the conflict itself did not generate the necessary changes, fueling an upcoming struggle that came to be known as the civil rights movements.

KEYWORDS: Arkansas Memories; Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History; Segregation and Integration in the United States; Civil Rights in a Context of War.

RESUMEM

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la construcción de una representación de las poblaciones negras en los Estados Unidos, que conduzca a la comprensión de la solidificación de las estructuras segregacionistas, así como su ruptura, en el contexto de la Segunda Guerra Mundial. Siguiendo esta intención, el primer capítulo analiza cómo, en el siglo XIX, se estableció una estructura que negaba la voz y el espacio negros, primero a través de la esclavitud y, después del final de la Reconstrucción, con las leyes de Jim Crow. Estructuras políticas de tal contexto, buscamos resaltar cómo la voz de la población negra fue poco escuchada. En el segundo capítulo comenzamos a trabajar con las historias orales que guían esta investigación, indicando cómo se construyó una mitología sobre las poblaciones negras y las formas encontradas para resistir tal opresión, en el contexto anterior a la Segunda Guerra Mundial. Finalmente, el tercer capítulo busca demostrar cómo este conflicto exacerbó las diferencias y posibilidades de las poblaciones negras, así como la limitación de los cambios que se produjeron en este contexto de guerra. La conclusión a la que se llega con esta disertación es que, en cierto modo, la Segunda Guerra Mundial ayudó a romper un estereotipo que se construyó a lo largo de más de un siglo, sin embargo, el conflicto en sí no generó los cambios necesarios, alimentando una lucha venidera que venía ser conocidos como los movimientos de derechos civiles.

PALABRAS CLAVE: Memorias de Arkansas; Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History; Segregación e Integración en los Estados Unidos; Derechos civiles en un contexto de guerra.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
O Acervo do <i>The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History</i>	15
Os Rumos da Segregação e a História Política.....	17
Da Oralidade aos usos da Memória: Vozes que Resistem.....	20
Plano de Capítulos.....	24
Capítulo 01: O Nascimento de uma Nação, a Marginalização de uma População....	27
Retrospecto.....	27
A Guerra Civil e a Reconstrução.....	36
A Derrocada da Reconstrução: Oposição e Negociação Política, somada aos “cavaleiros”.....	47
Capítulo 02: O Afroamericano e a Legislação Segregacionista.....	56
O Imaginário e Mito construído sobre as populações Afroamericanas.....	56
Separados, mas iguais.....	68
A Segregação e a Década Pré-Guerra.....	77
Os Anos 1930 e os Movimentos Civis no Mundo do Trabalho.....	82
Capítulo 03: O contexto da Segunda Guerra Mundial e a Segregação Americana.....	90
Entre Significados e Possibilidades.....	90
A Dupla Vitória e seus Significados.....	92
Os Possíveis Efeitos da Segunda Guerra Mundial para a questão da Segregação, a partir das Memórias de três Veteranos.....	96
A Luta dos Veteranos Afroamericanos e seus limites.....	107
1948: O Fim da Segregação ou a Expansão de uma luta?.....	113
Conclusão.....	119
Referências Bibliográficas.....	122
Fontes.....	122
Trabalhos Citados.....	122
Trabalhos Consulados.....	125

INTRODUÇÃO

A partir do projeto Memórias do Arkansas, o objetivo desta pesquisa é o de instigar uma leitura sobre a estrutura das políticas de segregação, bem como dos processos de ruptura – tendo como enfoque principal o contexto da década de 1930 e 1940, nos Estados Unidos. Dessa forma, procuramos dialogar com formas de resistência e enfrentamento a tais políticas, bem como o espaço de voz daqueles que tiveram o contexto segregacionista imposto sobre si.

O diálogo com o contexto da Segunda Guerra Mundial dá-se em razão da efervescência cultural e política do momento, indicando os espaços e possibilidades para a população negra resistir e se reinventar. O marco de tal conflito foi escolhido pela visão de que “é óbvio que a Segunda Guerra Mundial transformou dramaticamente os Estados Unidos. Igualmente óbvio agora é o fato de que a maioria dos norte-americanos da época não compreendeu totalmente essas transformações”, como afirmou Mark Stoler (2001, p. 383). Assim, analisaremos experiências específicas, a partir das *Memórias do Arkansas*, refletindo sobre a forma como o contexto da Segunda Guerra Mundial impactou as estruturas da segregação, isso a partir do contexto de formação e execução das políticas das leis conhecidas como Jim Crow¹.

Levando-se em conta a multiplicidade de trabalhos e de possibilidades de reflexão referente a tal contexto a abordagem aqui estará pautada na seleção de memórias e seu uso para a compreensão dos anos de 1930 e 1940, bem como dos efeitos desse contexto para os movimentos civis. Em tal sentido, compreendemos que a memória é um dos principais elementos que podem ser utilizados na compreensão de eventos políticos, muitas vezes compreendidos a partir de uma escala macroscópica. Como afirma Susan Crane (1997, p. 49), “cada memória, em vez de ser um único artefato do passado ou

¹ A terminologia *Jim Crow* se repete muito ao longo deste trabalho, uma vez que estamos dialogando diretamente com as práticas segregacionistas que são conduzidas ao longo de quase um Século dentro dos Estados Unidos enquanto ferramenta estatal. De tal forma é importante indicar a origem, forma e figura que dá base para o termo pelo qual as legislações da segregação ficaram conhecidas. De tal forma é importante indicar que Jim Crow era um personagem criado para caricaturar a figura dos negros. Supõem-se que o personagem teria sido originado ao redor do ano de 1830, sendo criado por Thomas Rice, um ator branco itinerante. Importante salientar que ainda que Thomas Rice não tenha sido o primeiro artista a vestir trapos e usar cortiça queimada para escurecer o rosto para apresentar uma imitação exagerada de um afroamericano, ele se tornou a pessoa mais famosa ao fazê-lo. Assim, ao final da década de 1830, *Jim Crow* havia se tornado um epíteto pejorativo para os afroamericanos, embora, sem dúvida, não fosse tão difundido nem tão hostilmente irônico quanto alguns outros termos – porém, foi recuperado ao final do século XIX, tornando-se o apelido do compendio de legislações segregacionistas então construídas.

impressão única, é uma produção que emerge ao longo do tempo, em resposta e por meio da integração de pistas de memória e memórias”.

Percebemos que, para além das compreensões desenvolvidas por terceiros, os grandes eventos possuem um valor diferenciado para as diversas pessoas que deles participam. Se compreende que desde a integração entre diferentes etnias até o entendimento sobre acontecimentos únicos temos – normalmente – uma análise sob a ótica do macro – assim, compreendemos que o uso de memórias é fundamental para compreendermos a atuação de indivíduos para as grandes mudanças. Entendemos que a memória é mutável, sendo um elemento fundamental para entender o efeito dos diversos momentos e eventos políticos que cercam a vida das pessoas.

É em razão de tal compreensão que o ponto de partida desta pesquisa é o conjunto das memórias colhidas e salvaguardadas no *The David and Barbara Pryor Center for Oral and Visual History*, localizado no estado do Arkansas, nos Estados Unidos. Será a partir de tal acervo que iremos refletir quanto ao papel da memória relativa à opressão construída perante as comunidades negras, bem como as formas de resistência encontradas em tal contexto, para superar uma estrutura opressora de caráter quase bicentenária.

O Acervo do *The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History*

O *Pryor Center* foi criado em 1999, a pedido - e com o apoio - do antigo senador dos Estados Unidos, David Pryor - que ao longo de sua vida pública manteve e ainda preserva, um grande interesse pela história do Arkansas². A grande missão do centro é indicada como sendo a de documentar e salvaguardar a herança cultural e histórica do Arkansas, por meio da coleta de entrevistas, áudios e imagens do passado - com o grande objetivo para que sirvam de instrumentos para estudantes, professores, pesquisadores e público em geral conhecerem o seu passado, a sua história.

² David Pryor nasceu em 1934, na cidade de Camden, Arkansas - filho de uma família envolvida com o comércio, por parte de pai, e movimentos políticos e sociais, por parte de mãe (PRYOR, D; HARRELL, D. 2008, p. 22 - 33). Enquanto universitário do curso de direito, da Universidade do Arkansas, conviveu com o período do governador Orval Faubus (1910 - 1994) e de seu tenso governo em meado dos anos 1950, momento em que as movimentações contra as políticas de segregação estavam acontecendo, sendo que na década de 1960, em sua primeira legislatura estadual (pelo partido Democrata) conviveu com a tentativa de Faubus de ignorar as medidas que levavam ao fim da segregação enquanto política social (PRYOR, D; HARRELL, D. 2008, p. 116 - 149). Em 1966 foi eleito para a Casa dos Representantes dos Estados Unidos, sendo que em 1975 tornou-se o 39º governador do Arkansas. Após seu período como governador foi Senador, entre 1979 - 1997 - como narra em sua autobiografia, ainda que tenha se afastado de Washington seguiu como uma forte atuação dentro do partido democrata até 2008.

O Pryor Center é o único órgão do Estado do Arkansas a ter um programa de história oral e visual. Ao ter a missão de coletar, preservar e compartilhar vídeos, imagens e áudios relativos a história do Arkansas o trabalho do centro tem uma abrangência estadual (e que por vezes ultrapassa as fronteiras do estado) – fazendo-se presente nos 75 condados que compõem o Arkansas³.

Tendo em vista ser um Centro de História construído com enfoque na formação de um programa de história oral, a missão dos profissionais desse centro é a de coletarem memórias faladas. A construção do acervo foi desenvolvida a partir da gravação de entrevistas com os mais variados estratos sociais - que tenham ligação com a história do Arkansas. Ao construir-se uma coleção de memórias, o objetivo do Pryor Center é o de preservar um passado, múltiplo, de maneira perpétua. Conectando histórias que deram origem ao Arkansas de hoje ao mundo exterior - fazendo uso da internet e de programas educacionais, próprios da Universidade do Arkansas, de pesquisadores diversos ou de jovens, como eu.

O Pryor Center foi desenvolvido, inicialmente, pela Dra. Jeannie M. Wayne, que então era a chefe do departamento de História da Universidade do Arkansas. Entre 2007 e 2009, o centro foi administrado pelo Departamento de Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade e, entre 2010 e 2017, esteve vinculado ao escritório da “reitoria” da Universidade do Arkansas. Hoje, o centro faz parte do J. William Fulbright College of Arts and Sciences e mantém uma parceria muito próxima com o setor de Coleções Especiais e a outras unidades acadêmicas da Universidade⁴.

Todas as gravações e materiais produzidos pelo Pryor Center sobre a história e a cultura do Arkansas estão organizados, catalogados e arquivados no site do centro, já mencionado anteriormente. Atualmente, existem 13 projetos em desenvolvimento pelos diferentes profissionais que compõem a equipe do Pryor Center, bem como por pesquisadores que utilizam do espaço e das ferramentas aqui oferecidas. O foco desses

³ *The Pryor Center is the state's only oral and visual history program with a statewide, seventy-five county mission to collect, preserve, and share audio and moving image recordings of Arkansas history.* Tal propósito é percebido na introdução e ao modo de trabalho de tal centro em seu website: <https://pryorcenter.uark.edu/about.php#mission>. Acessado em 26 de setembro de 2020. Desde já indica-se: toda tradução realizada ao longo deste trabalho foi realizada pelo autor.

⁴ *The center was developed under the leadership of Dr. Jeannie M. Wayne, who was the chair of the University of Arkansas Department of History. From 2007 to 2009, the center was administered by the University Libraries' Special Collections Department and from 2010 to 2017 by the Chancellor's Office. Today the center is part of the J. William Fulbright College of Arts and Sciences and maintains close partnerships with Special Collections and other academic units across the university.* A história da formação e desenvolvimento do Pryor Center pode ser encontrada e analisada na aba about/sobre, em seu website: <https://pryorcenter.uark.edu/about.php#mission>. Acessado em 26 de setembro de 2020

treze projetos é o de oferecer um panorama sobre a experiência das pessoas que participaram da construção da história do Arkansas, em seus diversos momentos e com suas variadas vivências.

Essas entrevistas estão localizadas no site do Pryor Center, na aba voltada para esse projeto, em específico (<https://pryorcenter.uark.edu/project.php?thisProject=4>). Todas foram realizadas sob uma metodologia de história oral, sendo todas preservadas - em sua integralidade - nos arquivos, disponíveis para usos em pesquisa, como aqui está sendo feito, bem como para uma manutenção e preservação para as futuras gerações.

Visando à qualificação de nossa argumentação selecionou-se o projeto *Arkansas Memories* como ponto central, no que se refere a coleta de nossas experiências. Esse acervo conta com 117 entrevistas (número constatado no dia 03 de setembro de 2022). Para a realização desta pesquisa, buscou-se – em meio às transcrições – por memórias das décadas de 1930 e 1940 (englobando os períodos relativos a Crise de 1929, bem como o período do conflito mundial). Será a partir de tal base que desenvolveremos nossa análise sobre qual a memória de tal período, bem como o processo que levou uma mudança sociopolítica, no que se refere – principalmente – as pessoas de origem afro-americana.

Para a realização de nossa pesquisa, dentro deste acervo, ainda delimitamos a pesquisa ao uso das seguintes dos seguintes personagens entrevistados: Chester Johnson, Christopher Mercer, George Haley, Gerald Alley, Milton Crenshaw e Randall Ferguson Sr. A um primeiro olhar pode parecer problemática a escolha exclusiva por representantes do gênero masculino, porém tendo em vista o enfoque aqui buscado compreendeu-se que, no contexto do esforço da Segunda Guerra Mundial, os veteranos seriam um contingente majoritariamente masculino. Ainda, é importante frisar que a escolha por esses personagens é baseada no fato de que todos foram impactados, direta ou indiretamente, pela Segunda Guerra Mundial – ao mesmo tempo em que são representantes afro-americanos deste passado de segregação.

Os Rumos da Segregação e a História Política

A pesquisa aqui realizada vincula-se a história política ao acreditarmos que será possível analisar o registro oral inserido dentro do múltiplo contexto da primeira metade do século XX. Ao pensarmos na soma da memória individual com a memória coletiva será possível definir e compreender o momento político dos Estados Unidos dos anos 1930 e 1940.

Tal análise está baseada na percepção de que eventos de grande impacto social foram desenvolvidos por indivíduos normais, ainda que muitas vezes sejamos levados a perceber apenas o macro. Temos em mente que, como afirma José D'Assunção Barros (2011, p. 321)

lembranças poderiam ser organizadas de duas maneiras: agrupadas em torno do ponto de vista de uma só pessoa, ou se distribuindo no interior de uma determinada sociedade. Os indivíduos, desse modo, poderiam participar destes dois tipos de memória, e no caso da memória coletiva seriam capazes de se comportar como membros de um grupo de modo a evocar lembranças interpessoais.

Ou seja, a partir de nossas fontes poderemos analisar qual a memória individual deste passado, bem como o processo que deu origem a percepção coletiva de tal tempo histórico. A memória e a história política de tal contexto estão conectadas sob uma perspectiva de que tal evento teve um amplo impacto, não sendo possível ignorar as memórias dos indivíduos que dele participaram, seja de forma passiva ou ativa.

Em muitos momentos a história acabou se tornando o que “poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água”, como Yuval Harari afirmou (2019, p. 144). Assim, a memória tem valor fundamental para ilustrar o que muitas vezes os grandes eventos políticos geraram, bem como mudanças institucionais e legislativas.

Dessa maneira, a pergunta que pretendemos responder ao fim dessa pesquisa é se, de acordo com as *memórias do Arkansas*, é possível notar a mudança das relações sócio raciais a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial. Portanto, pretendemos notar quais os efeitos que tal engajamento gerou na vivência do período e se, de fato, a guerra foi vista como um momento de quebra de paradigmas e de alternância da mentalidade sócio-política referente a presença afroamericana na sociedade estadunidense.

Ao olharmos para a estrutura dos Estados Unidos de hoje é possível notar um retorno a práticas de segregação contra diversos grupos sociais, bem como a ampliação dos movimentos supremacistas brancos. Assim, é possível notar a importância de refletirmos como foram as bases de uma mudança de percepção referente ao Outro no passado, culminando na aceitação desse, de forma a entender o porquê do retorno do preconceito e da cisão sociopolítica na sociedade estadunidense.

Em um mundo perfeito, as medidas tomadas com a assinatura dos *Civil Acts*, de 1964, teriam legado uma relação estável e profunda. Porém essa não foi a realidade que encontramos no século XXI, ao percebermos o retorno da segregação e o seu

fortalecimento. Assim, ao retornarmos o olhar para um dos caminhos que impulsionaram políticas de integração queremos entender os motivadores e percepções de tal contexto, através de quem o viveu. Um dos entrevistados no *Arkansas Memories Project*, que será melhor apresentado ao longo do texto, Randall Ferguson Sr; ao ser questionado sobre “o que a Segunda Guerra fez com a vida aqui [EUA]”⁵, afirmou que ela tornou as coisas melhores, no que se refere à integração. Em tal sentido, será nossa reflexão sobre uma pergunta: o que melhorou? Assim, iremos abarcar a construção das estruturas da segregação, bem como seus efeitos e os princípios de ruptura após a Guerra.

Sob a perspectiva de Ferguson as coisas tinham que melhorar – uma vez que a doação, o perigo e a defesa realizada a partir da participação na Segunda Guerra colocaram brancos e negros juntos, com o mesmo objetivo. Logo, ao voltarem para casa, passou existir uma perspectiva para que as relações fossem levadas para um novo padrão, que superasse a segregação vigente – porém, iremos refletir se essa ruptura teria sido imediata ou apenas o princípio de uma longa luta (2009, p. 71).

Entendemos que se uma forma de segregação voltou a existir nos Estados Unidos do século XXI, torna-se fundamental entender o imaginário sociodiscursivo que foi construído sobre as “minorias” afro-americanas no passado e como deu-se uma mudança em sua significação, através de políticas e dos movimentos civis. Assim, ao analisar a memória e as alterações daquele período será possível definir quais foram, realmente, os fatores sociais que foram alterados e quais se mantiveram.

Ao colocarmos como centro de nossa pesquisa o momento pré-Segunda Guerra e os efeitos dessa se tem em mente a necessidade de reduzirmos nosso campo de análise, viabilizando a pesquisa. Assim analisaremos as falas presentes no projeto *Arkansas Memories*, desenvolvido pelo *The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History*, teremos como enfoque dois momentos: o período da Crise de 1929 até o princípio da guerra e os efeitos dessa sob a memória do Arkansas.

Ao pensarmos no período anterior à guerra teremos como foco entender o contexto sociopolítico dos residentes do já citado estado, pensando nos efeitos das políticas de segregação, bem como no que a crise representou para aquela população. Ao passo que

⁵ A transcrição e o vídeo da entrevista podem ser encontrado no site do Pryor Center: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=FERGUSON-Randall-Sr&displayName=Randall%20Ferguson%20Sr.&thisInterviewee=428>, acessado no dia 10 de outubro de 2020, o dialogo ao que nos referimos está na página 71 da transcrição da entrevista, realizada no ano de 2009: “(Q) So do you remember what life— what World War II did to life back here at home? (A) It made the relationship between the white and the black better because they had to change”.

dentre os efeitos da guerra que estarão em nossa pesquisa, temos a alteração do padrão de segregação imposto as forças armadas, de certa forma sendo um influenciador e uma base para os fortes movimentos sociais dos anos 1950 e 1960.

Em razão do exposto a pesquisa procurou compreender a formação das estruturas segregacionistas nos Estados Unidos, dando foco para uma percepção relativa ao período anterior a Segunda Guerra Mundial. De tal forma, há um olhar sobre os efeitos que o contexto desse conflito de escala mundial trouxe para as políticas que negavam liberdade e igualdade no cenário interno dos Estados Unidos.

Há uma estruturação de forma a demonstrar o histórico preconceito para com as populações afro-americanas, bem como seu continuado efeito e problemática ao longo do século XIX e até o século XX. Ao focarmos brevemente no período da Reconstrução, procurou-se apontar como foi imposto um sentimento em favor da segregação que se manteve forte até o período posterior das principais alterações legislativas de meados do século passado.

Em complemento a estruturação da segregação há o cuidado para se compreender a mitologia construída sobre as populações negras e os seus efeitos para o imaginário da nação. O uso das *memórias do Arkansas* permitirá, ainda, refletir quanto a superação das pressões advindas pelos regramentos de *Jim Crow*, no que se refere ao mundo do trabalho e as formas de superação dos efeitos da Crise de 1929, por parte das populações negras. Em decorrência de tal reflexão há uma aproximação do contexto da Segunda Guerra Mundial, ao se apontar os efeitos de tal evento para os movimentos negros e de resistência a segregação.

Da Oralidade aos usos da Memória: Vozes que Resistem

Um clássico da historiografia foi utilizado para o primeiro passado rumo a reflexão do da memória, bem como em suas problemáticas. Como Marc Bloch (2002, p. 110) apontou “as memórias mentiram mais de uma vez”, ao se referir a eventos exteriores, temos em mente que há uma grande potencialidade para seu uso, ao analisarmos um grande evento, sob a perspectiva da vivência pessoal, na esfera interna. A Segunda Guerra Mundial tornou-se um marcador do tempo sociopolítico, havendo um testemunho de sua ocorrência, seja por pessoas que dela participaram ou que viram seus efeitos ao longo da juventude ou infância. Aqui a memória não será considerada como uma “mentira”, mas ao compreendermos seus limites, ela irá nos permitir trabalhar e interagir com a percepção

individual na participação de eventos e mudanças, muitas vezes compreendidos sob uma perspectiva macro.

O marcador que será utilizado para nossa análise se origina da problemática racial que marcou a história dos Estados Unidos, a partir das políticas de segregação que separaram brancos e negros, refletindo sobre os efeitos do contexto das décadas de 1930 e 1940 para tal prática. Sob tal perspectiva, para além de uma análise do documento oral – procuramos trabalhar o conceito de história pública.

Tal vertente historiográfica pode ser entendida como aquela que ultrapassa o cerceamento da academia, buscando uma interação com o público, levando a uma interação entre historiadores e outros profissionais que acaba por facilitar a conexão entre o conhecimento e o público. Compreendemos que, como Jill Liddington afirma (2011, p. 47), o historiador público é aquele que desloca sua atenção para a audiência, com o objetivo de aumentar o acesso ao passado, visando à qualificação do debate relativo à construção da matéria histórica. Se, como François Hartog afirmou (2017, 27-28), o historiador é um ser múltiplo, em muitos momentos se tornando algo próximo a uma testemunha transmitindo a uma audiência o ocorrido, o “historiador público” é aquele que tem como norteador a ideia de uma boa comunicação com seu meio, para além de apenas “informar e discutir” a história. Em tal sentido, aqui a história pública deve ser caracterizada pela extração do conhecimento resguardado em um arquivo de história oral e em sua publicização, visando à difusão de uma memória, um conhecimento.

Compreendemos que o Pryor Center foi criado sob a perspectiva de, partindo de uma noção de história pública, gerar uma organização e divulgação da história do Arkansas, bem como sob a lógica de construir mecanismos para que o conhecimento armazenado no centro interagisse com a comunidade. Assim, combinando com a afirmação do historiador David Glassberg (1997, p. 70), esse centro de história oral e visual tem como objetivo, ao somar pesquisa e público,

entender os significados individuais encontrados no passado e seus artefatos. Enquanto os profissionais historiadores estão falando sobre ter uma interpretação de história, o público fala sobre ter um senso de história, uma perspectiva sobre o passado como cerne de quem eles são e os lugares que importam a eles.

Ou seja, o objetivo das práticas da história oral e pública, aqui praticados, tem como norteadores a compreensão do que o passado significou para as pessoas que o viveram, tal qual elas lembram - permitindo uma posterior análise dessa memória, inserida ao seu tempo histórico - como propomos aqui. Thomas Cauvin (2018, p. 5),

definiu que a história pública teria três enfoques principais: a comunicação da história para além da academia, a participação do público e a aplicação do método histórico a temas do dia a dia. Esses três norteadores são os utilizados pelo Pryor Center uma vez que há a busca pelo desenvolvimento de uma conexão entre academia e pessoas, sob uma metodologia de história oral, como forma de conhecer a visão e vida de “pessoas comuns” relativos a assuntos do cotidiano, tais como: desigualdade, problemáticas étnicas, o vasto mundo do trabalho, política, esporte e muitos outros.

O objetivo do centro, ao armazenar tais materiais, é o de: 1) propor debates e mostrar junto à comunidade a prática historiográfica e 2) possibilitar um acervo digital para o desenvolvimento de pesquisas históricas. Ao trabalhar com a metodologia da história oral o centro possibilita um foco na micro-história local, de maneira a dar voz a pessoas e narrativas que de outra forma poderiam ser esquecidas. Temos em mente que “as fontes orais nos dão informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e cultura material dessas pessoas”, como afirmou Alessandro Portelli (1997, p. 27). Assim, se compreende que a narrativa se torna o documento, o repositório de uma experiência que ao ser elevada à categoria de objeto de pesquisa permite a percepção de como uma vivência pessoal esteve inserida na categoria macro e como foi sua percepção de eventos que se tornaram históricos.

Ainda, corroborando com Alessandro Portelli (1997, p. 33), entendemos que não são, a memória e a narrativa, apenas um repositório de conhecimento experimentado e narrado em uma entrevista. A partir de tal compreensão, entende-se que o valor da história oral é o de contextualizar a memória ao contexto, compreendendo o espaço ocupado pelo indivíduo, o seu modo de agir e as forças que lhe são impostas. A construção de uma pesquisa baseada em história oral é enriquecida pela perspectiva de que mesmo tendo um fato central não há uma perspectiva igual com relação a ele, a narrativa pode ser similar, o objetivo e o interesse - porém, a ação sempre será própria do ser.

Já foi afirmado que a “entrevista de história oral é sem dúvida contingente - um momento único, com circunstâncias únicas, que produz aquele resultado único, como ocorre com muitos documentos e fontes na história” (ALBERTI, 2012, p. 165). Porém, ainda que o ato da entrevista seja único, a ação de analisar o discurso é múltipla - uma vez que, como no uso de outras fontes, dependerá dos questionamentos e proposições que lancemos sobre o material.

Ao propormos, uma análise da narrativa de quem viveu o período da segregação e demarcou a segunda guerra como um fator de mudança na divisão sociopolítica baseada na cor da pele, buscamos conectar a experiência humana do indivíduo a percepção do acontecimento macro. De tal forma, suas entrevistas serão utilizadas enquanto fontes orais para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que iniciamos nossa análise com uma reflexão pré-1930, antes de adentrarmos na vivência e experiência das mudanças desencadeadas pela guerra.

Ainda que uma das premissas da “história pública” seja a de impulsionar o diálogo do historiador com o público não acadêmico, entendemos que nossa pesquisa se encontra em tal espaço ao focar na narrativa de indivíduos que viveram e fizeram sua própria história, multiplicando o alcance de sua voz e experiência. Ainda que, na prática, não utilizemos o processo da entrevista para a construção da narrativa que permeia este trabalho, o que alicerça nosso trabalho é um competente trabalho de história oral, que possibilitou a realização, salvaguarda e transcrição das entrevistas aqui utilizadas.

Se, no passado havia uma perspectiva, como aponta Robin Blackburn (2002, p. 127), de que “os negros não eram completamente ‘homens’ no sentido imaginado; para a maioria dos brancos, eles não só eram desprovidos de competência civil (como as mulheres e crianças) ou indignos de confiança e perigosos (como os índios)”, deveremos analisar como deu-se a construção desse imaginário sociodiscursivo, de forma a entender o porquê de se demarcar a Segunda Guerra como um dos eventos que gerou uma reflexão quanto as práticas segregacionistas. Como Blackburn completa (2002, p. 127), os negros eram “essencialmente estrangeiros e primitivos, ou mesmo uma ameaça sexual à boa linhagem”, logo a desconstrução dessa ameaça, bem como a compreensão de sua formação torna-se essencial para a compreensão de tais valores.

Percebe-se como era pequeno o valor dado às comunidades negras dos Estados Unidos, uma vez que representavam o receio da mistura social e étnica, hoje vista como natural, mas no passado tido como uma grande problemática. Ainda, a ameaça sexual a dita “boa linhagem” pode ser recuperada no livro “Mulheres, *Raça e Classe*”, originalmente publicado em 1982, da pesquisadora e ativista Angela Davis.

A referida autora apresenta a reflexão da historiadora Gerda Lerner, a qual mostraria como o racismo sistêmico deu base ao mito “do estuprador negro”, uma ferramenta desenvolvida para evitar-se a miscigenação. Como Angela Davis cita (2016, p. 127), o mito do violador negro “da mulher branca é gêmeo da mulher negra má – ambos desenhados para a apologia da facilidade de continuar a exploração” dos homens e

mulheres afro-americanos”. Ou seja, o imaginário social desenvolvido sobre essas populações tinha como objetivo apontar uma ideia de real, onde os negros deveriam ser mantidos afastados, para o bem dos “cidadãos de bem”, neste caso, os brancos.

Assim, para conseguirmos trabalhar com essa ideia de imaginário sociodiscursivo iremos utilizar de Patrick Charaudeau. Tal autor aborda a ideia de “representação” sob a perspectiva de lançar luz à distinção entre os valores de “real” e “realidade”, no desenvolvimento dos imaginários sociodiscursivos. De acordo com o autor, o “real” é uma construção proveniente de imaginários desenvolvidos a partir das práticas sociais. Ainda, seguindo a perspectiva de Charaudeau os imaginários sociodiscursivos “dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2006, p. 207). Ou seja, as comunidades negras que fazem parte da história e formação dos Estados Unidos sofreram com uma definição de inferioridade proveniente do período escravocrata, porém essa foi mantida mesmo após a abolição, através da 13ª emenda, aprovada em 1864 e promulgada em 1865.

Em tal sentido, entende-se que, ao utilizarmos das memórias de populações consideradas “inferiores” naquele período, temos que trabalhar com a ideia de imaginário, refletindo quais construções foram impostas perante o grupo social dos afro-americanos. A partir de tal reflexão será possível traçar o caminho das memórias deste grande evento político que foi a Segunda Guerra Mundial para as populações afro-americanas do sul dos Estados Unidos, em especial as do estado do Arkansas.

Plano de Capítulos

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. Assim, o primeiro capítulo é intitulado como: *O Nascimento de uma Nação, a Marginalização de uma População*. Nesse momento, debruçar-nos-emos sobre a formação histórica dos princípios racistas que culminaram com as leis de Jim Crow, no final do século XIX. Ao analisarmos a construção da nação procuraremos indicar a questão definidora que foi a escravização, dividindo o país, ainda que unindo pensamentos e preconceitos. Indicando o contexto anterior a Guerra Civil é possível apontar as formas como homens e mulheres negros foram constantemente excluídos da história e política, apesar de serem considerados – integralmente – livres, após a abolição em 1865. Ponto importante do capítulo é a reflexão sobre o contexto do pós-Guerra Civil, momento no qual refletiremos quanto ao período denominado de Reconstrução e sobre os seus efeitos para as populações negras, bem

como seu rápido fim, gerando uma consolidação dos regramentos de Jim Crow nos anos 1890. Ainda, é fundamental ressaltar uma diferença entre este capítulo e os demais. Essa primeira parte da pesquisa trata de um balanço das políticas estatais que deram base para as amarras da segregação. É importante se compreender que houveram vocês ativas buscando os direitos das populações negras, sendo um dos principais expoentes Frederick Douglas – mas que para a construção das políticas e dos espaços possíveis elas não foram ouvidas ou aceitas. De tal forma, este primeiro capítulo será mais “frio” ao não trazer a voz das populações afro-americanas da mesma forma que no restante desta dissertação.

Na sequência, nosso segundo capítulo intitulado: *O Afro-americano e a Legislação Segregacionista*. Será aqui que começaremos a trabalhar diretamente com as entrevistas obtidas no acervo do *Pryor Center*. Ao mesmo tempo, ao utilizarmos de autores como Angela Davis, Chiara Bottici e Patrick Charaudeau refletiremos sobre os mitos que foram construídos ao redor das comunidades negras e os impactos de tais construções para o seu desenvolvimento e a superação das amarras da segregação. A importância deste capítulo é de, ao dar continuidade ao primeiro, refletir quanto à forma como as leis de Jim Crow rapidamente foram impostas sobre uma parcela da população e aceitas por outra, bem como os efeitos de tais acontecimentos. Ao trabalharmos a construção de um mito ao redor das comunidades afro-americanas ao longo do princípio do Século XX chegaremos ao contexto do pré-Guerra com a experiência de pessoas que buscaram por formas de fugir ou que de fato deixaram este espaço de silenciamento. Ponto fundamental deste capítulo é a percepção de que por mais que a segregação esteja relacionada a região sul dos Estados Unidos, ela também esteve presente no restante do país por muito tempo.

Por fim, nosso terceiro capítulo é intitulado: *O Contexto da Segunda Guerra Mundial e a Segregação Americana*. Será aqui que focaremos com exclusividade nas memórias dos veteranos que enfrentaram não apenas as forças do eixo, mas também a segregação dentro do exército. Ao abarcarmos os efeitos da Segunda Guerra Mundial iremos lidar com as forças e dificuldades encontradas pelos soldados negros, através de sua memória, em ações simples – muito antes de um contexto prático de conflito. Sob tal percepção refletiremos sobre a problemática da afirmação de uma luta pela liberdade perante o inimigo externo, enquanto internamente esse era um conceito ambíguo para grande parcela da população. O ponto final deste capítulo, bem como de nossa pesquisa, será a Ordem Executiva 9811 que, assinada pelo presidente Harry Truman, em 1948, abolia a segregação racial nas forças armadas. Dessa forma, refletiremos sobre ter sido a

Segunda Guerra Mundial e a ação dos veteranos fundamental para o fim da segregação ou se o que houve foi apenas um princípio de declínio de tais legislações, instigando um aumento do movimento por uma integração ampla e geral.

Capítulo 01: O Nascimento de uma Nação, a Marginalização de uma População

O presente capítulo procura realizar uma reflexão quanto à construção dos Estados Unidos e a prática de alijamento e afastamento das populações afro-americanas dos centros decisórios e representativos. Nosso objetivo é apresentar as raízes da marginalização das populações negras, seja durante o período da escravidão ou as consequências dos anos que seguiram à Reconstrução.

Antes de adentrarmos em uma análise relativa às *Memórias do Arkansas* no pré e pós Segunda Guerra, buscando compreender os efeitos desse evento para a mobilização ou incentivo aos Movimentos Cívicos devemos compreender como a sociedade estadunidense chegou em tal grau de políticas e práticas segregacionistas. Ao dividirmos o capítulo em três momentos procuramos abordar o período que vai da Independência a Guerra Civil, refletindo sobre a escravização e a negação de espaço e voz para as populações livres. Enquanto que nos dois momentos seguintes analisamos a abertura e oportunidades trazidas pela Reconstrução, bem como a forma como essa foi combatida e encerrada, fomentando na sequência a formação das políticas de “separados, mas iguais”, conhecidas popularmente como as Leis de Jim Crow. Importante frisar, como indicado na introdução, que este capítulo trará uma análise mais próxima as dimensões e políticas do Estado, do que em diálogo com o nível pessoal – como os demais trechos do texto.

Retrospecto

Antes de analisarmos a experiência da Segunda Guerra Mundial e de seus antecedentes – no que se refere à construção de uma estrutura político-social segregacionista, devemos compreender as suas origens e a quem ela buscava definir como aliado do sistema. A constituição dos Estados Unidos inicia com a frase, apontando os valores da nação

nós, o povo dos Estados Unidos, para formar uma União mais perfeita, estabelecer Justiça, assegurar tranquilidade doméstica, providenciar defesa comum, promover o Bem-Estar geral, e garantir as Bênçãos da Liberdade para nós mesmos e nossa posteridade, ordenamos e estabelecemos esta Constituição dos Estados Unidos da América⁶.

⁶ *We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.*

Porém, percebemos que ao ser escrita em 1787 e ratificada em 1788, ela não se referia ao povo como um todo, mas a uma classe de homens bem definida – excluindo de sua lógica as mulheres e outras pessoas. Mas, como é o foco de nossa análise apontamos para a forma como ao fazer referência “ao povo dos Estados Unidos” e “as Bênçãos da Liberdade” não há nenhuma percepção quanto ao papel, espaço ou noção de igualdade para as comunidades escravizadas de africanos e africanas – ainda que, como observaremos, o contexto do pós-Guerra Civil tenha aberto, ainda que brevemente, tenha aberto novas possibilidades para essa comunidades, então libertas.

É interessante notarmos que tal concepção, foi antecedida pela adaptação de significados contidos na Declaração de Independência de 1776, na qual se afirmou que como verdades auto evidentes temos as seguintes: “que todos os homens são criados iguais, que são dotados por seu Criador com certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade”⁷. A adequação realizada aqui e, posteriormente, referendada pela constituição é a de que nem todos os homens seriam iguais e de que a liberdade não caberia a todos – em razão da estrutura escravocrata que dominava o mundo colonial e manteve-se por boa parte do século XVIII, nos Estados Unidos.

Como a historiadora Susan-Mary Grant aponta em sua *História Concisa dos Estados Unidos da América* (2014, p. 136-37) ainda que a noção de liberdade, perante o colonizador britânico estivesse bem definida, ela não era percebida como um valor total ou global, mas sim restrito a um grupo. A autora aponta que “as ideologias políticas brancas – que giravam em torno de entendimentos de liberdade aparentados, mas bem distintos – e a realidade social negra raramente tomaram conhecimento uma da outra nesse período”. A partir de tal pensamento podemos perceber que no próprio nascimento da nação havia uma percepção de que essa não deveria alterar estruturas socioeconômicas, como o modelo escravocrata tão comum ao mundo colonial.

Após o processo de independência ter sido concluído definiu-se pela continuidade do modelo escravocrata de produção, porém com a instituição do federalismo e a autonomia dos regramentos estaduais internos existiram estados, principalmente, nortistas que começaram a construir possibilidades que rompessem com as amarras da escravidão. A percepção deste movimento ter se iniciado na região norte parte de uma percepção quanto a diversificação das possibilidades de vida e trabalho em um mundo

⁷ *That all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.*

mais urbano e em princípios de uma industrialização – fato que acabava por ampliar noções de liberdade e diminuir a possibilidade e uso de escravizados.

Como aponta a historiadora Nell Irvin Painter (2006), é possível notar um movimento das comunidades negras que, a partir de 1770, já começavam a buscar por sua liberdade em New England. Ao mesmo tempo, há a percepção de uma série de ações que visavam ou o fim total ou o princípio da erradicação da escravidão em pelo menos cinco estados da região norte: New Hampshire e Massachusetts (1783), Pensilvânia (1780) e Rhode Island (1784). Antes de se juntar aos Estados Unidos, como Estado, há o apontamento de quem em 1777 Vermont havia limitado o papel e uso da escravidão como sistema de produção.

A historiadora ainda aponta que a partir destes estados, em 1804 todos os estados do norte ou haviam abolido tal sistema ou estavam em vias de o fazer, a partir de diferentes regramentos. Nell Painter apontaria que New York (1799) e New Jersey (1804) teriam sido os últimos estados do norte a juntarem-se nesta proposição de ampliar a compreensão quanto ao conceito de liberdade (2006, p. 72). Porém, apesar dessa mudança, a historiadora ainda aponta para o fato de que boa parte das comunidades negras exerciam atividades sem o devido pagamento e ou em situações que podem ser consideradas como análogas ao trabalho escravo – como apontado pelo censo de 1840. Como o historiador Leon Litwack (1961, p. 261) apontou, mesmo com uma ampliação ou adaptação local de noções de liberdade para populações afro-americanas, houve uma adaptação da “concepção popular dos Estados Unidos como um país do homem branco, a antiga legislação do Congresso frequentemente excluía os negros dos direitos e privilégios federais”⁸.

Tais percepções quanto a construção e diminuição da pessoa de origem africana, entendida nesse contexto mais como propriedade como indivíduo, pode ser percebida no processo que levou a escrita e fixação da constituição, como aponta Susan-Mary Grant (2014, p. 169), ao apontar que

para apaziguar os críticos da escravidão, a Constituição estipulou que “a migração ou importação de tais pessoas que qualquer um dos estados agora existentes julgue apropriada admitir não será proibida pelo Congresso antes do ano mil oitocentos e oito”. Em suma, em 1808 o comércio exterior de escravos seria abolido.

⁸ *Reflecting the popular conception of the United States as a white man's country, early congressional legislation frequently excluded Negroes from federal rights and privileges.*

Podemos perceber aqui uma intenção de balancear diferentes perspectivas e interesses – uma vez que apesar de existirem críticos da estrutura escravocrata, muitos dos líderes da nação que estava sendo erguida eram dependentes deste sistema. Mais do que isso, ao propor uma data limite ou um prazo para conversações quanto ao término das práticas de importação de escravizados. A constituição não estaria preocupada com essa problemática social, postergando sua resolução e abrindo espaço para que ou essa fosse crítica e encerrada ou que os grandes escravocratas encontrassem formas e práticas que possibilitassem a exploração dessa mão de obra. Ainda, a historiadora Susan-Mary traz a perspectiva de imobilidade e impossibilidade que acabava imposta a essas populações, uma vez que

a fuga para um estado menos receptivo à escravidão não era uma opção para os escravos, porque a Constituição, em deferência aos defensores da escravidão, também dispôs que “nenhuma pessoa mantida a serviço ou trabalho em um estado, sob as leis do mesmo, que escapar para outro, será dispensada de tal serviço ou trabalho, mas sim entregue a pedido da parte a quem tal serviço ou trabalho for devido”. Isso – a cláusula constitucional do escravo fugitivo – deixava claro que os senhores podiam perseguir e recapturar qualquer escravo fugitivo.

Mais do que agradar aos estados do norte e suas percepções quanto a flexibilização da mão de obra, percebemos que a construção da constituição estava pautada nos interesses dos proprietários de escravizados. As adequações desenvolvidas no texto constitucional buscam agradar aqueles que eram contrários a instituição da escravidão, mas faziam isso ampliando o direito a posse, bem como o planejamento e estruturação daqueles que dependiam desse sistema. A constituição dos Estados Unidos foi moldada visando aos interesses específicos de uma classe dominante, mas mais do que isso representando algumas das maiores áreas deste novo território – tendo em vista que geograficamente o Sul facilmente suplantaria o Norte em tamanho. É justamente a manutenção e o foco na defesa de seus interesses que faz com que Susan-Mary conclua sua reflexão da seguinte forma:

Mas até isso foi insuficiente para alguns delegados sulistas {todas as flexibilizações interesses atendidos}, que queriam o braço que lhes dera a mão. Embora vissem seus escravos como propriedade, eles julgavam conveniente afirmar a humanidade deles quando o assunto era representação. Os povos nativos foram excluídos da contagem para a representação com a justificativa de que não eram taxados, mas os escravos contavam como três quintos de uma pessoa livre. O Sul, em suma, podia manter seus escravos como propriedade e ainda contá-los como pessoas.

Ou seja, para além da manutenção das estruturas escravocratas houve a busca pela definição de uma prática que pudesse se não garantir, ao menos auxiliar, para que os

estados sulistas de maioria escravocrata pudessem reforçar sua voz e poder político. É importante notarmos que de acordo com os delegados sulistas que aprovaram e formaram essa constituição, o negro – que não era considerado americano ou cidadão – era apenas uma propriedade, porém contada enquanto indivíduo para critérios censitários, visando ao direito ao voto, mas mais do que isso: uma pessoa negra contaria como meia pessoa, no que se refere ao total que definiria o número de congressistas e votos. O que tal política acabou por realizar é o que no Brasil conhecemos como voto a cabresto, onde sem entenderem ou participarem de maneira ativa do processo eleitoral – havia o desenvolvimento de práticas políticas que visavam a manutenção das estruturas e amarras sociopolíticas.

Como o historiador Robin Blackburn apontou, a construção da Declaração de Independência, somada a Constituição, não tiveram o objetivo ou o interesse de defenderem um programa de emancipação social, mas sim buscando regular uma forma de governo (2002, p. 127). Ou seja, a construção do sujeito de descendência africana – no que tange a formação da nação, não foi uma preocupação, principalmente no que se refere a direitos ou a percepções de liberdade.

Leon Litwack apontou que entre a constituição (1787-1788) e o ano de 1821, apenas em um momento houve a compreensão de os negros fossem considerados como cidadãos, para além de outras políticas que os excluía tanto da vida pública quanto do exercício de determinadas profissões. Como o autor indica, em apenas uma ocasião “a Câmara dos Representantes reconheceu momentaneamente a cidadania negra quando resolveu em 1803 ‘investigar a conveniência de conceder proteção a cidadãos americanos vindos do além-mar aos Estados Unidos, como são pessoas de cor livres’⁹. Com isso percebemos que não só os escravizados eram pouco considerados, como também a afro-americanos livres eram negados direitos e possibilidades, tão básicos quanto a própria cidadania.

Afirmamos que foi em 1820, com o Compromisso do Missouri, que a divisão entre Norte e Sul, bem como entre escravocratas e abolicionistas tornou-se mais nítida, uma vez que tal compromisso definia em quais terras (novas) seria aceita ou não a instituição da escravidão enquanto mão de obra. Ainda que tal formulação pudesse ser percebida como um princípio de divisão de ideias e políticas, há uma percepção entre historiadores

⁹ *The House of Representatives momentarily recognized Negro citizenship when it resolved in 1803 "to enquire into the expediency of granting protection to such American sea-men citizens of the United States, as are free persons of color."*

como Daniel Preston (2008), Daniel Howe (1997), Glover Moore (1953) e Harry Ammon (1971) de que a ação do presidente James Monroe (1817 - 1825) ao sancionar o compromisso garantiu a manutenção da União, neste período de expansão e desenvolvimento dos Estados Unidos, como aponta John Hammond (2019).

A reflexão produzida por Hammond ao longo de seu artigo intitulado *President, Planter, Politician: James Monroe, the Missouri Crisis, and the Politics of Slavery* (2019) aponta para a perspectiva de que a recuperação da deste contexto, denota a momentânea superação de uma crise que poderia ter causado uma Guerra Civil, tendo como causa central a escravidão. As revisões realizadas com relação a figura de James Monroe passaram a trata-lo enquanto um moderado, com tendências antiescravistas, como Hammond aponta foi esse estilo de estadista e seu compromisso para com a União que

permitiram que ele trabalhasse nos bastidores para forjar um acordo jurídico que incluía importantes restrições à escravidão. Seu acordo manteve a questão da escravidão sob controle por uma geração, até que seccionistas e rostos de massa revogaram o acordo e trouxeram a questão à tona ao forçar egoisticamente a aprovação da Lei Kansas-Nebraska em 1854. Em uma metanarrativa historiográfica de união e desunião, nação e seção, escravidão e antiescravidão, estadistas e seccionistas, Monroe foi elevado ao panteão dos estadistas do Alto Sul que valorizavam a união sobre a seção e o compromisso sobre o radicalismo na questão da escravidão (2019, p. 845)¹⁰.

A reflexão trazida por John Hammond permite a percepção de que em 1820 houve uma grande discussão relativa a continuidade ou não do modelo escravista. Mais do que isso esse debate teria como pano de fundo a integridade ou ruptura da nação, sendo escolha do então presidente a manutenção da união – ainda que com abertura e reflexão no que tange a superação de tal problemática social e política. Como o autor aponta, a questão referente a manutenção ou desconstrução das estruturas escravocratas foram silenciadas por aproximadamente trinta anos, retornando no período anterior a Guerra Civil com muita força. Porém, os antecedentes da Lei Kansas-Nebraska (1854) trouxeram um reforço a percepção de que as comunidades negras seriam inferiores e de que a instituição da escravidão seria como que um “cuidado” e “um favor” a essas comunidades.

¹⁰ *Monroe was a unionist and moderate on the slavery question, perhaps even moderately antislavery. Monroe's moderation, statesmanship, and commitment to union allowed him to work behind the scenes to forge a judicious compromise that included important restrictions on slavery. His compromise kept the slavery issue at bay for a generation, until sectionlists and doughfaces repealed the compromise and brought the issue to the fore by selfishly forcing passage of the Kansas-Nebraska Act in 1854. In a historiographical metanarrative of union and disunion, nation and section, slavery and antislavery, statesmen and sectionlists, Monroe has been elevated into the pantheon of upper-South statesmen who valued union over section and compromise over radicalism on the slavery question.*

Como congressistas e grandes escravocratas, vinculados majoritariamente aos estados do sul, procuravam defender seus interesses e ampliar o escopo da escravidão, frente a resistências das mais diversas, o próprio governo central acabou por oportunizar ferramentas que foram utilizadas nestes argumentos, a partir da realização dos censos. Como o historiador Leon Litwack (1961, p. 263), afirma

depois de 1840, os congressistas do sul podiam afirmar que o próprio governo federal oferecia provas confiáveis da influência benigna da escravidão sobre os negros. O Sexto Censo dos Estados Unidos, lançado em 1841, enumerou pela primeira vez os doentes mentais e deficientes - ou "loucos e idiotas" como eram então oficialmente descritos - e continha a surpreendente revelação de que sua prevalência entre negros livres era de cerca de onze vezes maior do que entre os escravos. Nos estados do sul, a proporção de insanos ou idiotas entre a população negra era de um para cada 1.558; nos estados do norte, era um para cada 144.5.7 Na verdade, a frequência dessas aflições entre os negros diminuiu de Maine a Louisiana com precisão matemática virtual¹¹.

O que percebemos através de tal citação é que sem um olhar aprofundado, o censo tornou-se uma ferramenta de apoio para os escravocratas ao apresentar dados fechados no que tange a saúde mental das populações – propondo indicativos no que se refere as populações de origem africana. A partir do sexto censo há uma possibilidade de refletir sobre o impacto de diferentes formas de dominação social e de coerção da população, que ao serem exercidas acabam por influenciar e prejudicar a estabilidade emocional e psicológica dos indivíduos. A apropriação desses indicadores por parte dos congressistas e escravocratas do sul tinha como objetivo a demonstração de que os maiores números do que então era conhecido como “loucura” afligiam as populações negras que estavam alheias ao sistema escravocrata.

É a partir da construção desse tipo de argumentação, sem refletir quanto as dificuldades encontradas por homens e mulheres de origem africana para se inserirem no espaço urbano e em processo de industrialização do Norte, que começaria a fomentar uma percepção definidora da inferioridade das populações negras, construção que era afirmada como “científica”. Exemplo disto é a percepção do médico Edward Jarvis. Ao analisar o censo, o mesmo deparou-se com a seguinte problemática: havia um maior número de “loucos”, do que de fato havia em número de população de origem africana nessas regiões

¹¹ *After 1840, southern Congressmen could assert that the federal government itself offered authoritative proof of the benign influence of slavery on Negroes. The Sixth Census of the United States, released in 1841, enumerated for the first time the mentally diseased and defective-or "insane and idiots" as they were then officially described-and contained the startling revelation that their prevalence among free Negroes was about eleven times higher than among slaves. In the southern states, the ratio of insane or idiotic among the Negro population stood at one to every 1,558; in the northern states, it was one to every 144.5.7 In fact, the frequency of these afflictions among Negroes decreased from Maine to Louisiana with virtual mathematical precision.*

(LITWACK, 1961, p. 266). Com esse fato em mente se compreende que em muitos momentos os dados de uma pesquisa censitária neste período, bem como os interesses envolvidos com os resultados, tinham a grande possibilidade de impactarem e alterarem os valores encontrados – nesse caso, a vinculação de uma ideia de loucura em paralelo com determinada população. Reafirmando tal percepção Litwack recupera afirmação feita pelo jornal de Boston, *The Liberator*, publicada em 18 de agosto de 1843: “a notável prevalência de insanidade entre os negros dos Estados livres. . . existe apenas no erro do censo”¹².

Assim, ainda que o censo tivesse como grande objetivo dar a conhecer a população dos Estados Unidos, ele foi usado e adaptado – gerando e assumindo um erro, como exemplo da inferioridade que estaria contida nas comunidades negras. Litwack ainda citaria um congressista do estado da Geórgia que mesmo percebendo as incorreções do censo e a problemática que isso trazia, percebida o erro como algo positivo ao dizer que: “é algo muito bom que nossos políticos não podem desistir. Eles prepararam discursos com base nisso, que não podiam perder”, ao fazer referência a discursos e políticas contrárias a abolição (1961, p. 268).

Esse debate sobre as amarras que a escravidão trazia, suas problemáticas e formas de justificar um local social para os negros que “aceitasse” sua condição de inferior perduraram ao longo dos anos 1840 e 1850. Construções e erros como os cometidos pelo censo de 1841, mesmo que criticados por alguns, serviam como ferramentas e argumentos – defendidos como científicos – em uma busca por diminuir o valor de negros e negras, podendo ser considerada uma das bases que possibilitam a construção e fomento de percepções que hoje compreendemos enquanto racistas. É importante registrar também que, como Litwack aponta o debate acerca da expansão ou não da escravidão, ao longo dos anos 1840 e 1850, tiveram pouco valor prático para o “progresso político ou econômico dos negros do norte. A maioria dos defensores da restrição à escravidão tentou deixar claro que sua preocupação não era com a situação do negro, mas com o bem-estar da raça branca”¹³. Ou seja, é importante compreendermos que mesmo que os estados nortistas tivessem uma preocupação para com o fim da escravidão, essa não se devia ao

¹² *The remarkable prevalence of insanity among the colored people of the free States . . . exists only in the error of the census.*

¹³ *The Congressional debates on slavery expansion in the 1840's and 1850's had little significance for the political or economic progress of northern Negroes. Most proponents of slavery restriction tried to make it clear that their concern was not for the plight of the Negro but for the welfare of the white race.*

bem-estar e aos ideais de liberdade para com as populações oprimidas, mas sim com suas próprias possibilidades de ganho e a condição de ascensão do homem branco.

A década de 1850, antecedendo as mudanças que as mudanças que a Guerra Civil traria, gerou dois fatos que fizeram com que o debate em torno do tema escravidão e quem/quais direitos a pessoa de origem africana teria, se de fato seria cidadã, voltaram ao centro do debate. A primeira destas duas ocorrências foi o Kansas-Nebraska Act, inicialmente visando tratar da expansão ferroviária que ligaria leste e oeste, deixou que este ponto fosse secundarizado frente a problemática sobre como seria apontada a permissão ou não da escravidão nestes territórios.

A problemática trazida por esse ato foi o rompimento do Compromisso do Missouri, no que se refere a divisão e concordância de quais estados estariam de acordo com o uso de escravizados e quais teriam legislação contrária a tal prática. Como é apresentado pelo Senado dos Estados Unidos:

A Lei Kansas-Nebraska revogou o Compromisso de Missouri, criou dois novos territórios e permitiu a soberania popular [para a determinação da presença ou não da escravidão]. Também produziu uma revolta violenta conhecida como “Bleeding Kansas”, quando ativistas pró-escravidão e ante escravidão inundaram os territórios para influenciar o voto. Seguiu-se a turbulência política, destruindo os resquícios da velha coalizão Whig e levando à criação do novo Partido Republicano. Stephen Douglas havia elogiado seu projeto de lei como um acordo pacífico para as questões nacionais, mas o que ele produziu foi o prelúdio de uma guerra civil¹⁴ (US Senate).

Logo, um projeto de lei visando ao desenvolvimento ferroviária da nação, tornou-se o catalisador de problemáticas sociais que colocaram em evidência a instituição escravocrata. Manifestantes a favor e contrários à escravidão envolveram-se em diversos confrontos na região até o ano de 1861, momento em que a Guerra Civil se inicia e a discussão relativa a escravidão é ampliada, até o ponto que encontra seu fim. O que o Compromisso do Missouri retardou, retornou com força e renovou-se com a lei Kansas-Nebraska, opondo duas visões de nação – dois modos de desenvolvimento. Porém, ponto importante para refletirmos é a percepção de que nesse processo pouco foram ouvidas as pessoas que tinham descendência africana – fato que pode ser compreendido a partir da decisão do caso Dred Scott.

¹⁴ The Kansas-Nebraska Act repealed the Missouri Compromise, created two new territories, and allowed for popular sovereignty. It also produced a violent uprising known as “Bleeding Kansas,” as proslavery and antislavery activists flooded into the territories to sway the vote. Political turmoil followed, destroying the remnants of the old Whig coalition and leading to the creation of the new Republican Party. Stephen Douglas had touted his bill as a peaceful settlement of national issues, but what it produced was a prelude to civil war.

Como Leon Litwack afirmou, se havia antes de 1857 alguma incerteza relativa aos “direitos constitucionais dos negros, ela foi finalmente dissipada pela decisão da Suprema Corte em *Dred Scott v. Sanford*. O Compromisso de Missouri e a cidadania negra foram ambos considerados inconstitucionais” (1961, p. 275). Com isso, queremos apontar que o caso de *Dred Scott*, em 1857, tornou-se o marco no qual a Suprema Corte dos Estados Unidos negou o direito à cidadania das populações negras.

Dred Scott era escravizado por Jonh Scott Emerson, que o havia adquirido em Saint Louis (Missouri) – apesar de posteriormente ter fixado residência em estados como Illinois e Minnesota, locais em que a escravidão era ilegal. Justamente por ter vivido em espaços que não permitiam a escravidão *Dred Scott* pleiteou, sua liberdade – justificando ter sido mantido, junto à sua esposa, enquanto escravizado em territórios que não permitiam tal prática. Apesar de uma breve vitória, em 1850, sob o argumento que por terem habitado em territórios livres, não deveriam ser escravizados a decisão foi revisada ao longo da década de 1850, chegando a Suprema Corte em 1857 que definiu que o direito à propriedade viria antes do direito à liberdade - uma vez que se a liberdade de Scott fosse dada, haveria um ferimento ao direito de posse do seu dono.

Ainda que Scott fosse libertado ao longo do ano de 1857, a decisão da Suprema Corte, por maioria, indicou que nem ele, nem qualquer pessoa de origem africana poderia requisitar a nacionalidade estadunidense. Assim, percebemos que o Estados Unidos do período anterior a Guerra Civil se encontrava em um processo de constante polvorosa e divisão interna, sendo a questão da escravidão um dos grandes polos de debate deste contexto. É importante refletirmos que tal problemática não vinha necessariamente acompanhada de uma perspectiva de liberdade para os escravizados e de amplos direitos, sendo mais compreendida como ferramenta para ampliar as possibilidades industriais e econômicas. Esse debate e problemáticas, geraram grandes transformações que passam pela compreensão dos eventos que geraram a Guerra de Secessão, bem como com o processo de Reconstrução, apresentando novos direitos para as populações negras, porém somados a uma crescente repressão, por parte das populações brancas.

A Guerra Civil e a Reconstrução

A Guerra de Secessão entre Norte e Sul não foi um conflito surgido da noite para o dia, mas é elemento constituinte daquele conturbado período da história americana – ainda que a discussão sobre a continuidade ou não da escravização não fosse a única fomentadora do conflito, acabou se tornando primordial em seu decorrer. O único

presidente dos Estados Confederados, Jefferson Davis, em sua obra *The Rise and Fall of the Confederate Government*, buscou ilustrar a dualidade que representava essa instituição, ao apontar o que estaria em evidência para os estados do Norte, na defesa do fim da escravidão – ao apontar que

Os escravos, no entanto, eram numerosos nos estados do sul e muito poucos nos estados do norte. Essa diversidade foi ocasionada por diferenças de clima, solo e interesses industriais - não em qualquer grau por considerações morais, que naquele período não eram reconhecidas como um elemento da questão. Era simplesmente porque a mão-de-obra negra era mais lucrativa no Sul do que no Norte que a importação de escravos negros continuava a ser direcionada principalmente para os portos do sul. Pela mesma razão, a escravidão foi abolida pelos estados da seção Norte (embora tenha existido em vários deles por mais de cinquenta anos após a adoção da Constituição), enquanto a importação de escravos para o Sul continuou a ser realizada pelo Norte mercadores e navios do Norte, sem interferência no tráfego de qualquer quadrante, até que fosse proibido pela ação espontânea dos próprios estados do Sul (1990, p. 28)¹⁵.

Por esse texto percebemos que havia uma perspectiva de apontar que o interesse do Norte, pelo fim da escravidão, estava vinculado a interesses econômicos mais do que sociais. Davis tinha como objetivo, tendo em vista seu papel ao longo da Secessão, apontar que a União não seria mais nobre ou justa do que os estados Confederados, de certa forma justificando que seriam esses os estados que mais lucravam com a instituição escravocrata, em detrimento do sul.

Jefferson Davis ainda argumentaria que muito demorou para que os estados do Norte abolissem a escravidão – porém, cabe ressaltar que em 1860 – ano anterior à guerra – apenas três estados de tal região ainda permitiam a escravidão: Delaware, Missouri e Kentucky. Ainda, trinta e oito anos após a Constituição, ou seja, em 1821 somar-se-ia a nossa listagem de estados que permitiam a escravidão apenas Maryland – o que acaba por demonstrar um certo esvaziamento do argumento de Davis, ainda que seja necessário refletirmos que de fato, o Norte não buscava – em parte – o fim da escravização em razão de uma bússola moral, ao pensar em uma ampliação de acesso a produtos e à mão de obra, bem como a possibilidade de ascensão econômica.

¹⁵ *The slaves, however, were numerous in the Southern, and very few in the Northern, states. This diversity was occasioned by differences of climate, soil, and industrial interests—not in any degree by moral considerations, which at that period were not recognized as an element in the question. It was simply because negro labor was more profitable in the South than in the North that the importation of negro slaves had been, and continued to be, chiefly directed to the Southern ports. For the same reason slavery was abolished by the states of the Northern section (though it existed in several of them for more than fifty years after the adoption of the Constitution), while the importation of slaves into the South continued to be carried on by Northern merchants and Northern ships, without interference in the traffic from any quarter, until it was prohibited by the spontaneous action of the Southern states themselves.*

Porém, a exagerada simplificação de Davis não corresponde aos fatos, pois como Susan-Mary Grant aponta se a escravidão “definia o modo de vida sulista branco; nas palavras de Hammond, ela era a base da ‘harmonia da sua política e instituições sociais’”, enquanto que para a União ela “seria mais do que um sistema de trabalho para o Norte. Ela era, para os abolicionistas, uma afronta moral. Para outros, tratava-se de um sistema feudal anacrônico [...] que atravancaria o crescimento e o desenvolvimento” (2014, p. 207). Ou seja, a escravidão representava algo múltiplo e era baseada em interesses diversos, ainda que estivesse mais vinculada à realidade do Sul. Para muitas pessoas do Norte a escravidão poderia até não representar um grande problema, como Jefferson Davis procurava argumentar – porém para outras tornou-se uma forte bandeira e grande argumento enquanto entrava para o futuro, tanto no campo econômico quanto no social.

Como aponta o historiador Thomas Bender (2011, p. 165), ao longo desse conflitante período que culminou com a guerra “o Sul começou a defender a escravidão como instituição permanente e positiva. [...] O Sul podia ter permanecido protegido das noções que desafiavam essa posição; mas ao se sentir ameaçado, impôs um bloqueio intelectual, impedindo obras de caráter abolicionista em seus territórios”. Ou seja, a própria reflexão ou valores de uma sociedade livre eram impedidos de circularem no Sul, apontando que o cerceamento de tal conteúdo permitia a circulação de ideias como as veiculadas a partir do censo de 1841, como já apontado, bem como a exposição de noções e percepções dos líderes da Confederação, como Davis, enquanto verdade.

Entrando, a partir do que início da Guerra de Secessão, iniciada em abril de 1861 e que teve como estopim a eleição e posse de Lincoln como presidente dos Estados Unidos, a questão da continuidade ou rompimento das amarras da sociedade escravocrata de fato tornaram-se um eixo central, dentro do conflito. Como aponta a historiadora Mary-Stuart, com o desenrolar dos primeiros momentos da luta houve a percepção da necessidade de “extirpar a raiz profunda da secessão e Guerra Civil resultante; tinha de abolir a escravidão. Somente isso preservaria a União a longo prazo, presumindo, é claro, que antes disso, o sucesso militar a preservasse” (2014, p. 209). Com isso apontamos a dupla batalha que tal confronto representou, por um lado um confronto entre duas percepções político-sociais opostas, por outro uma luta pela liberdade final.

É importante a compreensão de que tal cisão tinha como intuito a liberdade do trato político e social para o Sul, enquanto a manutenção da União para o Norte – fator que tinha como expoente a questão da escravidão ou não, ponto central, mas diluído entre amplas disputas. A aceitação de regimentos militares compostos por homens de origem

africana gerou grandes debates ao longo da guerra, enquanto no Sul tal possibilidade era afastada, sob pena de perder-se o argumento da inferioridade negra, bem como do receio de armar escravizados, no Norte ela era vista com receio, ainda que desde 1862 se registrassem regimentos negros extraoficiais. É nesse contexto que surge, a partir do partido Republicado, de Lincoln, a percepção da emancipação dos escravizados dos estados separatistas – tal medida, hoje, pode ser percebida como um esforço militar, antes de ser uma atitude moral ou libertária.

Foi essa proposição de emancipação da mão de obra escravizada que, apesar de não ser amplamente aceita junto as forças da União, começou por esvaziar e diminuir o poder e a produção da região sulista – uma vez que com o avançar das forças militares do Norte sobre o Sul havia um abandono de fazendas e outros espaços preenchidos pelas populações até então escravizadas. A Secessão para além da guerra, gerou o desenvolvimento de políticas voltadas para o interesse econômico e social, um passo que levaria a nação para sua ampla industrialização. Ao mesmo tempo, o esvaziamento das práticas e proposições sulistas acabaram por fomentar a possibilidade de ruptura entre o modelo e divisão social e econômica anterior a 1861: a instituição escravocrata.

Com a proclamação da emancipação de escravizados em estados ainda separados e ativos na Guerra Civil em 1863, o próximo passo desta movimentação é simbolizado pelo próprio fim das amarras da escravidão, alcançado através da promulgação da Décima Terceira Emenda da Constituição, debatida ao longo de 1864 e determinada no ano seguinte. Esse texto de alteração e atualização constitucional determinava, em duas sessões que:

1) Nem escravidão nem servidão involuntária, exceto como punição por crime pelo qual a parte tenha sido devidamente condenada, poderá existir nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição; e 2) O Congresso terá poderes para fazer cumprir este artigo por meio de legislação apropriada¹⁶.

Essa emenda, em suas duas sessões, pode ser considerada como a base para o que viria a ser o período da Reconstrução em uma sociedade agora livre da escravidão. O texto foi ratificado, até 1870, pela maioria dos estados envolvidos na Guerra Civil, uma vez que os territórios ao se tornarem estado – após 1865 – já estavam atrelados à inexistência das estruturas escravocratas. As últimas ratificações à 13ª Emenda ocorreram

¹⁶ US Constitution, 13th Amendment: **Section 1.** Neither slavery nor involuntary servitude, except as a punishment for crime whereof the party shall have been duly convicted, shall exist within the United States, or any place subject to their jurisdiction. **Section 2.** Congress shall have power to enforce this article by appropriate legislation.

em Delaware e Kentucky, respectivamente em 1901 e 1976 – uma vez que inicialmente a aceitação a emenda havia sido rejeitada nos estados, mas imposta pela União.

Um caso emblemático no que se refere a esse texto é o do Mississippi que veio a ratificar a emenda apenas em 2013, após rejeitá-la no século XIX¹⁷. A importância de refletirmos quanto a essa informação é de se perceber que as estruturas escravocratas haviam encontrado o seu fim, mas pouco ou nada se falou sobre a continuidade ou ruptura de ideias e concepções racistas. Como a historiadora Amy Dru Stanley aponta, houve com a Décima Terceira Emenda, a busca pelo fim da escravidão, mas também uma reflexão quanto ao que a liberdade deveria proibir – referindo-se a “erros tão desumanizadores que podem ser considerados escravidão” (2010, p. 734). Ou seja, a autora percebe que por trás do debate que acabou por findar com a escravidão oficial, buscou por determinar o fim de tal prática no mundo do trabalho – porém ainda deixava aberta uma série de pontos que acabavam por gerar uma continuidade na exploração e na manutenção de preconceitos.

É em tal sentido que a 13ª Emenda pode ser percebida como uma pedra angular das políticas de Reconstrução – ao pensarmos no fim das amarras de um sistema que dividia opiniões e percepções ao longo do país e que, ainda que não fosse o único ou principal ponto da Guerra Civil, foi fundamental para o conflito. Porém, para além da necessidade de recuperar um território devastado pela guerra e pela perda socioeconômica havia uma percepção de que apenas o fim da escravização não eliminava o problema e as diferenças entre a população branca e negra – vide o aceite a negação a cidadania, resquício da decisão contra *Dred Scott*, em 1857.

Nesse sentido, duas emendas complementares foram aprovadas – impactando e dando novos direitos para os afro-americanos, ao mesmo tempo que a própria noção de cidadania era ampliada. A Décima Quarta Emenda, aprovada em 1868 – onze anos após o caso *Dred Scott* – teve como objetivo ampliar o significado e o pertencimento à nação, ou seja, buscava indicar e legislar quanto a cidadania. Ainda que o seu contexto tenha

¹⁷ O caso da ratificação da 13ª Emenda da Constituição pode ser considerado quase como que uma curiosidade, porém demonstra a difícil aceitação que o fim da escravidão manteve em muitos territórios – bem como a continuidade de amarras a antigas concepções quanto a inferioridade e problemática vinculadas as populações de origem africana. Como a reportagem de Stephanie Condon, para a CBS News, em 18 de fevereiro de 2013, aponta que apenas após um residente do estado assistir ao filme *Lincoln* (2012), de Steven Spielberg, notou-se que após um problema de registro em uma tentativa de ratificar a Emenda em 1995 o Mississippi ainda não havia aceito a proposição do texto. Ainda que este seja um caso singular, vinculado a um erro de registro, é fundamental percebermos que ainda que o fim da escravidão fosse definitivo não havia uma aceitação total a tal prática, bem como houve o desenvolvimento de outras políticas e ações visando “amarrar” a população de origem africana como que em um status inferior – no que seria oficializado enquanto a política de “separados, mas iguais”.

sido amplo, tal emenda tornou-se um marco no que se refere ao aceite, pelo legislativo federal, do pertencimento dos afro-americanos como cidadãos dos Estados Unidos.

O contexto desta emenda já é o da Reconstrução, demarcada por historiadores – como Loryn Clauson (2019) – como tendo se iniciado com a 13ª Emenda assinada por Lincoln, que tornava oficial o fim da instituição escravocrata. Porém, com o assassinato desse presidente, seu sucessor – Andrew Johnson – era considerado, por boa parte dos republicanos defensores não só do fim da escravidão, mas da equiparação de direitos – muito alinhado com os sulistas e as suas políticas aceitariam e perdoariam muito rapidamente esses (CLAUSON, 2019, p. 125). Maior exemplo de tal percepção é o fato de que Andrew Johnson foi o primeiro presidente dos Estados Unidos a sofrer um processo de impeachment, visando uma maior adequação das políticas de reconstrução com o ímpeto e percepção de parte dos republicanos dos territórios do norte, como apontam os historiadores Donald Heidenreich (2018) e Laurie Hilstrom (2016)¹⁸.

Assim, percebemos que o contexto da Décima Quarta Emenda tinha como intuito evitar um retorno de valores anteriores a Guerra Civil, o que somado as políticas e práticas de Johnson apontavam para a continuidade da divisão da nação, ainda que em um diferente grau e forma. Como apontam os historiadores Paul e Melissa Teed (2015, p. xxxvi):

um exame mais atento das lutas por raça e escravidão sugere um alto grau de continuidade entre os debates da Guerra Civil e dos anos da Reconstrução. A instituição da escravidão do Sul, a cultura da nação maior de supremacia racial e a defesa violenta de ambos os sistemas permaneceram centrais para a crise que assolou os Estados Unidos em todo o período entre 1850 e 1877¹⁹.

Como é possível depreender a citação acima, a Reconstrução procurou por romper com o passado, levando ao desenvolvimento de novos horizontes e com práticas diferenciadas. Porém, como percebemos, o conflito e sessão que levou a Guerra Civil ainda estavam presentes nas palavras e modos de agir. O aceite ao Outro não foi fácil ou simples, como podemos ser levados a pensar, para então terem sido rompidos pela oficialização das políticas de “separados, mas iguais” na década de 1890. Como concluíram Paul e Melissa Teed (2015, p. xxxvi): “como uma extensão da luta da Guerra

¹⁸ O contexto do Impeachment de Andrew Johnson é o relativo a Reconstrução. As políticas do mesmo eram pautadas em uma tentativa de manutenção do status quo, distanciando-se da percepção política do Norte vencedor, que buscava por criar um novo Sul a sua própria imagem.

¹⁹ *A closer look at the struggles over race and slavery suggests a high degree of continuity between the debates of the Civil War and Reconstruction years. The South's institution of slavery, the larger nation's culture of white racial supremacy, and the violent defense of both systems remained central to the crisis that beset the United States in the entire period between 1850 and 1877.*

Civil sobre raça, cidadania e poder, a era da Reconstrução testemunhou explosões extraordinárias de violência que lembraram os participantes dos campos de batalha de um conflito que supostamente estava encerrado”²⁰.

As práticas desenvolvidas pelo Norte, para “controlar” e “adaptar” o Sul ao novo país que estava sendo construído seguiram uma teia de conflitos que ainda que não tenham gerado uma nova guerra, demonstravam a divisão social e o fato da vitória da União não ter significado o fim dos preconceitos e do mito da inferioridade do negro. Um ponto que teria ampliado tais tensões e influenciado uma série de movimentos, não apenas no Sul, mas até no movimento feminista como aponta Angela Davis (2016), foi a promulgação da Décima Quinta Emenda, que dava aos afro-americanos o direito ao voto, em 1870.

O texto desta alteração constitucional contava com duas sessões, claras e diretas. O primeiro trecho apontava que “ O direito dos cidadãos dos Estados Unidos de votar não será negado ou restringido pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado devido à raça, cor ou condição anterior de servidão”²¹. Naquele momento foi percebido que o contexto de “imposição” de medidas que visavam a superar as amarras da escravidão se ampliaram, havendo uma diminuição de esforços – políticos – em direção contrária, muito disso se deu com o governo de Ulysses S. Grant, presidente entre 1869 e 1877. Foi durante o seu governo que a Reconstrução atingiu o auge, ainda que permeado por indícios de corrupção. Nesse contexto, foi também estabelecida a medida que colocava o legislativo nacional frente ao local, ao determinar que o direito amplo e irrestrito ao voto deveria ser acatado e respeitado, sendo papel do Congresso garanti-lo, como aponta a segunda sessão deste texto constitucional: “O Congresso terá poderes para fazer cumprir este artigo por meio de legislação apropriada”²². Ou seja, o somatório da 13^a, 14^a e 15^a Emendas tinham como objetivo garantir direitos fundamentais, baseados na liberdade e na igualdade, uma forma de – de certa forma – corrigir o passado, mas principalmente de impulsionar o futuro. Porém, é necessário ter em mente que mesmo que a segunda parte da Décima Quinta Emenda determine o efetivo papel do Congresso para fazer cumprir o texto

²⁰ *As an extension of the Civil War's struggle over race, citizenship, and power, the Reconstruction era witnessed extraordinary outbursts of violence that reminded participants of the battlefields of a conflict that was supposed to be over.*

²¹ *Section 1. The right of citizens of the United States to vote shall not be denied or abridged by the United States or by any State on account of race, color, or previous condition of servitude.*

²² *Section 2. The Congress shall have power to enforce this article by appropriate legislation.*

constitucional, não foi com total efetividade que tais textos foram colocados em prática. Como apontou Loryn Clauson (2019, p. 131),

no entanto, como aconteceu com a Décima Terceira e a Décima Quarta Emendas, a Décima Quinta Emenda ficou aquém de prometer proteção total. Não protegeu contra testes de alfabetização, propriedade ou educacionais. Essas qualificações de voto foram instituídas para impedir que os ex-escravos votassem. Esse método, junto com a intimidação flagrante do Klan, afetou diretamente as eleições estaduais e federais²³.

Ou seja, é percebido uma tentativa dos detentores do poder federal – majoritariamente oriundos do Norte e membros do partido republicano – de gerarem uma mudança de fato na sociedade. Porém, tais alterações foram em muitos momentos barradas e atacadas por grupos contrários a uma igualdade ampla, seja através de uma ação física como as agressões promovidas pela Ku Klux Klan ou políticas como a instituição dos Códigos Negros, ainda durante a Confederação. Para além das emendas constitucionais, ainda foram promulgados quatro atos visando a Reconstrução (1867 – 1868), como apontou Jared Peatman (2015), que visavam remover antigos oficiais e políticos confederados de seus postos, bem como impedir um retorno de práticas políticas de separação baseadas em aspectos raciais.

Sob tal aspecto percebemos que a Reconstrução foi desenvolvida nos anos 1860, durante e imediatamente após a Guerra Civil, ela foi imposta nos estados sulistas que em muitos casos ainda tinham uma aversão muito grande ao proposto pela União. Ainda que ao final desta década todos os antigos estados Confederados tenham retornado à unidade do país, levando a uma falta de necessidade da perpetuação de novos atos ou legislações voltadas para a reconstrução (PEATMAN, 2015, p. 271). Ainda assim, esse foi um movimento e um tipo de prática que perdurou ao longo dos anos 1870 – ao mesmo tempo em que ao abrir possibilidades para as comunidades afro-americanas, gerou uma série de enfrentamentos e oposições.

Não obstante o anteriormente exposto, antes mesmo da ruptura da Reconstrução, marcada pelo ano de 1877, houve de fato a ocupação, por parte das comunidades negras, de espaços que antes lhes eram negados. Prova disso é o discurso e lei, apresentado pelo presidente Ulysses Grant, em 1873, no qual se buscava determinar a proibição da discriminação contra indivíduos, baseada na raça, em espaços públicos e de

²³ *However, as with the Thirteenth and Fourteenth Amendments, the Fifteenth Amendment fell short of promising full protection. It did not guard against literacy, property, or educational tests. These voting qualifications had been instituted by prevent the former slaves from voting. This method along with the Klan's blatant intimidation directly affected the state and federal elections.*

entretenimento. Ainda que o Congresso tenha esvaziado a lei, tornando uma necessidade que homens e mulheres negros entrassem na justiça pelos seus direitos, foi uma medida que buscava pela correção social, como aponta Loryn Clauson (2019, p. 132).

Mesmo com a efetivação, em muitos estados, dos *Black Codes*, que serão melhor analisados na sequência, que visavam cercear as liberdades políticas dos antigos escravizados, com a Décima Quinta Emenda este grupo começou a ocupar e ter voz nos espaços públicos. Como aponta a historiadora Laurie Hillstrom (2016, p. 55): “embora alguns sulistas brancos expressassem reservas sobre a participação afro-americana nas convenções, muitos delegados negros conquistaram o respeito de seus colegas brancos”²⁴. Ou seja, diferentemente do que muitos dos sulistas – principalmente – acreditavam os delegados e representantes eleitos, a partir das comunidades negras, não buscavam um revanchismo contra aqueles que os haviam escravizados, mas defendiam políticas, direitos e melhorias para suas comunidades e para o país como um todo.

Como o sociólogo William Du Bois cita em sua obra *Black Reconstruction in America: 1860-1880*, o jornal Daily News de Charleston, na Carolina do Sul, teria afirmado o seguinte quanto à participação de políticos afro-americanos:

sem dúvida, os melhores homens da convenção são os membros negros. Considerando as influências sob as quais foram convocados, e seu conhecimento imperfeito da lei parlamentar, eles demonstraram, em sua maioria, moderação e dignidade notáveis. Eles se reuniram não para puxar fios como alguns, nem para ganhar dinheiro como outros; mas para legislar para o bem-estar da raça a que pertencem²⁵ (1999, p. x).

Com isso, percebemos o impacto que a participação desta nova classe política representava, por buscar políticas de melhorias práticas – fugindo de uma lógica de ataque e diminuição do Outro, como haviam sofrido no passado e tornariam a sentir no futuro. Inclusive, torna-se interessante a percepção de que o próprio retorno das amarras segregacionistas, se origina a partir de um certo “relaxamento” por parte de comunidades brancas, uma vez que não houve uma “busca por vingança”, por parte dos afro-americanos, mas, uma luta pela integração efetiva. Assim, entende-se que antes do ganho pessoal é compreendida a necessidade de um foco no fator de transformação social que esse novo grupo buscava. Porém, é importante notar e destacar que, ainda que tenham

²⁴ *Although some white Southerners expressed reservations about African-American participation in the conventions, many black delegates earned the respect of their white counterparts.*

²⁵ *Beyond all question, the best men in the convention are the colored members. Considering the influences under which they were called together, and their imperfect acquaintance with parliamentary law, they have displayed, for the most part, remarkable moderation and dignity. They have assembled neither to pull wires like some, nor to make money like other; but to legislate for the welfare of the race to which they belong.*

surgido, naquele contexto, políticos e representantes afro-americanos, estes tinham o seu espaço garantido apenas pelas forças da União que se mantiveram no Sul. Primeiro para manter a paz e ordem, na sequência para apoiarem a liberdade e segurança de uma população que, diferentemente dos sulistas brancos, apoiava – majoritariamente – o partido republicano, como aponta Laurie Hillstrom (2016, p. 57).

Assim, a segunda metade da década de 1860 e a primeira dos anos 1870 representaram uma ascensão para essas comunidades, antes escravizadas. Um dos primeiros deputados negros eleitos foi Richard Cain, vinculado ao Partido Republicano da Carolina do Sul, em 1873. Este recém-eleito deputado teria dito, em sua posse, como citado pela historiadora Dorothy Sterling, em *The Trouble They Seen: The Story of Reconstruction in the Words of African Americans* (1994, p. 196):

somos parte integrante desta nação, que fez mais do que qualquer outra na terra para ilustrar a grande ideia de que todas as raças humanas podem viver juntas em harmonia. Anglo-saxões e afro-americanos podem juntos traçar um destino comum, até que a liberdade universal, como anunciada por esta nação, seja conhecida em todo o mundo²⁶.

Com essas palavras percebemos, reforçando o afastamento de ideias e de valores de “revanchismo” para com quem havia sido o agente escravizador, havia um desejo por um futuro forte, de esplendor, baseado em uma noção de integração. Complementa-se essa noção ao notarmos o forte patriotismo imbuído na fala do deputado, denotando uma compreensão de espaço único ocupado por seu país, em detrimento do restante do mundo. Ou seja, a compreensão de mundo que estava imbuída nesse novo grupo político não diferia muito do patriotismo e nacionalismo encontrado em políticos de outros grupos sociais – mas era a representação de uma voz que se tornava múltipla, diversa.

Esses novos membros do Congresso e do Senado, ainda que vinculados ao grupo afro-americano, já representava uma série de multiplicidades: alguns haviam lutado pela União e recém conquistado a sua liberdade, outros eram filhos de ex-escravizados que já nasceram livres, outros representavam os libertos que antes estavam amarrados ao regime escravista do Sul. Como aponta Evan Rothera (2019, p. 31): “a eleição desses homens foi um novo mundo e reforçou, de forma dramática, o fato de que os afro-americanos (cf.) não eram mais considerados bens móveis, mas sim parte do sistema político e agora

²⁶ *We are part and parcel of this nation, which has done more than any on earth to illustrate the great idea that all races of men may dwell together in harmony. Anglo-Saxon and Afro-American can together work out a common destiny, until universal liberty, as announced by this nation, shall be known throughout the world.*

exigiam representação”²⁷. Assim, percebemos que independente da origem desses homens políticos o seu valor era similar, ou seja, assumiam sua voz e tornavam-se protagonistas ao representarem o interesse de um povo que antes não possuía ou ocupava um espaço público efetivo. Como afirmou o deputado Thomas Miller, da Carolina do Sul, citado por Eric Foner em *Forever Free* (2005, p. 170):

Estivemos oito anos no poder. Construímos escolas, instituições de caridade, construído e mantido o sistema penitenciário, fornecido para a educação de surdos, reconstruído as pontes e restabelecido as balsas. Em suma, reconstruímos o estado e o colocamos no caminho da prosperidade²⁸.

Através de tal fala é percebida a forma como a atuação destes representantes do povo, eleitos durante a Reconstrução, foi voltada para uma reestruturação socioeconômica, ao mesmo tempo em que se expandia o acesso a serviços como educação e transporte. A inserção dos afro-americanos dentro do sistema político permitiu que, durante oito anos, suas vozes e interesses fossem diretamente ouvidos, compreendido e então adaptados nessa ótica de fazer com que os Estados Unidos retornassem ou se consolidassem em um patamar de prosperidade.

Porém, a ampla participação da população afro-americana foi algo que gerou receio, reprimendas e passou a dividir a sociedade – de maneira que nas eleições de 1877 houve a oficialização do fim da Reconstrução. Assim, para entendermos a construção social do afro-americano e a imposição do sistema legislativo baseado na ideia de “separados, mas iguais” devemos compreender o movimento de oposição a essa lógica proposta entre o fim da Guerra Civil e meados dos anos 1870.

A Derrocada da Reconstrução: Oposição e Negociação Política, somada aos “cavaleiros”

As aversões às políticas de Reconstrução iniciaram nos estados do Sul antes mesmo do fim da Guerra Civil. Como o *New York Times*, publicou em agosto de 1865, os estados que haviam formado a Confederação apenas seriam restaurados à União se concordassem e se adequassem a esse novo mundo, no qual não deveria haver submissão ou coesão baseada em critérios raciais. Como Paul e Melissa Teed indicam (2015, p. 160),

²⁷ *The election of these men was a new world and reinforced, in a dramatic way, the fact that African Americans were no longer considered chattel property but were a part of the polity and now demanded representation.*

²⁸ *We were eight years in power. We had built schoolhouses, established charitable institutions, built and maintained the penitentiary system, provided for education of the deaf, rebuilt the bridges and reestablished the ferries. In short, we had reconstructed the state and placed it upon the road to prosperity.*

ainda que não houvesse a obrigatoriedade de um sufrágio igualitário, eram incentivadas práticas e políticas que gerassem uma efetiva integração.

Em razão da aversão a essa proposição de igualdade advindo da União e que deu base à própria Reconstrução houve a instituição, entre os anos de 1865 e 1866, dos *Black Codes*. Essas normativas foram conduzidas pelos legisladores sulistas visando manterem e estruturarem uma legislação que desse continuidade à subordinação social que era imposta sobre os afro-americanos, restringindo o acesso a empregos e espaços públicos. Os historiadores Teed indicariam, ainda, que estados como a Carolina do Sul e o Mississippi geraram legislações totalmente discriminatórias, cujo teor era destinado ao cerceamento das populações afro-americanas (2015, p. 160).

Um caso marcante deste contexto, ocorrido na Carolina do Sul, e apontado pelo historiador Zak Mettger em *Reconstruction after the Civil War* (1994), é o do delegado Robert Small. Ex-escravizado que havia sido parte do exército da União e ao se juntar ao cenário legislativo buscava pela criação das primeiras escolas públicas da Carolina do Sul. Enquanto os delegados brancos buscavam a definição de um modelo educacional segregado, os delegados afro-americanos propunham um que atingisse ao todo, porém como o jornal *Charleston Mercury* afirmou, baseado na proposta de Robert Small: “o homem branco prefere que seus filhos sejam ignorantes, em vez de serem aviltados e corrompidos pela associação negra”²⁹ (METTGER, 1994, p. 71). Ou seja, ainda que a União buscasse por uma Integração em diversos níveis, os políticos e próprios cidadãos brancos do Sul, em muitos contextos, procuravam por legislativamente buscar um alijamento social, baseado em critérios raciais. Os *Black Codes* tinham como propósito tornarem legal a distinção entre pessoas livres e os brancos – como definem Paul e Melissa Teed (2015, p. 160) – mas, mais do que isso, percebemos que essa legislação, contrária ao apelo e política da União, foram uma primeira construção que ao ser expandida daria base a prática de “separados, mas iguais”.

O jornal *New Orleans Tribune*, em julho de 1865, apontou que a abolição da escravidão na Louisiana se definia como mantenedora de uma ordem social, ou seja, “os homens não são iguais perante a lei, e não são iguais perante os juízes e legisladores, no entendimento da Louisiana”. Ou seja, os estados sulistas buscaram de todas as formas possíveis diminuir e impedir uma real efetivação das políticas de Reconstrução e de Integração que estavam sendo propostas após a Guerra Civil.

²⁹ *The white man may prefer that his children shall be ignorant rather than be debased and corrupted by Negro Association.*

Como definem Paul e Melissa Teed (2015, p. 161), “a intenção mais fundamental dos Códigos Negros era controlar e obrigar o trabalho negro em uma época em que os escravizados buscavam maior autonomia”³⁰. De tal forma, em um contexto em que aqueles que haviam sido libertados estavam usufruindo e adaptando-se as novas possibilidades que foram abertas, os antigos senhores construía meios para garantir a continuidade de sua mão de obra. É sob tal perspectiva que percebemos que os *Black Codes* foram uma ferramenta política de muita valia para os sulistas no contexto do final da Guerra Civil e da presidência de Andrew Johnson, ao evitarem que de fato houvesse uma Integração.

As ações perpetuadas a partir do Sul geram uma série de manifestações contrárias por parte dos nortistas, como afirmado no *Chicago Tribune*, em dezembro de 1865: “dizemos aos homens brancos do Mississippi que os homens do Norte converterão o Estado do Mississippi em um viveiro de sapos antes de permitir que tais leis desonrem um pé de solo no qual dormem os ossos de nossos soldados e sobre o qual a bandeira de ondas de liberdade”³¹. Percebemos que os *Black Codes* geraram uma aversão total por parte de diversos elementos econômicos, políticos e sociais vinculadas a União, antes de permitirem tal liberdade o que houve foi o endurecimento das medidas visando a Reconstrução e a adaptação do sul a este novo mundo. Porém, ao mesmo tempo, é importante notar que o enxerto e publicação do *Chicago Tribune*, aqui usado como exemplo do sentimento nortista, não faz menção direta a uma tentativa legislada – por parte do Sul – em retornar com elementos de coerção social similar ao do período escravocrata, mas sim a uma desonra e desrespeito para os soldados nortistas tombados no Sul. Ao se referir as “ondas de liberdades”, proveniente da bandeira, compreendemos ser uma alusão ao desenvolvimento, a um novo mundo que estava em construção.

Porém, houve, para além de críticas retóricas a instituição dos *Black Codes* houve de fato uma ação de endurecimento da Reconstrução, visando ao menos ampliar direitos e romper com um retorno a escravização ou instituição análoga. Como apontam Paul e Melissa Teed (2015, p. 165):

como um remédio para a discriminação presente nos Black Codes, uma maioria no Congresso veio apoiar o governo federal garantindo uma compreensão mais ampla da liberdade e da equidade perante a lei por meio da

³⁰ *The most fundamental intent of the Black Codes was to control and compel black labor at a time when former slaves were seeking greater autonomy.*

³¹ *We tell the white men of Mississippi that the men of the North will convert the State of Mississippi into a frog pond before they will allow any such laws to disgrace one foot of soil in which the bones of our soldiers sleep and over which the flag of freedom waves.*

Lei dos Direitos Civis de 1866 e a seção um da Décima Quarta Emenda. No final, os Black Codes desempenharam um papel fundamental na criação de um clima político mais radical, no qual os termos para a restauração dos estados do sul à União seriam muito mais rígidos do que o plano moderado do presidente Johnson para a reconstrução³².

Assim, o fortalecimento das políticas de Reconstrução, visando à extinção dos *Black Codes*, gerou de fato uma breve ruptura e um elemento de Integração, como vimos anteriormente. A própria legislação sulista foi o que gerou um peso maior no que se refere ao domínio e controle do Norte sobre a vida e os rumos político-sociais do Sul. Porém, o fortalecimento da Reconstrução, visando a superação dos *Black Codes*, gerou uma série de outros expoentes que dificultaram uma verdadeira Integração e contribuíram para o próprio fim deste período e a institucionalização da segregação. Nesse sentido, iremos destacar dois pontos: a Décima Quinta Emenda e a forma como o direito ao voto de afro-americanos gerou um afastamento do apoio proveniente dos movimentos feministas e, ao mesmo tempo, a formação da Ku Klux Klan, que a partir de 1866, passou a ser um veículo de agressão direta e de pressão política contra direitos para as populações negras.

O movimento sufragista nos Estados Unidos teve sua construção e força a partir dos anos 1820 e 1830, como indica Angela Davis (2016). Esse movimento, em seu princípio, vinculou-se – majoritariamente – a lideranças femininas de territórios da região norte dos Estados Unidos, que buscavam por igualdade de direitos, bem como de oportunidades. Em seu princípio, como aponta Davis, houve pouca ou nenhuma representativa por parte de mulheres negras neste movimento, que ainda que buscasse pela equidade, estava imbuído de uma perspectiva racista.

Um exemplo que temos dessa postura de afastamento e alijamento das populações afro-americanas é o da exclusão da filha de Frederick Douglas de uma escola para meninas em New York, conduzida por uma diretora abolicionista. Como apresenta Angela Davis (2016, p. 71), a percepção de que uma mulher branca, associada ao movimento contra a escravidão, “pudesse adotar tal postura racista contra uma menina negra no Norte refletia uma enorme fraqueza da campanha abolicionista: seu fracasso em promover uma ampla conscientização antirracista”. Ou seja, o movimento pelos direitos das mulheres tinha a sua luta própria, porém suas participantes em muitos momentos

³² *As a remedy for the discriminatory Black Codes, a majority in Congress came to support the federal government guaranteeing a more expansive understanding of freedom and equality before law through the Civil Rights Act of 1866 and section one of the Fourteenth Amendment. In the end, the Black Codes played an instrumental role in creating a more radical political climate in which the terms for the restoration of southern states to the Union would be much stricter than President Johnson's moderate plan for Reconstruction.*

estavam vinculadas a ideias de liberdade e “igualdade” perante outras populações diminuídas, como a dos escravizados.

Ainda que pareça contraditório, a dualidade desse envolvimento feminino pela luta por direitos e igualdades, não se dissociava, de maneira total, das construções e perspectivas racistas perante o outro. Mas, ao mesmo tempo em que essa problemática surgia, houve uma convergência inicial entre o movimento pelo sufrágio e o movimento abolicionista, uma vez que – de formas distintas – ambos buscavam pela igualdade de direitos. Nesse sentido, “por mais omissas que as primeiras militantes pelos direitos das mulheres tenham sido em relação à condição de suas irmãs negras, os ecos do novo movimento de mulheres foram ouvidos por toda a luta organizada pela libertação negra” (DAVIS, 2016, p. 71). A década de 1850 registrou um grande número de congressos e conferência que tinham como objetivo a campanha pelo sufrágio feminino, mas que ao somar-se a participação de mulheres negras, imbuíu o movimento de um tom político vinculado as próprias noções de liberdade, contra a prática escravocrata.

Porém, na década de 1860, já próximo ao fim da Guerra de Secessão e aos primeiros passos de uma Reconstrução, bem como da oficialização do fim da escravização como modelo socioeconômico, líderes do movimento feminista começaram a se opor à ascensão da população negra (masculina), antes de uma igualdade entre homens e mulheres brancos. Angela Davis apresenta, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016, p. 83), uma carta enviada pela líder feminista Elizabeth Cady Staton, datada de 26 de dezembro de 1865, ao *New York Standard*, na qual diz o seguinte:

Embora esta seja uma questão sobre a qual os políticos ainda vão se desentender por cinco ou dez anos, o homem negro continua, de um ponto de vista político, muito acima das mulheres brancas instruídas dos Estados Unidos. As mulheres mais representativas da nação deram o melhor de si nos últimos trinta anos para garantir liberdade para o negro; e, enquanto ele ocupou o ponto mais baixo da escala dos seres, nós estivemos dispostas a defender suas reivindicações; mas agora que o portão celestial dos direitos civis move lentamente suas dobradiças, uma questão séria que se coloca é se agimos bem ao nos afastarmos para ver “Sambo” ser o primeiro a entrar no reino. Como a autopreservação é a primeira lei da natureza, não teria sido mais inteligente manter nossas lamparinas prontas e acesas, para que quando a porta constitucional se abrisse nós nos aproveitássemos dos braços fortes e dos uniformes azuis dos soldados negros para entrarmos ao seu lado, tornando, desse modo, a passagem tão larga que nenhuma classe privilegiada conseguiria fechá-la novamente às cidadãs e aos cidadãos mais humildes da república? “Chegou a hora do negro.” Temos garantia de que, assim que ele estiver protegido em todos os seus direitos inalienáveis, não será um poder a mais para nos deter? Não ouvimos “cidadãos negros do sexo masculino” dizendo que acreditavam não ser inteligente estender o direito de sufrágio às mulheres? Por que deveriam os africanos se mostrar mais justos e generosos do que seus colegas anglo-saxões? Se os 2 milhões de mulheres negras do Sul não têm assegurados seus direitos individuais, de propriedade, de receber salários e de

manter suas crianças, sua emancipação não é nada mais do que outra forma de escravidão. Na verdade, é melhor ser escrava de um homem branco instruído do que de um infame negro ignorante [...].

A construção de Elizabeth aponta que de fato houve uma conexão entre a luta pelo sufrágio e pelo fim da escravidão. Porém, ao mesmo tempo há uma reflexão de teor racista ao diminuir a figura do afro-americano. No primeiro parágrafo há uma percepção por parte da autora da carta que o homem negro não é tão bom quanto uma mulher branca, indicando que se ambas as classes tivessem os mesmos direitos, ainda assim os primeiros estariam relegados a um papel secundário ou inferior as segundas. Na sequência, há uma percepção de que não há possibilidade de confiar-se nesse outro, pois enquanto as mulheres brancas haviam atuado pelo movimento abolicionista, Elizabeth Staton não percebia o mesmo engajamento por parte dos afro-americanos pelos direitos a igualdade das mulheres. Ainda, outro ponto importante é compreender que com a expressão “nós estivemos dispostas a defender suas reivindicações” não há um apontamento direto ou indireto de quais, para além do fim da escravização. Com isso compreendemos que havia uma defesa pela liberdade e pelo fim das amarras de um sistema socioeconômico de exploração opressiva, porém quando o assunto virava para o campo de direitos sociopolíticos mais amplos, era necessário dar-se primazia para as mulheres brancas.

Ao compreendermos que o movimento pela igualdade entre gêneros e pelo fim de práticas escravocratas são de fundamental importância, percebemos que Elizabeth Staton tinha uma visão diferente ao declarar que “é melhor ser escrava de um homem branco instruído do que de um infame negro ignorante”. Ou seja, aqui há uma dupla diminuição da figura afro-americana, primeiro por conciliar a percepção de que uma mulher negra poderia estar melhor amparada enquanto na posição de escravizada, caminho que ignora a constante exposição a uma violência física e psicológica. Ao mesmo tempo, há uma percepção de que a igualdade racial tornaria melhor o vínculo e submissão ao homem branco do que a dependência “ao infame e ignorante negro”. Com isso há um valor de certeza ao apontar que ainda que o movimento abolicionista tenha vinculado ao movimento pelos direitos e igualdade da mulher, as lideranças brancas deste segundo não superaram as percepções e valores racistas, estruturantes da sociedade de então.

Como Angela Davis aponta (2016, p. 85) Elizabeth Cady Stanton, bem como outras lideranças femininas “acreditavam que, como a emancipação havia, a seus olhos, ‘igualado’ a população negra às mulheres brancas, o voto tornaria os homens negros superiores a elas. Por isso, se opunham ferrenhamente ao sufrágio negro”. Ou seja, com

a aprovação da Décima Quinta Emenda e a possibilidade de votarem e serem votados estendida aos homens negros, houve a contrariedade por parte do movimento feminista, ao acreditarem ter sido deixadas para trás, por aqueles que consideravam inferiores. Logo, entendemos que foi construído um imaginário referente ao papel da reconstrução como outra força a diminuir e alijar as mulheres de direitos básicos. Porém, outro ponto que não foi levado em consideração, ao falarmos da Reconstrução, é o de ter sido esse um movimento político visando a manutenção de um poder do Norte perante o Sul. Logo, como indica Angela Davis, nem o sufrágio feminino, nem o de afro-americanos estava em pauta inicialmente, porém a extensão do direito ao voto às populações negras foi uma ferramenta para angariar apoio e gerar a manutenção da ordem como proposta pelos republicanos do norte. “O sufrágio do homem negro – como explicitado nas propostas da décima quarta e da décima quinta emendas constitucionais – era uma jogada tática pensada para garantir a hegemonia política do Partido Republicano no caos do Sul após a guerra” (DAVIS, 2016, p. 86). Tanto foi assim que, visando a manutenção desse poder, em 1877, os republicanos firmaram acordo visando ao fim da Reconstrução, de forma que muitos dos direitos garantidos às populações negras comesçassem a minguar e, como exposto por Angela Davis (2016, p. 94), essa derrocada de possibilidades contava com o suporte de feministas brancas, que acreditavam não poderem ser deixadas para trás, enquanto “seres inferiores” ascendiam social e politicamente.

Ao mesmo tempo em que se criou essa cisão de movimentos e a oposição por parte das líderes femininas aos direitos ao voto e à ascensão das populações negras, surgiu um movimento que – de forma mais agressiva – buscava por alijar qualquer forma de integração racial: a Ku Klux Klan. Como indica Loryn Clauson (2019, p. 129), foi no verão de 1866 que essa organização terrorista surgiu, na cidade de Pulaski, Tennessee – esse grupo foi formado por seis membros do antigo Exército Confederado que rapidamente se expandiu pelas regiões do sul.

A Klan era um grupo paramilitar de supremacistas brancos e majoritariamente ligados ao partido democrata, embora não necessariamente. Podemos considerar a KKK como um movimento fundamentalista branco e cristão, que buscava atacar afro-americanos e seus defensores, pois como afirma Martin Riesebrodt (2012, p. 276), o que move o discurso e o movimento fundamentalista é “normalmente, uma mudança radical nas visões e sensibilidades históricas, quando os ensinamentos escatológicos e milenares, adormecidas e neutralizadas, ficam dramatizados no processo de mobilização fundamentalista”. Ou seja, a liberdade dos antigos escravizados teria criado um racha

cultural e social que como sua fase extrema deu origem ao fundamento a essa organização. A Klan passou a enfraquecer em 1869, em virtude da violência a ela associada, sendo retomada e fortalecida após 1915 e o lançamento do filme *The Birth of a Nation* (O Nascimento de uma Nação), passando por um novo enfraquecimento em 1929, retornando como força político-social contrária aos movimentos civis dos anos 1950 e 60 (CHALMERS, 1987, p. 163). A ideia de “raça superior” pode ser traçada a partir das ideias desenvolvidas por Herbert Spencer, ao refletir quanto à ideia de darwinismo social, tendo em vista que no seu texto de 1884, *Social Statics: The Man versus the State*, ele aponta que o papel da ação imperialista do século XIX buscava definir a inferioridade das comunidades exploradas, seja na África ou na Ásia, em detrimento do desenvolvimento dos grandes centros (Europa e Estados Unidos), em tal sentido sua teoria deu base aos movimentos e ideias de “pureza”, evitando ideias que levassem a miscigenação, bem como a ideia de superioridade de raças e culturas.

Não obstante, mesmo com um enfraquecimento da Klan no final da década de 1860, essa ainda foi uma instituição que representava a agressão física e política as populações negras. Como afirma Loryn Clauson (2019, p. 129), a Klan iniciou e manteve uma série de ações visando a intimidação dos membros do partido republicano. Assim, “os homens da Klan espancaram e mataram republicanos brancos e negros em todo o *South* e, à medida que o Klan crescia, começou a intimidar os eleitores e, por fim, a influenciar as eleições”³³. Ou seja, a agressão promovida por essa organização paramilitar tinha como intuito o afastamento e cerceamento das possibilidades político e sociais das comunidades negras, bem como daqueles que apoiavam a liberdade dos afro-americanos e/ou sua integração com a sociedade como um todo.

A agressão promovida pela Klan começou, com o tempo, a impedir uma representação republicana e mesmo diversa dos habitantes dos territórios da região Sul, o que promoveu o retorno e a recuperação de grupos políticos vinculados não só ao partido democrata, mas à antiga ordem vigente. Essa agressão promovida pela Klan, somada ao cerceamento das liberdades e vozes afro-americanas, bem como ao retorno de antigas lideranças segregacionistas ao cenário político levaram a uma mudança de cenários que efetivaram o fim da Reconstrução, gerando um novo cenário, que retomava e fortaleceria a segregação, ainda que sem se voltar para a prática da escravidão.

³³ *The Klan began "night ridding" with the sole purpose of intimidating Republicans. Klansmen beat and killed both white and black Republicans across the South, and as the Klan grew it began to intimidate voters and ultimately influence elections.*

No ano de 1877, as eleições e os acordos que ocorreram naquele contexto foram a marca final do período da Reconstrução, bem como do retorno à prática e políticas baseadas na separação racial, no sul, mas também em outras regiões. A continuidade do governo republicano foi negociada a partir da retirada de tropas e do controle do norte sobre o Sul, de tal forma que essa ação fez com que os delegados sulistas concordassem

em apoiar Hayes como presidente se ele concordasse em remover as tropas do sul. Os republicanos do norte concordaram com o acordo, e a barganha ficou conhecida como Compromisso de 1877. A posse de Hayes em 4 de março de 1877 fez com que ele ascendesse à presidência e, em dois meses, ele retirou tropas importantes do sul. Essa desmilitarização encerrou a Reconstrução e viu uma reversão de progresso nos direitos civis e policiais para os afro-americanos nos Estados Unidos (CLAUSON, 2019, p. 134)³⁴.

Ou seja, após dez anos a Reconstrução encontrou seu fim em razão de uma troca política. Em tal sentido é importante retomarmos e percebermos a verdade da afirmação de Angela Davis quanto ao uso das populações afro-americanas como capital político por parte do partido republicano e sua manutenção de poder. Nesse sentido, é importante compreendermos que as pressões políticas e as agressões sofridas em espaços destinados ao voto e a liberdade das pessoas negras fizeram com que houvesse a necessidade de uma virada na gangorra dos favores políticos.

Com o fim da Reconstrução muita das medidas que haviam gerado uma compreensão mais ampla da cidadania e da igualdade de direitos passaram a ser revistas. Como afirma Susan-Mary Grant (2014, p. 245) a própria “Carta de Direitos pouco fez para proteger os afro-americanos dos extremos da supremacia branca e nada para defender os direitos constitucionais” de outras minorias. Tanto é assim que, em 1883, a Suprema Corte definiria que o Ato dos Direitos Civis assinado por Ulysses Grant (em 1873) era inconstitucional, ao afirmar que “o governo não poderia controlar a sociedade ao determinar com quem os cidadãos individualmente teriam que interagir” (CLAUSON, 2019, p. 132). Ou seja, a sociedade passava a se encaminhar pelo que viria ser conhecido por política de “separados, mas iguais”, uma estrutura legalmente segregada e que passava a impedir muitas das oportunidades e possibilidades conquistadas durante a Reconstrução.

Como Susan-Mary Grant afirmaria,

³⁴ *The southern delegates agreed to allow Hayes as president if he agreed to remove troops from the South. The northern Republicans agreed to the deal, and the bargain became known as the Compromise of 1877. Hayes's inauguration on March 4, 1877, saw him ascend to the presidency, and within two months he pulled key troops out of the South. This demilitarization ended Reconstruction and saw a reversal of progress in both civil and political rights for African Americans in the United States.*

com a vitória da União em 1865 e a promulgação da Décima Terceira Emenda seguida de perto pela Décima Quarta, os afro-americanos foram plenamente aceitos como parte integrante do ‘povo’ pelo menos juridicamente. A escravidão foi finalmente abolida, mas a mentalidade racial que a sustentara provou-se mais resiliente. No século que se seguiu, as distinções e divisões raciais mostraram-se, com demasiada frequência, a pedra angular do desenvolvimento da Nação. E não foram só os afro-americanos que tiveram de enfrentar essa realidade perturbadora (GRANT, 2014, p. 245-246).

Ou seja, percebemos que a segregação não foi sentida apenas pelas populações afro-americanas, porém percebemos que a história e agressão contra este grupo social foi uma das mais violentas e constantes. A mentalidade racista apoiou a estruturação de marcos e divisões sociais que seriam intransponíveis para as chamadas “pessoas de cor”. A escravidão terminou, novas políticas foram implementadas e substituídas, gerando uma diminuição social do outro, ainda que após anos de luta e exploração tenha havido um horizonte de esperança e mudança, este tornou-se toldado pela prática das políticas de “separados, mas iguais”.

Este capítulo teve como objetivo contextualizar a problemática de agressão racial e a estrutura que levou a uma legislação segregacionista. A partir do próximo capítulo utilizaremos as *memórias do Arkansas* como ferramenta para analisarmos a consolidação desta prática política. De tal forma, visamos compreender as estruturas e efeitos da segregação no período anterior a Segunda Guerra e os efeitos que essa campanha pode ter tido para fomentar e ser um dos caminhos para a consolidação dos Movimentos Civis e da luta contra toda e qualquer forma de segregação baseada em critérios raciais.

Capítulo 02: O Afro-americano e a Legislação Segregacionista

O presente capítulo busca lançar um olhar sobre a narrativa que gerou e oficializou uma diminuição do papel social dos sujeitos afro-americanos. Para tal, debruçamo-nos sobre o conceito de imaginário a partir do qual procuramos analisar o impacto da construção de uma noção de “nós” e de “eles”, baseada em um ideário racial impregnado de preconceitos.

Neste capítulo, trabalharei com uma análise do conjunto e forma como as Leis de Jim Crow foram impostas, oficializando as políticas de segregação e seus efeitos práticos. De tal forma, para uma real percepção dos efeitos, desses imaginários, bem como das legislações, utilizamos das experiências reais de quem viveu a segregação no estado do Arkansas, refletindo sobre a forma como suas vidas foram transformadas em razão dessas imposições legislativas.

Ao trabalharmos com as *Memórias do Arkansas* pretendemos compreender a prática das estruturas da segregação, refletindo quanto ao contexto anterior aos anos de 1930. Assim, iremos nos debruçar na “experiência vivida e preservada de *Arkansans*, para que possamos analisar as possíveis mudanças advindas a partir de tal década, bem como o papel que a Segunda Guerra Mundial possa ter gerado para alterar paradigmas nesse campo. Este capítulo se encerra analisando os momentos anteriores a efervescência político-militar da década de 1940 – bem como as possíveis alterações que viriam nos anos seguintes, muito em razão de portas que se abriram no pós-crise de 1929, sendo ampliadas com o esforço da vindoura guerra – pontos que serão analisados adiante em nosso trabalho.

O Imaginário e Mito construído sobre as populações Afro-americanas

Com o início da década de 1880 e o fim das práticas de reconstrução, muitas decisões e falas buscavam retornar para o velho mundo, pautado numa imaginada divisão, os superiores eram os brancos e os inferiores os outros. Sob essa percepção os afro-americanos que haviam conquistado diversos direitos e espaços ao longo do pós-Guerra Civil se ciam cerceados e diminuídos.

Esse status de inferioridade foi oficializado a partir do caso *Plessy vs Ferguson*, que, no ano de 1896 (menos de 20 anos depois do fim da reconstrução), se tornaria a base judicial para as políticas de “separados, mas iguais” que não só, mas principalmente, no Sul foram responsáveis por alijar as populações afro-americanas de um pleno exercício

da cidadania. Ainda que as leis de Jim Crow, enquanto aparato de repressão e agressão a essas comunidades tenham surgido logo após a eleição de Hayes, em um Sul que retomava seu caráter segregado, foi a partir do caso Plessy que a Suprema Corte afirmou não haver problemas em uma divisão social baseada na cor.

Este caso ocorreu a partir do momento em que o estado da Louisiana buscou instituir a política dos “carros” separados, no que se refere aos compartimentos de trem terem uma divisão baseada no aspecto racial, aprovada em 1890. Como o historiador Jerrold Packard apontou, a escolha por Homer Plessy para desafiar a legislação deu-se por ser um *octorron*, ou seja, uma pessoa com $\frac{1}{8}$ de sangue africano, sendo considerado negro dentro da legislação da Louisiana (2003, p. 73). Ao desafiar a lei da Louisiana, do ponto de vista legal o caso de Plessy pouco agito gerou, para além de sua região, como aponta Tim McNeese (2006, p. 71) – tornando-se uma ferramenta legal de reafirmação e “autorização” para o “separados, mas iguais”, apenas após seu encerramento – junto à Suprema Corte – três anos após seu início, em 1892.

Em 1896, Henry Billings Brown, apresentou a votação da maioria da corte, no que tange ao seguinte:

Ele simplesmente escreveu que a Lei do Carro Separado “não entra em conflito com a Décima Terceira Emenda. . . sendo [um fato] muito claro para o argumento.” Ao escrever essas palavras, Brown estava escolhendo interpretar de forma restrita a referência da Décima Terceira Emenda à proibição da “escravidão e servidão involuntária. . . um estado de escravidão; a propriedade da humanidade como bens móveis”, referindo-se apenas especificamente à escravidão legalizada. O juiz Brown afirmou que, porque Louisiana não mantinha Plessy em cativeiro como escravo, a lei automobilística do estado e sua segregação exigida não equivaliam a “um emblema de servidão” Em vez disso, a lei implicava “apenas uma distinção legal entre as raças brancas e negras”. Brown insistiu que a Lei do Carro Separado não foi criada com a intenção de “destruir a igualdade legal das duas raças ou restabelecer um estado de servidão involuntária” (MCNEESE, 2006, p. 110-111 – tradução minha)³⁵.

Sob tal aspecto percebemos o porquê desta decisão ser fundamental para a formalização de um mecanismo legal que perpetuava uma legalidade das medidas de segregação racial. Ao entender que a Décima Terceira Emenda apenas impedia o regime

³⁵ *He simply wrote that the Separate Car Law “does not conflict with the Thirteenth Amendment . . . is [a fact] too clear for argument.”⁹³ In writing these words, Brown was choosing to narrowly interpret the Thirteenth Amendment’s reference to prohibiting “slavery and involuntary servitude . . . a state of bondage; the ownership of mankind as chattel” as referring only specifically to legalized slavery. Justice Brown claimed that, because Louisiana was not holding Plessy in bondage as a slave, the state’s car law and its requisite segregation did not amount to “a badge of servitude.” Instead, the law implied “merely a legal distinction between the white and colored races.” Brown insisted that the Separate Car Law had not been created with the intention to “destroy the legal equality of the two races, or to reestablish a state of involuntary servitude.”*

de escravização, a Suprema Corte indicou que não havia problema em uma separação social, baseada em aspectos raciais, como os *Black Codes* e as legislações segregacionistas buscavam definir. A perspectiva dos juízes era de que esses novos regramentos não tinham como objetivo a retomada de um estado de “servidão involuntária”, sendo apenas uma reorganização do espaço público-privado. Com isso, se entende que houve uma simplificação ou má-fé, proveniente do julgamento da Suprema Corte uma vez que é percebido a forma como o período anterior a essa decisão, bem como o posterior, tiveram um manifesto apelo a propagação de ideais de desigualdade. Em tal sentido, é importante frisar que tal corte era uma expressão da sociedade na qual estava inserida – de tal forma, representando uma elite dominante branca, racista, anglo-saxã, cristã protestante, sexista e capitalista. É sob tal ótica que devemos refletir sobre os valores e interpretações que geraram não apenas a leitura distorcida de uma lei, como também abrindo portas para a segregação oficial.

A decisão do caso Plessy foi fundamental para definir um novo horizonte para as políticas de segregação, mas como percebemos essas não começaram na Louisiana. Como aponta a historiadora Blair Kelley (2010, p. 15 – tradução minha):

É verdade, Plessy abriu as comportas da segregação do sul. A proeminência de Plessy, no entanto, deixou muitas pessoas com a noção equivocada de que a segregação começou naquele momento e que era realmente apenas um problema do sul. Perdeu-se o entendimento coletivo de que a segregação de Jim Crow começou muito antes de Plessy e longe dos trens de Nova Orleans³⁶.

Assim, é importante indicar que mesmo o processo de Reconstrução não foi suficiente para apagar os rastros de uma história de exploração que foi retomada após o ano de 1877 e que, ainda que não tenha retornada ao modelo da escravização, agrediu e prejudicou uma parte significativa da população dos Estados Unidos. Apoiado no que Blair Kelley aponta, entende-se que ao mesmo tempo em que o caso Plessy em alguns momentos ofusca a longa duração das estruturas da segregação racial, há uma percepção de que se desenvolveu um imaginário e mito político que condicionava a inferioridade das populações afro-americanas. Essa construção obviamente não alijou a população negra da luta por seus direitos e por um status de igualdade, porém dificultou e retardou os resultados dessa luta – uma vez que fazia parte do imaginário “diário” a percepção de uma pretensa inferioridade enquanto elemento da verdade.

³⁶ *Indeed, Plessy opened the floodgates of southern segregation. Plessy's prominence, however, has left many people with the mistaken notion that segregation began at that moment and that it was really just a southern problem. Lost is the collective understanding that Jim Crow segregation began long before Plessy and far from the trains of New Orleans.*

Como indicou Blair Kelley (2010, p. 87), “os sulistas negros não consideraram Plessy v. Ferguson um sinal de que deveriam aceitar Jim Crow”, os afro-americanos, não só na Louisiana, continuaram a enfrentar as estruturas da segregação, protestando e criticando novas práticas e legislações segregacionistas. Porém, percebemos que lutavam em um mundo em que poucas vezes eram ouvidos e percebidos, pois as estruturas que os cercavam, impunham uma ideia de que a divisão da sociedade em diferentes níveis raciais estaria correta. É nesse sentido que, antes de adentrarmos em uma percepção da vivência no contexto das políticas de separados, mas iguais, devemos perceber o imaginário do que era ser um afro-americano, nos Estados Unidos do século XIX e, ao longo do século XX.

Para compreendermos a construção desse imaginário remetemos ao linguista Patrick Charaudeau – uma vez que o autor trabalha com uma ideia de “representação” a partir de uma busca por distinguir os valores de “real” e “realidade”, inseridos no processo de formação dos imaginários sociodiscursivos. Entendemos que essa compreensão é fundamental para a percepção do mundo que nos cerca, com seus valores e noções que, por vezes, destoam da realidade, gerando uma construção de real a parte. Como o autor afirma,

[...] podemos dizer que a "realidade" corresponde ao mundo empírico através de sua fenomenalidade, como um lugar a significar (e até mesmo a ser servido), que se impõe ao homem em seu estado bruto a espera de ser significada. Em contrapartida, o "real" refere-se ao mundo como ele é construído, estruturado pela atividade significativa do homem através do exercício da linguagem em suas diversas operações de nomeação do mundo, de caracterização de suas propriedades, de descrição de suas ações no tempo e no espaço e de explicação para as causas de suas ações. (CHARAUDEAU Apud PEREIRA, 2014, p. 46).

Assim, o “real” é uma construção proveniente de imaginários desenvolvidos a partir das práticas sociais. Logo, no século XIX e XX oportunizou-se uma idealização do negro como elemento que levaria perigo para as comunidades caucasianas, de maneira a ser um elemento a ser afastado, mantido na periferia. Sob tal percepção entende-se que a inferiorização do outro, baseado na coloração da pele, foi uma construção que não existe na realidade, mas acabou por ser exposta enquanto elemento do real e, então, tratada enquanto uma verdade. Logo, foi a partir de uma concepção alheia a realidade que trouxe e expandiu esse saber, nesse sentido – para Charaudeau, “à medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significações, segundo princípios de coerência, falaremos em imaginários” (CHARAUDEAU, 2006, p. 203).

Ou seja, sob tal perspectiva a noção de uma inferioridade das populações afro-americanas estaria amparada em um imaginário discursivo, antes de ser – sob qualquer aspecto – elemento da realidade. Ainda, Charaudeau (2017, p. 576) explica que, portanto, essas representações sociais são “uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários”. Ou seja, os imaginários são, por definição, saberes socialmente partilhados e, portanto, uma importante base para a interpretação de possíveis efeitos de sentido.

Sob tal ótica, compreendemos que a noção de inferioridade das comunidades afro-americanas foi construída a partir de um outro imaginário que pressupunha a superioridade das populações brancas. É nesse sentido que percebemos a forma como o desenvolvimento do imaginário impulsionou um mito político em torno da questão racial nos Estados Unidos. Assim, é fundamental compreender que a base que permite o funcionamento de qualquer mito, como a filósofa Chiara Bottici afirmou é a de que

o desempenho básico do mito é fornecer nomes. Um mito é sempre “o mito de...”. É apenas dando um nome a uma coisa que ela pode se tornar “compreensível” e, portanto, objeto de uma história. Fornecer nomes não apenas torna as histórias possíveis; nomear o desconhecido já é uma forma de dominar o desconhecido. Denominar uma coisa é a primeira - senão a mais interessante - resposta à pergunta "o que é isso ou aquilo?" Além disso, ao dar um nome ao desconhecido, redes inteiras de outros significados são lembradas³⁷ (BOTTICI, 2007, p. 116 – tradução minha).

Os mitos são criados a partir de uma necessidade de nomearmos ou o diferente ou aquilo que não compreendemos com clareza. É a partir da imposição desse nome que passamos a ter determinadas compreensões relativas ao mundo que nos cerca e a noção de real que acaba por nos envolver. A denominação das coisas é um elemento que consideramos como uma das bases de uma noção de dominação sociopolítica, uma vez que a partir dessa construção podemos expandir redes de compreensão que geram uma gangorra, impondo elementos positivos para alguns, enquanto outros sofrem uma imposição de negatividades. É sob tal aspecto que entendemos que aqui o mito político, referente a uma suposta inferioridade das populações afro-americanas, estaria conectado ao próprio conceito de construção do real, atrelado aos imaginários sociodiscursivos que impuseram a segregação.

O mito político gerou uma crença que elevava a população branca a um suposto status de superioridade, ao mesmo tempo em que impulsionava um sentimento de receio

³⁷ *The basic performance of myth is to provide names. A myth is always “the myth of . . .” It is only by giving a thing a name that it can become “graspable” and therefore the object of a story. Providing names does not just render stories possible; naming the unknown is already a way of dominating the unknown. Denominating a thing is the first – if not the most interesting – answer to the question “what is this or that?” Moreover, by giving a name to the unknown, whole webs of other meanings are recalled.*

e medo – relacionado a esse outro. Um dos grandes mitos e ameaças, advindos dessa representação está atrelado à própria noção da agressividade advinda deste diferente, podendo desenvolver uma verdadeira ameaça ao bem-estar e estabilidade das comunidades “originais”. Uma perspectiva desse medo construído de uma possível ameaça sexual, voltada aos riscos da dita “boa linhagem” pode ser recuperada no livro “Mulheres, *Raça e Classe*”, originalmente publicado em 1982, da pesquisadora e ativista Angela Davis.

A referida autora apresenta a reflexão da historiadora Gerda Lerner, que demonstrou como o racismo sistêmico deu base ao mito “do estuprador negro”, uma ferramenta desenvolvida para evitar-se a miscigenação. Como Angela Davis cita (2016, p. 127), o mito do violador negro “da mulher branca é gêmeo da mulher negra má – ambos desenhados para a apologia da facilidade de continuar a exploração dos homens negros e mulheres”. Ou seja, o imaginário social desenvolvido sobre essas populações tinha como objetivo apontar uma ideia de real, onde os negros deveriam ser mantidos afastados, para o bem dos “cidadãos de bem”, neste caso, os brancos.

De tal forma, tem-se a compreensão de que a representação das comunidades negras foi desenvolvida sob a perspectiva de tornar-se um mecanismo de acesso a uma noção pré-definida deste outro, diluindo-o e construindo-o enquanto o oposto do bom e aceito. Logo, o que apontamos é o fato de que o mito de uma suposta inferioridade afro-americana ter sido desenvolvido a partir de uma representação, interpretação que – em muitos momentos pouco ou nada tinha haver com a realidade – mas era desenvolvida enquanto real, por interesses próprios e locais. Como Bottici torna a afirmar, “a obra do mito é, portanto, a obra contra um ‘absolutismo da realidade’ assim entendido: qualquer estágio em que estejamos, sempre já ultrapassamos esse absolutismo, porque superamos o puro caos”³⁸ (BOTTICI, 2007, p. 121-122 – tradução minha).

Logo, percebemos que o mito referente a esse grupo racial está vinculado a uma necessidade de compreender e definir o mundo pós-escravidão, ou seja, qual seria o espaço social das diferentes comunidades, em substituição a segregação dos mundos do trabalho, construiu o mecanismo que impunha a inferioridade negra e a segregação. É nesse sentido que se compreende o fato de que “um mito político poder ser definido como o trabalho de uma narrativa comum, através da qual membros de um grupo social

³⁸ *The work of myth is thus the work against an “absolutism of reality” understood in this way: at whatever stage we are, we have always already gone beyond this absolutism, because we have gone beyond pure chaos.*

apresentam o significado de suas experiências políticas e feitos”³⁹ (BOTTICI, 2007, p. 179). Ou seja, um grupo social, amplo, definiu a perspectiva – ao longo da história e não restrito aos Estados Unidos – de que de fato havia plausibilidade para uma noção de “superioridade racial”, porém, esse mito foi originado a partir de um grupo, de um espaço, sem um consenso ou aceitação geral. Acima de tudo, se queremos compreender se uma construção pode ser compreendida enquanto mito político não é somente para a construção da representação que “devemos olhar, mas sim, acima de tudo, mas sua recepção. É a maneira como a narrativa é recebida que forma o mito político. É o sistema - produção-recepção-reprodução que constitui ‘o trabalho do mito’”⁴⁰, como apontam Benoit Challand e Chiara Bottici (2006, p. 321 – tradução minha).

Um mito político pode ser constituído apenas se a mensagem comunicada faz sentido para o todo ou parcela significativa da população, em um período em que a informação macro fazia um sentido “de cima para baixo”, uma construção das altas classes – tornou-se algo aceito. A narrativa imposta as populações afro-americanas as deslocava, no que se refere ao papel de agentes da história, para um papel de sujeitos sem voz e possibilidades. Compreende-se então que o mito político se baseou em um imaginário sociodiscursivo que impunha a noção de que, mesmo com o fim da escravidão, essa população não deveria estar no mesmo patamar que o restante da população.

A grande problemática que essa construção gerou foi o fato de que, por muitos anos, o real criado por este mito político de fato tornou-se uma realidade, não sem luta por parte das populações oprimidas e diminuídas, mas que acabou por gerar um estigma, fortalecendo o preconceito para com as populações afro-americanas. Ao analisarmos as Memórias do Arkansas, somos levados a perceber o impacto que a imposição de tais medidas e valores tiveram para as populações negras – gerações que tiveram pais, mães e avôs nascendo durante a escravidão, agora encontravam – em pleno mundo livre – alijadas pelas políticas segregacionistas.

Nesse sentido, na entrevista de Milton Pitts Crenshaw somos levados a uma melhor compreensão sobre as amarras existentes no contexto da e pós escravização, refletindo quanto aos seus efeitos e problemáticas para a sociedade. Nascido em janeiro de 1919, em Little Rock, Arkansas, neto e filho de ex-escravizados tem em sua fala um

³⁹ *A political myth can be defined as the work on a common narrative by which the members of a social group (or society) make significance of their political experiences and deeds.*

⁴⁰ *It is not only at its production that we must look, but rather, and foremost, at its reception. It is the way in which a narrative is received that makes a political myth out of it. The whole system of production-reception-reproduction is what constitutes the ‘work on myth’.*

elemento que permite perceber as problemáticas daquele tempo. A entrevista de Crenshaw parte desse passado, a partir da condução de Scott Lunsford, fazendo uma referência as memórias sobre sua ascendência:

SL: Ok, agora, e os avós da sua mãe ou os pais da sua mãe? **MC:** Minha mãe se chamava Pitts, e eles vieram das Sessions fora do Alabama - uh - fora do - fora do - nascido na escravidão. E - uh - as Sessions [palavras pouco claras] eram - o - era, eu acho, o me - mestre naquela época, e quando ele... - depois da escravidão, ele mudou seu nome para George Pitts Washington. G. W. Pitts. **SL:** Agora, Sessions era o nome do proprietário de escravos? **MC:** Proprietário de escravo. O mesmo que - esse é o senador agora. Ele saiu dessa plantação⁴¹. (CRENCHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 4 – tradução minha).

Nesse primeiro trecho, conseguimos perceber como sua origem familiar esteve ligada ao processo de cultivo e trato das *plantations* que eram os grandes espaços de exploração dessa mão de obra escravizada. Ainda, podemos notar o ímpeto que muitos desses antigos escravizados buscavam, tão logo conquistassem sua liberdade, de desenvolver uma identidade própria e que, de certa forma, abrisse portas para uma nova vida. Por fim, percebe-se que o vínculo entre os antigos escravocratas e as estruturas de poder e dominação não arrefeceu, o senador a quem Crenshaw se refere é Jefferson Sessions III, descendente de quem – no passado – explorou seus avós e mãe. É sob tal aspecto que se consegue compreender como o mito político de uma suposta inferioridade das populações afro-americanas manteve seu significado no passar dos anos: as estruturas sociopolíticas pouco ou nada mudaram nos primeiros 50 anos após a abolição, permitindo a reprodução deste imaginário preconceituoso.

Ao mesmo tempo, com a memória relativa ao seu pai, é importante notarmos a força que impunha uma perspectiva de vida e condicionamento dessas populações: a vontade dos senhores. Com relação à sua família paterna Crenshaw narra o seguinte:

SL: E - uh - seu - uh - pai de pai também era escravo. O que - você sabe o nome de seu dono de escravo? **MC:** Eu não sei o nome de seu dono de escravos. A única coisa que sei é que eles - uh - deixaram talvez o Tennessee ou algum outro lugar, e quando chegaram a Memphis, Tennessee - uh - sua - toda a sua família morreu de peste negra ou peste bubônica, exceto ele. E os brancos o acolheram, e ele ficou na plantação deles até a maioridade e então ele atravessou o rio para o condado de Lee. **SL:** Agora, quando você diz "maior de idade", você quer dizer. . . **MC:** Um - bem - bem entre - entre dezessete e vinte anos, eu imagino. **SL:** Hum - você se lembra de seu pai alguma vez

⁴¹ **SL:** Okay, now, what about your mom's grandparents or your mom's parents? **MC:** My mother's was named Pitts, and they came from the Sessions out of Alabama—uh—off of the—off of the—born in—in slavery. **SL:** Uh-huh. **MC:** And—uh—the Sessions [unclear words] was—the—was, I guess, the ma—master at that time, and when he sla—after slavery, he changed his name to George Pitts Washington. G. W. Pitts. **SL:** Now, Sessions was the name of the slave owner? **MC:** Slave owner. Same one that's—that's the senator now. He came off his plantation.

falando sobre a mãe e pai dele? **MC:** Sim, ele é - seu pai era um - um bom trabalhador, mas um homem baixo, e então meu pai era alto, tipo, cerca de um metro e oitenta e - mas seu pai era baixo. E eu - posso - acho que ele mancava ou algo parecido, mas ele era um indivíduo excelente que - um meeiro. E ele trabalhou para cuidar de sua família. Deve ter cerca de oito ou nove deles em sua família. **SL:** E - hum - ele alguma vez falou sobre sua mãe? Seu pai alguma vez falou sobre a mãe dele? **MC:** Não. Bem, eu conheci a mãe dele. A mãe dele - chamada Mary - e eu não sei qual era o sobrenome dela antes de se tornar uma Crenshaw, mas há uma grande quantidade deles em Marianna de quem eu sou parente⁴² (CRENCHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 5-6 – tradução minha).

A partir desta narrativa percebemos como a própria identidade, ao longo do período da escravização, era algo negado – uma vez que o vínculo entre o escravizador e o escravizado estava “simplificado” a uma relação de dominação e exploração. Nesse aspecto, pelas suas lembranças da trajetória de seu pai, se percebe que a mudança, a adaptação e, de certa forma, uma constante incerteza eram elementos do período. Por esse relato se entende que o pai de Crenshaw esteve, até seus dezessete ou vinte anos, atrelado à realidade de exploração de um regime de *plantation*. Ao mesmo tempo, é importante percebermos a memória afetiva para com essas relações familiares – no que tange à perspectiva que mesmo com todas as problemáticas do tempo, uma das forças motriz dos indivíduos estava dentro do seu núcleo familiar. Isso, nos faz compreender que uma das formas de combater as políticas e práticas de segregação e preconceito, era estar vinculado a uma força comunitária que dessa forma, poderia fazer oposição a uma agressão. É sob essa perspectiva do apoio de um grupo que percebemos o envolvimento do pai de Milton Crenshaw com o movimento de oposição à segregação, a partir das ações da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor⁴³ (*National Association for*

⁴² **SL:** And—uh—your—uh—father's father was also in slavery. Was his—his—he was a slave, and what—do you know his slave owner's name? **MC:** I don't know his slave owner's name. Only thing I know that they—uh—left maybe Tennessee or somewhere, and when they got as far as Memphis, Tennessee—uh—his—all his family died from the black plague or blu—bubonic plague, except him. And the white people took him in, and he stayed on their plantation until he was of age . . . **SL:** Uh . . . **MC:** . . . and then he moved cross the river into Lee County. [00:03:24] **SL:** Now, when you say "of age," do you mean . . . **MC:** Um—well—well up in—between—um—seventeen and twenty, I imagine. **SL:** I see. **MC:** Mh-hmm. **SL:** Young adulthood. **MC:** Right. **SL:** Um—and did you ever know your grandparents at all? **MC:** No, I didn't. **SL:** You never met 'em? **MC:** Never met them. **SL:** Um—do you remember your father ever talking about his mom and dad? **MC:** Yes, he's—his father was a—a good worker, but a short man, and then my father was tall, like, about six feet and—but his father was short. And I—may—I guess he had a limp or something like that, but he was a excellent individual that—a sharecropper. And he worked to take care of his family. Musta been about eight or nine of 'em in his family. **SL:** And—um—did he ever talk about his mom? Did your father ever talk about his mother? **MC:** No. Well, I met his mother. His mother—named Mary—and I don't know what her last name was before she became a Crenshaw, but it's a whole slew of 'em down in Marianna that I'm kin to . . .

⁴³ É importante destacar que a criação da NAACP na década de 1910 marca o princípio de institucionalização do movimento afro-americano. Essa primeira grande organização buscava por dar suporte e amparo político e legal para as populações negras, de forma a iniciar um amplo movimento de combate as políticas e pautas segregacionistas. O movimento passaria, ao longo da década de 1930, pelo seu contexto de reorganização, uma vez que com a Crise de 1929 há um grande movimento de migração

the Advancement of Colored People – NAACP, na sigla em inglês e que será utilizada ao longo do texto):

SL: Bem, vamos - vamos voltar ao seu pai e ao envolvimento cívico dele com a NAACP. O que - como isso aconteceu? Como ele fez. . . **MC:** Ele era - quando ele - eu disse que ele veio em o- [19] 07. Então [19] 09, eles lincharam um cara perto de Elaine, perto de - perto de Forrest City e outros lugares como este e - o que você vai descobrir na vida é que algumas pessoas não gostam de escravidão, sabe. Agora, você diz: "Quem são eles que não gostam de escravidão?" Eles não podiam fazer de índios nem escravos, porque eles não gostavam disso. E você não sabe se ele tinha índios o suficiente para não gostar também. Não sei o que ele tinha nele, mas sei que não gostava de escravidão e nunca disse uma palavra sobre isso. E qualquer coisa que ele pudesse fazer para destruir o conceito de escravidão - isso é o que eles fariam⁴⁴ (CRENCHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 89 – tradução minha).

Aqui notamos uma das principais formas de violação da liberdade e da segurança das populações afro-americanas: o linchamento. Essa prática tornou-se corriqueira, principalmente no *Deep South*, ao atacar pessoas negras por desrespeitarem as imposições da segregação, como por exemplo a divisão de restaurantes, espaços públicos e até de bebedouros. O linchamento era uma forma de, através da violência, diminuir o indivíduo, a partir da violência, gerando um afastamento dessas populações através da imposição do medo.

O ato de linchar pode ser compreendido como uma manutenção do caráter de violência, advindo do sistema escravocrata – uma vez que retornaria uma prática de violência para definir o certo e errado, o bom e o ruim. Nesse sentido, muitas das pessoas linchadas eram acusadas de crimes ou fatos corriqueiros que antes de um julgamento ou por terem um julgamento “tendencioso” (tendo em vista a impossibilidade de afro-americanos comporem o júri em muitas regiões), recebiam sua sentença na rua, a partir de uma série de agressões efetuadas por turbas revoltosas⁴⁵.

dos campos para as cidades e do Sul para o Norte. Quando a década de 1940 se iniciou, o movimento negro conta com uma organização diferenciada e experiência que permite uma resistência mais organizada e uma ação mais ativa em prol de mudanças sociais e políticas.

⁴⁴ **SL:** Well now, so let—let's get back to your father and his civic involvement with the NAACP. What—how did that come about? How did he . . . **MC:** He was—when he—I said he came in o—[19]07. So [19]09, they'd lynched some guy down by Elaine, down by—near Forrest City and those other places like this and—what you'll find in life is that some people don't like slavery, see. Now, you say, "Who are they that don't like slavery?" They couldn't make no Indians no slaves, 'cause they didn't like it. And you don't know whether he may have had enough Indian in him that he didn't like it, either. I don't know what he had in him, but I know he didn't like no slavery and he never said a word about it. And anything that he could do to destroy the slavery concept—that's what they would do.

⁴⁵ A prática dos linchamentos, nos Estados Unidos, tornou-se comum principalmente após a Guerra Civil. A percepção que o movimento buscava era o de se realizar a “justiça das ruas”. Desta forma, era buscada pela solução ou resposta a crimes sem o devido julgamento formal, em muitos casos. A ação do linchamento

Pela entrevista, percebemos o ímpeto do pai de Crenshaw em lutar contra a escravização. Ainda que não fosse uma pessoa de ascendência indígena, colocava contra esse tipo de exploração, tanto quanto de qualquer modelo escravocrata. E nesse sentido que percebermos uma forma de luta organizada das populações afro-americanas: o constante combate a instituição que havia imposto e expandido uma noção relativa à inferioridade desse grupo. Combater a escravidão e esse imaginário imposto era algo que partia não só de uma luta contra as práticas, mas também contra o próprio conceito e valores remanescentes que colaboravam para a perpetuação de um mito relativo à inferioridade das populações negras.

Como Milton Crenshaw diria, ao relembrar as ações de seu pai: “às vezes você perguntava se: ‘Eles sabiam o que estavam fazendo?’ Não. É apenas um pressentimento”⁴⁶. Ou seja, a luta contra a segregação, bem como ao mito político de uma pretensa inferioridade deste outro, precisava acontecer, em muitos momentos não se sabia o caminho e a forma – porém, sua necessidade era conhecida. Ainda mais se formos levar em conta como a Proclamação de Emancipação, de Lincoln, demorou a ser conhecida e divulgada, gerando o processo de liberdade:

MC: Sim. Bem, veja, o que acontece é - exatamente como eu disse - eu mostrei a você aquela coisa, desde a longa jornada de meu avô em [18] 52. Abraham Lincoln escreveu a Proclamação de Emancipação que diremos em [18] 60. Chegou lá - diz ele no primeiro dia de 1863, aquelas pessoas que estão na servidão não terão que estar na servidão. Agora - bem, percebemos então que no Texas eles pegaram Juneteen. Não falaram sobre [a emancipação] por dois ou três anos, entende. E essa é a razão pela qual eles - essa é a razão pela qual você comemora, no Texas, Juneteen, porque só então os brancos lhes falaram sobre - eles foram libertados pela Proclamação de Emancipação. Não fez muita diferença porque eles não iam fazer nada, mas...⁴⁷ (CRENSHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 93 – tradução minha).

O *Juneteen* a que Crenshaw se refere é a data em que, para muitos territórios sulistas, houve a informação de que a emancipação era uma realidade e não havia mais

não era direcionada apenas as populações afro-americanas, entretanto essas eram as que mais sofriam com tais práticas (GONZÁLEZ-DAY, 2006).

⁴⁶ **MC:** *And then sometimes you'd ask them, "Do they know what they're doing?" No. It's just gut feeling.* (CRENSHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 86-87).

⁴⁷ **MC:** *Yeah. Well, see, what happens in the—just like I said—I showed you that thing, up from the long journey for my grandfather in [18]52. Abraham Lincoln wrote the Emancipation Proclamation we'll say in [18]60. Came in there—he says on the first day of 1863, those people that are in servitude won't have to be in servitude. Now—well, then we come up there and find out that in Texas they got Juneteen. They didn't tell 'em about it [laughs] for two or three years that they were free, see. And that's the reason why they—that's the reason why you celebrate, in Texas, Juneteen, 'cause then the white folks didn't tell 'em about—they had been freed by the Emancipation Proclamation. It didn't make that much difference 'cause they wasn't gonna do nothin' but?*

escravidão. Porém essa data faz referência ao ano de 1865, sendo que a emancipação havia sido determinada dois anos antes. Ainda que em meio a Guerra Civil tal informação pouco colaborasse com o esforço confederado, é importante notar a forma como se tentou postergar o fim da escravidão, justamente através de um processo de desinformação – uma vez que pela divisão em que o país se encontrava, o reconhecimento ao governo de Lincoln não era uma realidade para os confederados.

Assim, importante destacar que o racismo e o preconceito existiam e perduraram, com ou sem a instituição da escravidão – porém essa era uma facilitadora para as práticas de dominação social do período. É nesse sentido que tornamos a afirmar que a base do discurso e das políticas de “separados, mas iguais” está originada em mito político que buscava pela definição de uma suposta inferioridade. E nesse sentido, como Hans Blumenberg afirmou:

ninguém irá afirmar que mito tem melhores argumentos que a ciência; ninguém irá sustentar que os mitos têm mártires, assim como os dogmas e ideologias possuem, ou que se tenha a intensidade da experiência da fala do misticismo. Ainda assim, o mito oferece algo que - mesmo com reivindicações reduzidas de confiabilidade, certeza, fé, realismo e subjetividade – representa um satisfação por cumprir com as expectativas⁴⁸ (1985, p. 67 – tradução minha).

Com isso se entende que o mito político é desenvolvido a partir de um imaginário formado desde elementos culturais que são distorcidos e deformados, visando incutir uma percepção de verdade, de real. Nesse sentido, percebemos que o interesse por trás da construção deste mito político e sua difusão é a de oportunizar uma percepção e valorização do que seria positivo e negativo, bom e ruim. Nessa dualidade, a noção de que a origem afro-americana era algo inferior faz sentido, em seu tempo e formação, justamente por ter sido uma imposição daqueles que detinham o poder e a gerência do mundo.

A vinculação dos conceitos de mito político e dos imaginários sociodiscursivos foi feita a partir da entrevista de Milton Crenshaw por se perceber a presença de elementos que conectam a opressão do sistema escravocrata, bem como a luta pelo rompimento dessas noções que diminuem o outro. Agora, tendo em vista essa perspectiva de mito e imaginário partimos para uma análise referente ao sistema de segregação dos Estados

⁴⁸ *No one will want to maintain that myth has better arguments than Science; no one will want to maintain that myth has martyrs, as dogma and ideology do, or that it has the intensity of experience of which mysticism speaks. Nevertheless it has something to offer that – even with reduced claims to reliability, certainty, faith, realism, and intersubjectivity – still constitutes satisfaction of intelligent expectations.*

Unidos, bem como o princípio de um movimento que buscava pela igualdade de direitos, visando romper com os imaginários formados.

Separados, mas iguais

Entende-se que o imaginário que deu base e força para o mito político de uma suposta inferioridade das populações africanas, ao ser baseado em uma concepção de história única, foi um dos fomentadores e estruturadores das políticas segregacionistas. Como Chimamanda Adichie apontou (*THE DANGER of a Single Story*, 2009), uma história única acaba por diminuir o outro, sendo construída não só de uma perspectiva dos dominantes ou vencedores – mas também ignorando a diversidade que está vinculada a uma história ampla e geral. Nesse sentido, se entende que para escaparmos e superarmos os perigos de uma história escrita sob um ponto de vista único devemos, primeiro entender os estereótipos que lhe formaram, para então compreendermos como ocorreu sua desconstrução e que elementos ainda se mantêm presente.

No caso da problemática racial nos Estados Unidos, a partir da imposição das políticas de segregação, devemos ter em mente que a construção promovida – majoritariamente pelos estados sulistas – tinha como objetivo retomar valores de um passado escravocrata, diminuindo e estigmatizando as populações negras. Nesse sentido, uma grande reflexão que deve ser feita é que muitas dessas políticas chegaram aos estados do norte e de outras regiões do país, fomentando e fortalecendo o mito político desta suposta inferioridade.

Como apontamos anteriormente, principalmente, os sulistas começaram a desenvolver e implementar “Códigos Negros”, com os quais procuravam “devolver os afro-americanos no Sul a uma posição próxima da escravidão em tudo a não ser na forma jurídica. Na ausência de regras que regessem o contato e a conduta sob a escravidão, surgiram novas baseadas na raça” (GRANT, 2014, p. 241). Ainda que houvesse uma agitação para que direitos e possibilidades fossem oportunizados às comunidades negras, havia outro - em direção contrária - no qual apontava-se que o fim da escravidão já seria suficiente, sem a necessidade outras garantias sociais, ou seja, solapando a liberdade de escolha. Esse movimento contrário foi o que deu base para o retorno de políticas e noções estigmatizantes e de cerceamento das comunidades negras, sendo espalhado ao redor do país e dando sustentação política para a viabilização da vitória de Ferguson sobre Plessy, e a instituição das leis de “separados, mas iguais” (ainda que com revoltas e tentativas de contenção por parte das comunidades afro-americanas).

Além de encorpar uma mitologia em torno do imaginário de inferioridade das populações negras, ao definir que não seria anticonstitucional para os estados do Sul, e outros, definirem medidas de segregação, baseadas na etnia das diferentes populações que compunham cada região – o caso *Plessy vs Ferguson* foi a oficialização de uma divisão nacional, baseada em aspectos raciais. Esse compêndio de leis segregacionistas tornou-se conhecido como “Leis de Jim Crow”, baseadas em uma figura caricata do negro nos anos 1830. Porém, antes desse compêndio de leis gerou-se o “efetivo afastamento dos afro-americanos da comunidade política, junto aos *Casos de Direitos Civis de 1883*”⁴⁹ que fizeram da discriminação uma questão de consciência privada em vez de preocupação congressual”, teria sido tal prática que permitiu a formação das leis de Jim Crow e definiu a política de “separados, mas iguais”, em nível estadual (GRANT, 2014, p. 259).

Esse termo tornou-se referência para descrever o sistema de leis e costumes que segregavam as populações afro-americanas. O grande objetivo por trás desse sistema era o de restringir qualquer contato entre brancos e outros grupos⁵⁰, além de limitar as possibilidades para as comunidades de origem africana tivessem qualquer possibilidade de uma real liberdade ou oportunidade (de escolha, de futuro, de trabalho). Em uma entrevista para *Freedom Riders* Diane Nash⁵¹ fala sobre umas das mais humilhantes formas de segregação: a relativa ao transporte público ou momentos de viagens. Como ela afirma

viajar no Sul segregado era humilhante para as pessoas negras. O simples fato de existirem espaços separados era para dizer às pessoas negras e brancas que os negros eram subumanos e tão inferiores que nem poderíamos usar dos mesmos espaços que os brancos (American Experience; Freedom Riders; Interview with Diane Nash – tradução minha).

⁴⁹ Em 1883, no caso 109 US 3, a Suprema Corte dos Estados Unidos determinou que as Décima Terceira e Décima Quarta emendas não daria plenos poderes ao Congresso para legislar sobre a questão da discriminação racial no âmbito particular. A íntegra do julgamento dos Casos de Direito Civis pode ser consultada através do sistema jurídico dos Estados Unidos (<https://openjurist.org/109/us/3> - acesso realizado em 30 de setembro de 2020). A tramitação de tal processo levou ao fim da Lei dos Direitos Civis de 1875 que colocava fim a segregação em espaços de uso comum (restaurantes, teatros, meios de transporte e afins). Tal decisão pavimentou o caminho para que após o caso *Plessy vs. Ferguson* as políticas de segregação se tornassem difundidas e “aceitas”, não apenas, mas majoritariamente nos estados do Sul.

⁵⁰ O grande cerne das políticas segregacionistas está centrado na figura do afro-americano, mas sua utilização também estava focada na figura dos imigrantes e judeus, por exemplo. Um exemplo que caracteriza a ampla segregação existente nos Estados Unidos seria essa lei, do Estado de Nebraska, publicada em 1911: Casamentos são proibidos quando uma pessoa é branca e a outra possui 1/8 de sangue negro ou de sangue japonês ou chinês. Tal determinação pode ser encontrada neste link, acessado no dia 06 de fevereiro de 2020: <https://americanhistory.si.edu/brown/history/1-segregated/jim-crow.html>

⁵¹ A entrevista de Diane Nash foi encontrada no site do PBS: Public Broadcasting Service (<http://www.pbs.org/wgbh/americanexperience/features/freedom-riders-jim-crow-laws/>), acessado no dia 06 de fevereiro de 2020.

Aqui, percebe-se uma das mais nefastas fases da segregação, o uso da diferença para separar a convivência no dia a dia - impedindo, de certa forma, qualquer possibilidade de integração. O uso dos mesmos espaços nos veículos ainda que pareça um detalhe muito simples (e até insignificante), na realidade é uma grande marca sobre como a segregação estava manifesta nos mais diversos momentos da vida.

A segregação racial tomou conta - principalmente - da região Sul dos Estados Unidos, tornando-se quase um crime o fato de se ter descendência africana e permitindo mínimas condições de mudança de vida e possibilidades profissionais e pessoais. O historiador Pierre Melandri (2000, p. 89) apontaria a exclusão das populações negras dos pleitos eleitorais, citando o fato de que, no estado da Luisiana, enquanto em 1896 havia 130.000 afroamericanos registrados para votar, em 1904 o número de votantes negros era de 1.300 – ou seja, um percentual 100 vezes menor de negros possuía o direito político⁵². Importante citar que, aqueles que haviam conseguido realizar o registro da intenção de voto e buscavam realiza-lo corriam um constante e real perigo relativo aos linchamentos daqueles que iam na contramão das políticas segregacionistas.

As práticas discriminatórias e cerceamento de opinião e voz se manifestavam em outros espaços também. Dois dos principais exemplos do uso desse imaginário social construído sobre as populações afro-americanas estão associadas à imprensa e a difusão de bens de consumo (podemos citar caixas de cigarro e cartazes de anúncio que faziam caricaturas e referências preconceituosas). A indústria do entretenimento, ainda em seu período formador, foi outro fator que influenciou a difusão de tais valores, um dos principais exemplos, relativos ao uso de tal imaginário pelo cinema, pode ser encontrado e percebido através do filme *O Nascimento de uma Nação*⁵³.

Por muito tempo as políticas de segregação foram definidas como uma problemática do Sul, não estando presente nos estados que fariam parte do norte, pujante,

⁵² Aqui é importante frisar a complexidade do sistema eleitoral dos Estados Unidos, até os nossos dias. A cada pleito (local ou nacional) há a necessidade de que os cidadãos façam seu registro para a eleição específica. Ainda, em razão da votação ocorrer sempre em um dia comum da semana, muitos se encontram impossibilitados de participarem do processo por questões de trabalho e horários – em um contexto onde o que se buscava era justamente negar a voz política de uma população, tais amarras eram ainda mais severas e opressivas.

⁵³ Conforme aponta Carolina Marcello (2018), mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes, em sua análise sobre o filme *Infiltrado na Klan* (2018), *O Nascimento de uma Nação* é filme mudo apontado como responsável pelo renascimento da KKK. Incrivelmente tóxico para a sociedade, representava o grupo de racistas como heróis e os negros como "selvagens"; mesmo assim, foi visto por quase todos os norte-americanos, chegando a ser projetado na Casa Branca (MARCELLO, Carolina. Filme Infiltrado na Klan, de Spike Lee. Cultura Genial, 2018. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/filme-infiltrado-na-klan/>. Acessado no dia 01 de outubro de 2020.)

industrializado e progressista, como representado no pós-guerra civil. Porém, o avanço econômico dos Estados Unidos, representado pela expansão das ferrovias, plena industrialização e expansão de um capitalismo financeiro, tornou-se um apoiador silencioso das práticas segregacionistas do Sul, uma vez que ao não as contestar, buscavam apenas o desenvolvimento, deixando de lado o social. Como Pierre Melandri (2000, p. 89-90) afirmou,

essencialmente preocupados em ajustar a democracia tradicional à civilização industrial, a maioria dos reformadores do Norte atribui, no contexto do imperialismo então prevalente, um interesse meramente secundário ao destino dos negros. Considera, com efeito, normalmente prioritário garantir o apoio dos progressistas do Sul onde 90% dos negros viviam ainda nessa altura. Ora, muitos reformistas sulistas eram fervorosos defensores da supremacia dos brancos. Identificando o voto dos negros com o domínio e a corrupção dos Bourbons que o tinham muitas vezes manipulado para ganhar eleições, achavam que a supressão daquele teria efeitos salutareos para a democracia.

O progressismo que surgiu no pós-guerra, durante e após o período da reconstrução não foi manifestado diretamente na problemática racial. Como já falado houve um breve movimento de abertura para as comunidades negras, com direitos políticos e sociais, mas tão logo tais práticas, oriundas da reconstrução, começam a afetar as práticas eleitoras do meado dos anos 1970 elas foram deixadas de lado. Ainda que o Norte tenha assumido a faceta do progresso e expandido tais valores para o Sul é percebido que a questão racial, como Melandri aponta, foram relegadas a uma discussão secundária, como que sem importância frente aos avanços econômicos.

A necessidade do apoio dos progressistas sulistas, muitos defensores da supremacia branca, regou essa secundarização do debate sobre igualdade, para além da liberdade conferida através da Décima Terceira e Décima Quarta Emenda. Antes do progresso econômico do que a preocupação social, em tal sentido se percebe a preocupação de que a participação dos afro-americanos no processo eleitoral pudesse afetar o avanço e o pleno desenvolvimento da economia e da própria democracia.

Retomamos Angela Davis que, ao analisar a formação e participação de mulheres negras no movimento feminista dos Estados Unidos, percebe tal movimentação por parte do norte, no sentido de a liberdade dessas comunidades serem justa, mas seus direitos não deveriam superar o dos brancos. Como a autora ilustra (2016, p. 53), houve uma vinculação entre a liberdade da mulher (branca) e a liberdade dos escravizados, Davis frisa que não se fala da mulher negra quando o assunto é direito e voz. De tal forma, percebemos que mesmo um importante movimento que primava pela equidade, oriundo do norte, estava imbuído com um racismo sistêmico, uma vez que havia a percepção de

primeiro homens e mulheres brancos terem seus direitos, para então falar-se das comunidades negras.

Entende-se a imagem do norte progressista e contrário às políticas segregacionistas como relativa, ainda que muitas cidades e estados dessa região não possuíssem uma legislação que primava pela separação racial, em muitos momentos pouco ou nada fizeram para impulsionar uma mudança dos estados sulistas, que tornaram as “Leis de Jim Crow” sua bandeira político-social. De certa forma, os territórios ao norte lembram em muito a realidade brasileira, uma vez que em sua grande maioria não possuíam uma legislação segregacionista, mas na prática tinham ações imbuídas em preconceitos e prejulgamentos e, isso, em todas as relações: pessoais, profissionais, políticas e sociais.

Um exemplo claro que podemos ter é oriundo da campanha política para o governo do estado de Ohio no ano de 1867, na região dos Grandes Lagos, onde o candidato a governador (Allen Granbery Thurman) prometia impedir que pessoas negras tivessem o direito ao voto. Ainda que ele tenha perdido a eleição para o futuro presidente Rutherford B. Hayes é um bom lembrete que o preconceito estrutural não era um problema apenas do Sul. E, mesmo tendo perdido a eleição para governador, Thurman, tornou-se senador e, como tal, lutou para pôr fim às políticas do período da Reconstrução que deram alguns direitos e possibilidades para as comunidades afro-americanas (CARROLL, 1971, p. 335).

Como explora o historiador Pierre Melandri (2000, p. 90), nesse primeiro momento foram poucos os afro-americanos que encontraram formas de lutar contra as políticas segregacionistas, porém a partir de 1909 tal situação passaria a mudar. Como o autor afirma, intelectuais negros iniciaram um movimento que culminou com a formação da NAACP, como comentado anteriormente. Tal organização foi fundamental ao longo do século XX, na garantia dos direitos civis dessas comunidades – mas não foi suficiente para evitar os efeitos das Leis de Jim Crow e das dificuldades extras que eram impostas as comunidades afro-americanas.

Para refletirmos sobre os impactos que essas políticas trouxeram, temos na entrevista de Christopher Mercer Jr. um exemplo apropriado sobre o cerceamento da vida de afro-americanos, antes mesmo do nascimento de uma nova vida. Christopher nasceu em Pine Bluff, na região central do estado do Arkansas, no ano de 1924 – tendo vivido toda sua vida neste estado pode ter uma ampla percepção das práticas e modos impostos pelas leis de Jim Crow. Em sua entrevista, conduzida por Scott Lunsford, no dia 25 de

agosto de 2006, ele narra um pouco das dificuldades que sua mãe teve, para realizar seu parto, em razão da segregação instituída:

CM: Houve algo único em meu nascimento. Minha mãe teve - uh - teve dificuldades em dar à luz, e ela - "queria seus bebês", como eu acho que a maioria das mães faz, e eu sei - sei que- uh - minha informação é que ela tinha tido dois ou três natimortos. E durante essa época em particular, ela tinha o que era supostamente o melhor médico da cidade, um médico chamado Dr. Harry Williams. E ele, aliás, era o chefe de equipe do Hospital Davis. O Davis Hospital era o hospital branco da cidade - uh - e ele era casado com a filha do presidente do Simmons Bank, então ele era grande - ele era importante na cidade. **SL:** Sim. **CM:** E - uh - ele disse à minha mãe que a única maneira de ele ser capaz de - uh - salvar os bebês dela era - uh - fazer uma cesárea, e teria que ser feita no hospital. E, claro, ele disse: "Eu sei o que você está pensando. Deixe-me cuidar disso." E então me disseram que o Dr. Williams — uh— voltou para o hospital - os telefones em 1924 eram [risos] coisas da última moda, se você tivesse algum. Mas todo mundo não fazia - não usava eles. Pelo que entendi - ele foi ao hospital e disse-lhes que se preparassem para a cirurgia. Ele tinha uma cesárea para fazer e claro, todo mundo preparado. E então quando - quando - uh - ele trouxe minha mãe para dentro, todos ficaram horrorizados com o que estava acontecendo aqui. Ele disse: "Bem, essa é a minha paciente. Eu tenho - eu tenho que fazer uma cesariana, e não posso fazê-lo em um açougue, e quero que todos acelerem". E su - supostamente eles fizeram. E pelo jeito que a história continua, eu fui o primeiro negro a nascer no Hospital Davis - uh - porque eu fui em 1924. Uh - houve um evento similar, repetido em 1926 [risos] com o meu irmão. [Risos]⁵⁴ (MERCER, Christopher. Transcrição da Entrevista. [25 de agosto de 2006]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 6-7 – tradução minha).

Através da entrevista de Mercer somos levados a compreender os efeitos que a segregação gerava, até mesmo antes de uma nova vida chegar ao mundo. Percebemos com essa narrativa que o preconceito e a necessidade da separação imbuído na sociedade era algo que afetava, para além do dia a dia, questões sérias como o devido cuidado para com a saúde e os elementos de preservação da vida. O fato de até mesmo hospitais estarem orientados pelas Leis de Jim Crow, impossibilitava - em muitos momentos - qualquer

⁵⁴ **CM:** *It—there was something unique about my birth. My mother had—uh—had difficulty in delivering, and she—quote, "wanted her babies," end of quote, as I guess most mothers do, and it's my—it's my—uh—information that she'd had two or three stillbirths. And durin' this particular time, she had what was supposedly the best doctor in town, a doctor by the name of Dr. Harry Williams. And he, incidentally, was chief of staff at Davis Hospital. Davis Hospital was the white hospital in town—uh—and he was married to the president of Simmons Bank's daughter, so he was big—he was big stuff in town. SL: Yeah. CM: And—uh—he told my mother is the only way that he was gonna be able to—uh—save her babies was—uh—to do cesarean, and it would have to be done at the hospital. And of course, he said, "I know what you're thinkin'. You let me take care of that." And so it is reported to me that Dr. Williams—uh—got—went to the hospital—telephones back in 1924 was [laughs] newfangled things, if you had some. But everybody didn't—didn't make use of 'em. My understanding—he went to the hospital and told them to prepare for surgery. He had a cesarean to deliver, and course, everybody prepared. And then when—when—uh—he rolled my mother in, everybody was aghast about what's going on here. He said, "Well, that's my patient. I've—I've got to do a cesarean, and I can't do it on a butcher block, and I want everybody to get in high gear." And su—supposedly they did. And the way the story goes, I was the first black to be born at the Davis Hospital—uh—'cause I was in 1924. Uh—there was a repeat performance in 1926 [laughs] by the brother. [Laughs].*

possibilidade de segurança para a saúde de comunidades não brancas, para além dos afro-americanos. Ao refletirmos sobre a sua informação final, referente ao nascimento de seu irmão, em 1926, dois anos depois, reforça a percepção de que havia pessoas dispostas a lutar e a combater a segregação, mas em muitos momentos elas estavam amarradas pelo sistema ou tinham que o ludibriar.

Como Angela Davis (2016) aponta ao longo de sua narrativa, o racismo estava tão intrínseco a realidade dos Estados Unidos que servia até mesmo como motivador de manifestações sociais, uma vez que mesmo em momentos de crise e pobreza, o mais humilde dos brancos ainda teria mais direito e possibilidades que os afro-americanos que conseguissem romper “as amarras de Jim Crow”.

Práticas como a do médico que precisou “enganar” sua equipe eram necessárias para a superação das barreiras que a legislação impunha, tornando-se formas de resistência e uma tentativa de colocar-se a preservação e qualidade de vida, frente ao sistema opressor. Porém, algo necessário a se refletir, tendo em vista o longo período de manutenção da segregação, tais práticas ocorriam de maneira diminuta, mas fundamentais para encorpar o que viriam a ser os movimentos pelos direitos civis. Muitas pessoas sofreram por não encontrarem em seu caminho quem contradissesse as práticas políticas do período. Mas, como o médico de Christopher, aqueles que o fizeram, oportunizaram a chance da mudança, no futuro – ainda que, pelo que se pode perceber, essas pessoas tenham feito parte de uma minoria. Com a entrevista de Mercer somos levados a entender a forma como as políticas de segregação influenciaram as ondas migratórias, que levaram populações afroamericanas para lugares com maiores e melhores oportunidade. De acordo com Christopher, um dos eventos catalisadores para essa migração foi a enchente de 1927, uma das maiores da história do Arkansas:

SL: Essa inundação mudou tudo aqui embaixo. Quero dizer, muitos foram para o norte depois. . . **CM:** Oh sim. **SL:** . . . aquela inundação. **CM:** Sim, bem, a enchente - isso - causou muita - muita debandada - pessoas que se deslocaram pela enchente. Mas durante esse tempo também, houve muita fuga, especialmente na comunidade negra - deixando os grilhões da segregação e - e - e discriminação. Uh - quando as pessoas ficaram grandes o suficiente para - para se mobilizar, elas - elas saíram de Dodge⁵⁵ (MERCER, Christopher. Transcrição da Entrevista. [25 de agosto de 2006]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 12 – tradução minha).

⁵⁵ **SL:** *That flood changed everything . . .* **CM:** *Yeah. SL: . . . down there. I mean, there was a lot of flight that went north after . . .* **CM:** *Oh yeah. SL: . . . that flood. CM: Yeah, well, the flood—it—it caused a lot of—lot of flight—people that displaced by the flood. But during that time also, there was a lot of flight, especially in the black community—leaving the shackles of segregation and—and—and discrimination. Uh— when people got big enough to—to mobilate, they—they got out of Dodge.*

Nesse trecho percebemos a forma como o entrevistador, Scott Lunsford, procura ouvir as alterações que um evento adverso, no caso uma enchente, gerou para a realidade das pessoas que viviam no Arkansas. Como Christopher aponta ao longo de sua fala esse incidente foi como que “uma gota d’água” para muitos residentes afro-americanos da região, uma vez que somada as dificuldades impostas pelas políticas de segregação, com as perdas causadas pelo dilúvio, a população tinha ainda menos perspectiva. O êxodo que teve sua forma ao longo dos anos de 1920 e 1930, somou-se a um contexto em que as políticas de distinção raciais eram reforçadas, bem como com as novas dificuldades que eram infligidas perante uma grande parcela da população. O destino dessas pessoas, como indica Christopher são os estados do norte e uma perspectiva de que, mesmo que parte do preconceito se mantivesse, ele não seria tão doloroso e opressor, quanto no sul. Essas pessoas

CM: foram para St. Louis, Chicago, Detroit. Você teve um êxodo em massa do sul. Perdemos tantos - tantas coisas. Uh - essa tia da qual eu estava falando que tinha - tinha uma casa palaciana - uh - ela saiu em - em - uh - ela não saiu até - ela saiu em [19] 36. Uh — não, [19] 36- [19] 34. Ela saiu em [19] 34. Mudou-se para Nova York. Uh - ela provavelmente - ela provavelmente estava ganhando quarenta ou cinquenta vezes mais - tanto em Nova York quanto ela era uma costureira, e isso é tudo que ela fazia - para viver. Ela era uma costureira excepcionalmente boa. Mas quando ela chegou a Nova York, ela se tornou o que é chamado de modista. Um modista faz originais. Não faz nada além de fazer originais para as pessoas, e ela começou a costurar para muitos ricos - pessoas ricas. Uh - e algo sobre - uh - estrelas de cinema - uh - uh - uh - pessoas ricas. Eles não querem - são excêntricos. Eles não querem ver mais ninguém com algo parecido com eles, então não querem comprar coisas da prateleira. SL: Sim. CM: Eles - eles querem algo original. Depois de fazer isso, não faça para mais ninguém. Então ela [sua tia] declarou que nunca mais moraria no Sul. E é claro - uh - ninguém pode explicar o quão devastador para o seu espírito - uh - a discriminação é. Isso é - isso - uh - para sobreviver a isso - você sempre terá cicatrizes. Mas - uh - muitas pessoas fugiram do tipo de discriminação que tinham no sul. Agora, eles foram - eles fugiram, e eles simplesmente tiveram menos discriminação. Ainda havia discriminação onde eles iam⁵⁶ (MERCER, Christopher. Transcrição da Entrevista. [25 de agosto de 2006]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 13-14 – tradução minha).

⁵⁶ *They got laughs]— they went to St. Louis, Chicago, Detroit. You had such a mass exodus from the South. We lost so many—so many things. Uh—this aunt I was talking about that had—had this palatial home—uh— he left in—in—uh—she didn't leave until—she left in [19]36. Uh—no, [19]36—[19]34. She left in [19]34. Moved to New York. Uh—she probably—she was probably makin' forty or fifty times as—as much in New York as she—she was a seamstress, and that's all she did for—for a living. She was a—a—an exceptionally good seamstress. But when she got to New York, she became what's called a modiste. [Laughs] A modiste makes originals. Don't do anything but make originals for people, and she started sewing for a lot of rich—rich people. Uh—and something about—uh—movie stars—uh—uh—uh—rich people. They don't want— they're eccentric. They don't want to see anybody else with something on like themselves, so don't want to buy stuff off the rack. SL: Yeah. CM: They—they want something original. Once you make that, don't do it for no one else. So she [his aunt] declared that she would never live in the South again. And of course—uh—nobody can explain how devastating to your spirit—uh—discrimination is. That's—that—uh—to survive that—you're always gonna be scarred. But—uh—many people fled the kind*

Aqui notamos como Christopher faz referência a uma tia que ao abandonar o Sul, rumo à New York, conseguiu se sobrepor a uma realidade de opressão e “cerceamento” comum as comunidades segregadas. Em mesmo sentido, sua fala nos permite notar a diferença de perspectivas e possibilidades entre o Sul e o Norte, principalmente no que se refere a uma ampla desigualdade no campo financeiro.

O aspecto de que mesmo que alguns estados nortistas mantivessem algumas políticas que se baseavam na noção de “separados, mas iguais”, sua opressão afligia em menor grau as populações tidas como subalternas. Como Christopher aponta, sua tia – a partir de uma adaptação ao norte – estava decidida a não mais retornar ao sul, onde ela não tinha a mínima chance ou possibilidade de vida. A onda migratória que ocorreu em parte pela segregação, em parte pela crise de 1929 e, no caso do Arkansas, motivada pela grande enchente, nem sempre indicava um amplo sucesso ou desenvolvimento, mas certamente uma perspectiva de melhor futuro ou de chances mais justas.

O imaginário e mito que foram impostos perante as comunidades afroamericanas deixava uma marca de agressões, frustrações e diminuições que, como Christopher indica, devastavam as pessoas, como que a impedir a percepção de um futuro melhor. Como o entrevistado indicada, não havia um alegórico botão que desligava o preconceito ao se atravessar a simbólica fronteira entre norte e sul, nos Estados Unidos – o preconceito mantinha-se, ainda que com graus variados de impacto.

A discriminação e um suposto senso de inferioridade imposto as populações negras é uma grande marca da história dos Estados Unidos, encontrando parte de suas alterações e supressões a partir dos movimentos civis, que tiveram sua grande efervescência entre os anos de 1950 e 1970. Mas como aqui queremos lançar um olhar para os efeitos que a mobilização para o esforço de guerra impactou na luta pelo fim da segregação nos Estados Unidos iremos lançar um olhar apurado para os efeitos e formas como as políticas de separados, mas iguais se manifestaram ao longo dos anos de 1930. Ao ir além da narrativa de Christopher, procuramos compreender formas e modos como o período pré-guerra foi percebido, para então lançarmos um olhar atento ao período da guerra e as primeiras mudanças ocorridas, ao longo dos anos 1940 – buscando compreender até que ponto foram consequências da guerra e, também, mudanças reais.

of discrimination they had in the South. Now, they went—they fled, and they just had less discrimination. There was still discrimination [laughs] where they went.

A Segregação e a Década Pré-Guerra

A partir de algumas entrevistas que compõem o projeto *Arkansas Memories* somos levados a compreensão de que os movimentos civis, enquanto uma grande ação, começaram a ser percebidos a partir dos anos 1950. Gerald Alley, entrevistado em março de 2006, narra como esse grande movimento passa a ser percebido, ao comparar o antes e o depois da década de 1950, enquanto algo além das lutas individuais. Alley nasceu em 1952, porém sua narrativa procura demonstrar como seus pais, ambos afro-americanos, lidaram com as questões relativas a superação do racismo, em anos anterior e os entraves e perspectivas que a segregação imposta na juventude destes, impactava sua vida futura, por assim dizer. Ao falar sobre o envolvimento de sua família com essa luta por direitos, espaço e voz, ele indicaria que se lembra

nós - nós costumávamos ouvir sobre isso, mas nunca nos envolvemos tanto nisso. Mas uma das primeiras coisas que acontecem quando - você se move um pouco mais longe, daquele campus da faculdade - demorou - você sabe, aqueles alunos iriam participar dos *sitings*. Então, vimos em primeira mão, porque geralmente esse movimento dos direitos civis se espalhava pelo campus da faculdade e por indivíduos educados, então ouvíamos os alunos se movimentando e os policiais faziam isso e aquilo. Meu pai dizia - ele provavelmente era um republicano radical no fundo - quero dizer, não - não um republicano. Ele estava apenas dizendo: “Bem, você só precisa cuidar dos seus negócios. Eu não tenho - ”ele era da velha escola. Ele realmente não viu a luta. Ele enfrentou o racismo, mas o enfrentou dentro de seus próprios limites, e ele não era da [tendência?] De, como eu estava chegando, dizer: “Bem, sim, precisamos fazer isso. Precisamos fazer isso. ” Ele disse: “O que você precisa fazer é aprender a trabalhar e ter uma boa ética de trabalho”⁵⁷ (ALLEY, Gerald. Transcrição da Entrevista. [08 de março de 2006]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 42 – tradução minha).

O que percebermos a partir da fala de Gerald Alley é que de antes de 1950 havia uma diferente perspectiva sobre a atuação frente as estruturas do racismo, sem uma ampla noção de um movimento, mas sim com percepções relativas a superação individual. A percepção do racismo e da luta contra essas construções, como percebida pelo pai de Alley, deveria ser efetuada de outra forma, não por essas ações diretas, mas sim pelo

⁵⁷ *As I remember, we—we used to hear about it, but we never really was engaged in it as much. But one of the first things that happened when—if you move a little further, being that college campus there—it took—you know, those students would leave and go do sit-ins. So we saw firsthand, because usually that—that Civil Rights Movement moved through college campus and educated individuals, so we would hear students going sitting in and the cops would do this and do that. My father took it—he was probably hardcore Republican deep down—I mean, not—not a Republican. He was just saying, “Well, you just need to take care of business. I don’t have—” he was old school. He didn’t really see the struggle. He faced racism, but he faced it within his own limits, and he was not of the [tenue?] to, as I was coming up, to say, “Well, yeah, we need to do this. We need to do that.” He said, “What you need to do is learn how to work and have a good work ethics.”*

desenvolvimento individual. Podemos refletir que a percepção, dessa “velha escola” como descrito por Alley, remete a um mundo anterior aos movimentos que levam aos anos de 1950 e 1960. A própria luta pelo fim de uma segregação escolar legislada teria seu maior resultado apenas em 1954 (com a decisão do caso *Brown vs Kansas Board of Education*), porém foi um marco continuado de uma luta que ocorria desde os anos 1910, a partir de ações individuais ou focada nos indivíduos.

Os anos de 1930, dessa forma, foram ainda marcados por uma certa falta de centralidade ou de ações coletivas, somada a um contexto em que a crise econômica prejudicava maiores possibilidades de superação dessas problemáticas e opressões raciais. Podemos reforçar a perspectiva de que a geração de 1930 foi criada sob uma ótica de evitar-se amplos movimentos e focar na formação e crescimento individual ao acompanhar a ótica com a qual Randall Ferguson Jr., nascido em 1951, afirma ter sido criado, no que se refere as percepções e formas de agir, frente às estruturas segregadas. Ao discorrer sobre o fato de que um professor vizinho havia sido preterido para um emprego de técnico de basquetebol, baseado em aspectos raciais e não na qualidade, Randall fala sobre como foi sua percepção sobre o evento e como foi ensinado a lidar com tais falas e ações:

RF: Nunca conversei com ele [vizinho] sobre isso. Mas eu ... eu ... apenas pensei que fosse, quero dizer, uma injustiça. Isso - quero dizer, como isso poderia ter ocorrido? **SL:** [suspiros] **RF:** Então. E entenda, meu pai não era do tipo que falava conosco sobre racismo. **SL:** Mm-hmm. **RF:** nem - nem minha mãe. Quero dizer, é - eles apenas falaram sobre trabalhar duro e progredir e fazer o melhor que você pode fazer, e não é como se eles nos preparassem dizendo coisas como: "Tudo bem. Existe um mundo racista lá fora, e você tem que fazer isso." Eles não - quero dizer - quero dizer, eles não fizeram isso. Mas, ao mesmo tempo, estava preparado para isso, sem que eles me falassem esse tipo de coisa⁵⁸ (FERGUNSON JR., Randall. Transcrição da Entrevista. [28 de março de 2006]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 119 – tradução minha).

Ou seja, havia a percepção das injustiças que marcavam o mundo, eram notadas as escolhas baseadas em aspectos raciais, mesmo em um período posterior aos movimentos civis dos anos 1950, uma vez que Randall teria presenciado ações racistas após 1951. Supomos que seja justamente a continuidade desses problemas que eram,

⁵⁸ **RF:** . . . *I never talked to him about it. But I j—I j—I just thought it was, I mean such an injustice. That—I mean, how could that possibly have occurred?* **SL:** [Sighs] **RF:** *So. And understand, my father was not one who talked to us about racism . . .* **SL:** *Mm-hmm.* **RF:** . . . *nor—nor my mother. I mean, it’s—they just talked about workin’ hard and gettin’ ahead and doin’ the best you can do, and it was not like they prepared us by saying things like, “All right. There’s a racist world out there, and you have to do this.” They didn’t—I mean—I mean, they didn’t do that. But at the same time, I was prepared for it, without them saying those types of things to me.*

direta ou indiretamente, consequências das legislações de “separados, mas iguais” que marcavam um discurso paterno e materno que não percebia como o envolvimento dos movimentos civis poderiam de fato alterar os paradigmas e realidades deste mundo.

O que se percebe sobre a forma como Randall e Gerald foram criados é um reforço a ideia de que o trabalho seria o caminho para superação das desigualdades e problemáticas, criadas a partir das estruturas de segregação racial⁵⁹. Ao evitar-se uma educação que instrísse a juventude familiar com relação as estruturas racistas da sociedade podemos compreender que houvesse a uma noção que ao se ignorar essa construção social, seria possível rompê-la. A grande problemática que podemos retirar dessas noções é de que não se havia a percepção da força com que o imaginário, que foi responsável pelo desenvolvimento de uma representação das comunidades afro-americanas, foi incorporado pela sociedade como um todo.

A consolidação das construções legislativas caracterizadas pelo personagem Jim Crow impactou toda uma percepção da sociedade, bem como as diferentes comunidades se percebiam e compreendiam suas possibilidades. Em 1915, o já mencionado filme *O Nascimento de uma Nação*, colabora para o reaparecimento e fortalecimento da *Ku Klux Klan*, bem como a normalização da agressão aos sujeitos negros que, principalmente na região sul, perderam quase toda a perspectiva de novos direitos, tal qual poderia ter sido indicado na Reconstrução pós-guerra civil. De tal forma, podemos demarcar que a década de 1920, representada enquanto a solidificação do *american way of life* foi também o momento de retomada das agressões, dos distanciamentos e dos muros da segregação. A sociedade que foi construída antes da crise de 1929 foi uma sociedade excludente que soube como cercear o diferente, sendo que o mundo do trabalho e da formação – ao longo da década de 1930 e dos anos anteriores a Guerra – foram o espaço de luta possível para uma transformação real.

⁵⁹ É importante destacar que tal ação “inativa” era baseada no que se chamava de resistência conservadora, onde o que estava em pauta era o desenvolvimento econômico – uma vez que Jim Crow impedia um verdadeiro envolvimento político. Assim, podemos compreender a importância dessa percepção, por se tratar de uma forma de garantir a participação e acesso a oportunidades, por parte das comunidades afro-americanas, a partir de sua inserção e atuação no mundo do trabalho. O contexto de alteração política começa a ser percebido ao longo da década de 1930, em meio ao processo de contínuo de migração campocidade, Sul-Norte, bem como a forma como as políticas do New Deal acabaram por impactar as comunidades afro-americanas. Entretanto, para muitos que “desconfiavam” das estruturas políticas, em razão das contínuas agressões e silenciamentos, a melhor garantia de uma alteração de rumos e possibilidades era através do mundo do trabalho e da constante ascensão através do próprio esforço. Aqui, é importante destacar que “resistência conversadora” não significa algo como retrograda ou estática, mas sim um movimento que buscava pelas melhores possibilidades de forma segura e, diferente de políticas que podem ser revistas e retiradas, através de uma ação própria que marcaria o sujeito em sua trajetória.

A opressão constante que tomou parte das primeiras décadas do Século XX pode ser medida pelas ações e ataques às comunidades negras, no que se tornou chamado período dos linchamentos. Como aponta o historiador Todd Villeneuve (2017) havia um número de aproximadamente trinta ataques no Sul contra as populações afro-americanas, por ano, durante a década de 1920, ao mesmo tempo apontando o problemático fato de que muitas das pessoas linchadas, em grande parte dos casos, era inocente das acusações que lhes eram impostas. Ainda, importante frisar o fato de que se o acusado de alguma violência fosse branco, seria improvável seu linchamento ou mesmo julgamento. Com isso percebemos que o ato da agressão e do preconceito estava constituído dentro das percepções das populações estadunidenses que – de forma geral – oficializaram e permitiram a ocorrência de tais agressões.

Em tal sentido, a marca maior dos linchamentos dos anos 1920 foi a Ku Klux Klan, organização que ao atacar as populações negras, bem como outros estranhos aos seus olhos, publicitava noções de que os problemas sociais do país estariam atrelados a esses “diferentes”. Na sequência de nossa pesquisa acreditamos em poder apontar que há um rompimento com as agressões cometidas pelas Klan, uma vez que a partir da crise de 1929, a situação dos Estados Unidos degringolou, impactando a sociedade como um todo, gerando a partir dos governos de Roosevelt uma maior integração do mundo do trabalho. Ainda assim, antes de uma mudança mínima nas estruturas da sociedade e de um certo respeito às pluralidades, a Klan era um agente pela manutenção, exploração e expansão dos preconceitos raciais, através de ataques e representações difundidas.

A entrevista de John Chester Johnson, realizada em 28 de outubro de 2010, justamente indica um pouco da construção realizada pelo KKK, ao comentar a participação de seu avô em tal instituição. Nascido em 1944, Johnson narra um pouco das prospecções que sua mãe lhe passou sobre as atividades da Klan, a partir da convivência com seu avô. Há em meio a entrevista e a própria percepção que Johnson realiza sobre a fala de sua mãe de que houve uma tentativa de se construir uma representação da Klan que fugisse da real percepção de uma organização que agredia ao outro. Como ele aponta, ao ser questionado pelo entrevistador Scott Lunsford:

SL: Eu ... parece que você mencionou em uma entrevista anterior e talvez ontem, mas acho que foi antes - você ouviu uma vez que ele (seu avô) pode ter sido um membro do KKK. É aquele... **CJ:** Sim, bem, minha mãe - a filha dele mencionou algumas vezes quando eu estava crescendo que ele tinha sido um membro do KKK. E quando eu meio que indagava sobre isso, ela disse - você sabe, ela faria um comentário - "Bem, o KKK não era exatamente o que é retratado, e você sabe, que o KKK sairia no meio do às vezes à noite e - mesmo

na comunidade branca, se um pai estava abusando ou não sendo um bom pai para os filhos ou não um - seja o que for - o KKK faria uma declaração sobre isso. " E então era um - e ela tentaria usar isso como um pedido de desculpas⁶⁰ (JOHNSON, J. Chester. Transcrição da Entrevista. [28 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 18 – tradução minha).

Com essa fala percebemos a forma como se buscava construir um passado relativo a “ações positivas da Klan”. A perspectiva que pode ser retirada deste trecho é que para muitos houve uma tentativa de se ocultar as ações de agressão e assassinato, baseado em preconceitos raciais, a partir do apontamento de possíveis ações pelo bem da comunidade – sendo importante destacar que essas também imbuídas de atos de violência. O impacto das ações da Klan pode não ter sido o único agente a diminuir as possibilidades das populações afro-americanas, mas com certeza cumpriu um grande papel no cerceamento de liberdades, direitos e vozes dessas populações. Como Johnson complementa, ao indicar as ações do passado de seu avô podemos refletir quanto a problemática de uma memória positiva relativa a Klan ou ao período da segregação:

CJ: Mas, mesmo assim, você sabe, o KKK também tinha algumas prioridades imediatas que tratavam de manter a comunidade negra acorrentada. E também me lembro que foi muito interessante - minha mãe fez um comentário - acho que ela nunca fez mais do que um comentário sobre meu avô, que trabalhou no Missouri-Pacific e a quem, aliás, eu adorava. Ele também me adorava. Quer dizer, ele cuidou de mim. Depois que meu pai morreu, passei muito tempo ... morei com meus avós e, nessa época, eles já haviam se mudado de McGehee para Little Rock. Mas, de qualquer maneira, eu o adorei. Então, esses são os conflitos com os quais você vive. Mas ela disse que, você sabe, ele estava envolvido nos distúrbios raciais ou no massacre racial de Elaine ou como quer que você chame isso [ocorridos em 1919]. E isso - e eu não percebi o que isso significava até fazer muitas pesquisas sobre os tumultos raciais ou massacre de Elaine nos últimos anos, e você sabe, em alguns lugares, é descrito como o maior massacre racial que é existiu na história deste país. E tão pouco se sabe sobre isso e - mas é difícil ir de McGehee, onde ele morava, a Elaine sem a ferrovia. Você não pode ir diretamente pela estrada. E assim se - e a história é que, você sabe, ele pegou o seu... ele fazia parte de um grupo que deixou McGehee e foi para Elaine e participou da matança de afro-americanos naquela área geral⁶¹ (JOHNSON, J. Chester. Transcrição da Entrevista. [28 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lunsford, p. 18 – tradução minha).

⁶⁰ **SL:** *I—it seems like to me you may have mentioned in an earlier interview and maybe yesterday, but I think it was earlier—you heard one time that he (his grandfather) may have been a member of the KKK. Is that... CJ: Yeah, well, my mother—his daughter mentioned a few times when I was growing up that he had been a member of the KKK. And when I would sort of inquire about it, she said—you know, she would make a comment—“Well, the KKK was not exactly the way it's portrayed, and you know, that the KKK would get out in the middle of the night sometimes and—even in the white community, if a father was abusing or otherwise not being a good father for children or not a—whatever—that they would make—the KKK would make a statement about that.” And then it was a—and she would try to use that as an as an apology.*

⁶¹ **CJ:** *But, nonetheless, you know, the KKK also had some very [laughs] immediate priorities that dealt with keeping the black community in chains. And I also recall that it was very interesting—my mother made one comment—I don't think she ever made more than one comment about my grandfather, who worked on the Missouri-Pacific and whom, by the way, I adored. He adored me, too. I mean, he took care of me. After my father died, I spent a lot of—I'd lived with my grandparents, and by that time they had moved from McGehee to Little Rock. But, anyway, I adored him. So these are the [laughs] conflicts that you live with.*

Nesse complemento percebemos uma distinção muito importante: a figura do avô e a figura do membro da Klan. Nesse cenário é importante destacarmos como Johnson consegue realizar essa distinção e a partir dela apontar um fato fundamental: é assustar acreditar que um avô amável, pudesse ter tomado parte nas ações de um grupo como a Klan. Os massacres contra as populações negras eram praticados por grupos, mas também havia ações individuais e são essas agressões que em muitos momentos instigavam que as figuras paternas dos jovens afro-americanos, como Alley e Ferguson, ao invés de instigarem seus filhos a participarem dos movimentos civis, os incentivassem a fazerem parte do mundo do trabalho, através de uma boa formação.

Os Anos 1930 e os Movimentos Civis no Mundo do Trabalho

A violência contra as populações negras foi uma grande parte desses primeiros anos do século XX, marcando vivências e legando formas distintas de reação. É justamente a partir desse contexto de agressões, somado à oficialização das leis de segregação e aos imaginários impostos a essas populações afro-americanas que é importante compreendermos que não há uma data que define o início de uma reação. Assim, é importante compreender que os Movimentos Civis possuem diversas fases, e que os diversos eventos e momentos que os marcam eram simbolizados como espaços nos quais a população afro-americana buscava por sua voz e possibilidade de uma nova realidade.

Já nos anos 1930 a ideia de direitos iguais inculcadas nestas manifestações foram criticadas e combatidas por um espectro que seria muito forte e recorrente na imposição de um silenciamento das comunidades negras: o comunismo. A ideia de os movimentos pelos direitos civis estarem atrelados apenas ao mundo político das relações e distinções entre capitalismo e comunismo é uma simplificação indevida. Ações correram os Estados Unidos como um todo, mas ao atrelarmos nossa análise ao estado Arkansas podemos perceber a forma com a qual uma ampla luta foi simplificada. Na capital do referido estado, Little Rock, podemos notar um dos eventos que marcam o princípio dos amplos

But she said that, you know, he was involved in the Elaine race riots or race massacre or whatever you call it. And that—and I didn't realize what that meant until I have been doing a lot of research on the Elaine race riots or massacre in the last few years, and you know, in some places, it's described as the largest race massacre that's existed in this country's history. And so little is known about it and—but the—it's hard to get from McGehee, where he was living, to Elaine without the railroad. You can't go directly by road. And so it se—and so story was that, you know, he got on his—he was part of a group that left McGehee and went to Elaine and participated in the slaughter of African Americans in that general area.

movimentos civis, nesse caso atrelado ao sistema educacional, no que ficou conhecida como a Crise de Central High, de 1957.

Essa conhecida crise despertou um olhar mais atento para a problemática da perpetuação da instituição segregacionista, culturalmente representadas através do ditame das “Leis de Jim Crow”. Uma vez que cenas das agressões e ameaça sofridas pelos primeiros nove estudantes afro-americanos que ingressaram em uma escola antes tida como apenas “de brancos” rodaram o país, ampliando as percepções relativas a problemática de um regramento que agredia a todos e a todas.

Nas cenas registradas em frente a Central High percebemos como a grande maioria dos cartazes e materiais apresentados pelos manifestantes contrários a integração do ambiente escolar chamava a medida de comunista. Ou seja, acima de tudo havia o receio de que a presença dos jovens negros pudesse de fato ser uma ideia advinda do grande inimigo pintado pelo macarthismo: o comunismo soviético.

Como percepção da simplificação dessa compreensão cabe refletirmos sobre duas frases que estão presentes na entrada do Central High Museum, para além da 14ª Emenda, somos apresentados a duas citações. A primeira, de Daisy Bates, afirma que: “o que está acontecendo em Little Rock transcende a ideia de segregação e integração – é uma questão sobre o que é certo e o que é errado”. A segunda, de Melba Pattilo, uma das nove de Central High, afirmando que “depois de três dias inteiros dentro de Central, eu sei que Integração é uma palavra muito maior do que havia pensado”.

O movimento ia para além de uma percepção da divisão do mundo, de acordo com o ditame genérico relativo à Guerra Fria: capitalistas de um lado e comunistas do oposto. Os movimentos civis eram uma tentativa de mudar a sociedade, em razão das desigualdades empreendidas e solidificadas no país desde o fim do período da Reconstrução, no pós-Guerra da Secessão, porém foram compreendidos ou representados enquanto elementos de uma suposta ameaça comunista. Assim, o objetivo de tal reflexão será o de pensarmos nas formas e motivações que levaram a esse movimento ser compreendido dentro do espectro do medo comunista.

No que se refere ao movimento das comunidades afro-americanas é importante salientar que por muito tempo tiveram dificuldade de lutar por novos e melhores direitos e qualidade, uma vez que a política de “separados, mas iguais” gerou um peso tremendo para a organização da questão social. Apesar, de como veremos, a Segunda Guerra Mundial, ter gerado uma pequena alteração de percepções relativas as imposições

segregacionistas, precisamos notar que já haviam outros movimentos na busca pela integração.

Podemos apontar que o discurso discriminatório que embasou a retórica da segregação, relativa as populações afro-americanas, estava ligado a um problema estrutural. As imagens e falas feitas e a difusão de um imaginário relativo aos afro-americanos difundiram uma ideia próxima ao chamado ‘saber de opinião’, conceito formado por Patrick Charaudeau (2006, p. 583). De acordo com o autor, o ‘saber de opinião’ está vinculado e baseado em juízos de valores adquiridos e partilhados por meio de grupos sociais. Ou seja, ainda que seja um valor passível de contestação ele afirma um valor de verdade e impõem um real baseado no costume, que muitas vezes acaba por impedir uma percepção da realidade. Com relação às políticas de segregação, houve a construção de um saber de opinião coletiva, onde foi realizado o julgamento de um grupo a respeito de outro, possuindo um caráter qualitativo que buscava por diminuir o outro, no caso, os afro-americanos.

Nesse sentido, reforçamos, a estrutura discriminatória fazia parte dos estados do norte e do sul, a única variação estava na escala como essas medidas segregacionistas eram impostas. No campo da educação o movimento para o fim dessas barreiras teve início nos anos 1920 e 1930, como iremos detalhar a frente, tendo para além de outros espaços como Igrejas e organizações sociais, a liderança e o apoio da Universidade de Howard. Porém, para além desses esforços, foi com o período pós Segunda Guerra Mundial que as relações políticas que amparavam a segregação começaram a ser questionadas “por todos” e atacadas, em busca de seu fim. Houve a perspectiva para

os negros americanos, de que os anos 50 foram anos de esperança, tal como os anos 40 tinham sido os do despertar. No clima de euforia econômica, não duvidavam de que o único obstáculo à sua participação na prosperidade geral era a discriminação social (MELANDRI, 2000, p. 188).

Em tal sentido, é importante compreender que o papel do movimento trabalhista, muito desenvolvido por forças consideradas do espectro de esquerda, oportunizaram no contexto posterior a Crise de 29, apoio e oportunidade para muitos trabalhadores e trabalhadoras negras. O que os movimentos civis inicialmente geram é um espaço de trabalho, que com o decorrer dos anos 1930 se solidificou em razão do esforço de guerra.

Logo, tendo em vista que o movimento trabalhista esteve por muito tempo atrelado aos esforços do Partido Comunista por novos espaços e possibilidades, como aponta Ellen Schrecker (1999), é viável entender a construção que levou o movimento

pelos direitos civis, das comunidades afro-americanas, a serem compreendidos enquanto comunistas. E nesse cenário é importante distinguir os dois movimentos, o civil e o dos direitos civis. Enquanto o primeiro buscava por uma mudança macro da sociedade, dentro de diversos elementos, o segundo está inserido nesse, porém se destacando por incorporar a luta específica de uma população constantemente atacada e silenciada.

A ruptura das estruturas sociais que já estava na base dos movimentos civis gerou uma série de mudanças ao redor dos Estados Unidos, porém essas alternâncias despertavam um certo medo relativo ao desconhecido. Ao somarmos a questão dos direitos civis, uma luta muito necessária a partir das comunidades afro-americanas, temos uma tentativa de rompimento com os preconceitos arraigados na sociedade e a problemática advinda de tal construção. Foi esse receio de uma mudança, somada a construção de um inimigo externo, que estaria infiltrado na sociedade estadunidense que permitiu a construção de uma ideia de que essa alteração seria de perfil comunista. E nesse sentido, antes mesmo da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria iniciar houve a construção deste fantasma, que já nos anos 1930 – em um contexto de reconstrução econômica, pós-crise de 1929 – começava a se manifestar ao perceber a movimentação por uma maior igualdade racial.

Em tal sentido, é importante compreender que o medo que uma perspectiva de mudança trazia para as grandes elites da sociedade, mas principalmente para o *Deep South* uma resignificação das relações representaria um rompimento com o que status quo que seria, do ponto de vista da supremacia branca, inviável. A mudança, neste cenário seria a igualdade em um meio onde a única distinção era a questão racial, que acabava por elevar o status da população branca, sem importar sua condição social, perante qualquer membro da comunidade afro-americana.

É importante apontar que a vinculação do comunismo com a ideia de luta – advinda dos movimentos civis dos anos 1950 e 1960 – pode ser recuperada desde os anos anteriores a Segunda Guerra Mundial. Como aponta Ellen Schrecker, ao indicar que foi o Partido Comunista estadunidense (CPUSA) uma das primeiras organizações a defenderem diversas reformas sociais. A historiadora ainda indicaria que de todas as reformas buscadas nenhuma foi “tão marcante como na área das relações raciais. Durante grande parte das décadas de 1930 e 1940, o Partido Comunista foi uma das poucas organizações políticas não especificamente dedicadas aos direitos civis para clamar pela igualdade racial” (SCHRECKER, 1999, p. 9)

Assim, percebemos que o comunismo, de forma generalizada, ia na contramão dos principais agrupamentos políticos do país ao defender uma noção de igualdade no mundo do trabalho que decididamente não era popular. A luta por direitos iguais já ocorria nos Estados Unidos antes da década de 1930, sendo importante destacar a ação da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP), fundada em 1909, esteve continuamente em ação pelo combate as políticas segregacionistas e pela igualdade de direitos - atuando no nível de apoio individual a famílias, bem como apoio legal quando necessário, através de advogados. Em tal cenário, ao longo das décadas de 1910 e 1920 se destaca o importante papel de tal organização na luta contra a segregação no ambiente de ensino, inicialmente superior, para então voltar-se para o básico, tendo sua atuação consolidada no caso *Brown vs Kansas Board of Education*⁶². Logo, a luta do movimento negro já existia e tinha um impacto social, porém o que diferencia o partido comunista ao se juntar a essa causa é que é uma agremiação política, algo que antes não havia ocorrido – principalmente após o período de Reconstrução posterior a Guerra da Secessão (1863-1873).

Logo, torna-se possível compreender – em partes – a forma como o movimento pela igualdade dos direitos civis se confunde com o comunismo, não por questões teóricas ou alinhamentos imediatos, mas por ter sido um grupo político em defesa daqueles ideais indicados na Declaração de Independência e Constituição. Como indica Schrecker um dos principais espaços de atuação do movimento comunista, na década de 1930, foi o

⁶² Esse caso, na realidade, foi um somatório de ações voltadas para a questão de superar-se a segregação escolar, teria sido somado a experiências na Carolina do Norte, Virginia, Delaware e Washington D.C. O nome do caso faz referência aos acontecimentos da cidade de Topeka, no Kansas, em 1951, onde se deu o prosseguimento a uma luta que daria nome a série de movimentos que buscava pela igualdade ao acesso de ensino, bem como ao fim da segregação, de maneira geral, mas com foco principal nos sistemas de ensino, o caso *Brown vs. Kansas Educational System*. Em 1952, quando a Suprema Corte buscou ouvir e unir todos os casos de segregação no sistema de ensino, ao caso *Brown vs. Kansas Educational System*, criou-se uma grande expectativa, em virtude da dualidade da situação: ou a corte romperia com uma política que permitia a segregação ou seria leniente e permitiria a continuidade de tal prática. O judiciário nacional passou um ano discutindo a questão, gerando incertezas com relação à questão - em outubro de 1953 o então Chefe de Justiça Fred Vinson faleceu, sendo então empossado como Chefe de Justiça, o antigo governador da Califórnia, Earl Warren que, em 1954, chegou a um veredito unânime. A decisão da Suprema Corte foi proferida no dia 17 de maio de 1954, por Earl Warren que buscou por um voto, unânime, contra a perpetuação das práticas segregacionistas, no sistema de ensino. Em sua decisão é possível notar a contrariedade para com as políticas que reafirmavam os valores de “separados, mas iguais”: [...] A segregação de crianças brancas e de cor em escolas públicas possuem um efeito danoso nas crianças de cor. O impacto é maior ainda quando tal prática é sancionada por lei, pois a política de raças separadas é normalmente interpretada como a denotar a inferioridade das comunidades Negras... [...] Qualquer visão contrária a essa perspectiva é rejeitada.[...] Concluímos que na esfera da educação pública a doutrina de “separados, mas iguais” não tem espaço. Uma educação em instituições separadas é inerentemente desigual”. (Supreme Court of the United States, *Brown v. Board of Education*, 347 U.S. 483 (1954)). Tal fala foi retirada da decisão da Suprema Corte, disponível em: <<http://objectofhistory.org/objects/show/lunchcounter/90>>, acessado em: 08 de setembro de 2021.

suporte à inserção das populações afro-americanas no ambiente de trabalho, algo para qual o esforço da Segunda Guerra Mundial foi fundamental. Ou seja, uma porta de apoio e suporte ao movimento negro foi justamente a construção de caminhos para a atuação profissional em espaços que, anteriormente, teriam sido negados em razão da segregação.

Não obstante, com o fim desse segundo conflito mundial, ainda que muitos dos trabalhadores afro-americanos tenham mantido seu emprego, a atuação política e de defesa desses interesses realizadas pelo partido comunista começaram a ser atacadas e silenciadas. Como indicou Ellen Schrecker (1999, p. 10) “a cruzada anticomunista trouxe boa parte desses esforços ao fim”, uma vez que já não haveria força política para lutar por mudanças sociais – tendo em vista que o alinhamento dessas estariam com o espectro comunista da sociedade.

Nesse cenário é importante destacar a problemática da visão dicotômica de uma divisão do mundo entre capitalistas e comunistas. Como esse movimento, dentro do mundo do trabalho, em prol dos direitos civis, que mais do que uma vinculação com o comunismo internacional, buscava por direitos básicos, sendo atacado e diminuído por uma simplificação das relações. Porém é justamente esse ato de simplificar o outro ao papel de “inimigo comunista” que amplia o sentimento de medo para com qualquer mudança social significativa. O anticomunismo, em sua ampliação e aceitação pela sociedade, tem sua marca ao indicar que qualquer alteração seria perigosa e deveria ser atacada e, em tal formulação, o medo é um produto de fácil venda, gerando diversos estereótipos.

Justamente a noção que foi construída no governo Truman, relativa ao perigo ideológico proveniente da União Soviética, foi o motor de fomento desse afastamento de qualquer ideia que estivesse atrelado ao imaginário relativo a este inimigo: o comunismo. O medo foi um fator tão amplo nessa construção que com o macarthismo o próprio argumento estadunidense de ser uma terra de oportunidades e liberdade foi atacado por seus construtores. Como indica Sidnei Munhoz (2020, p. 192-193),

com o crescimento dos conflitos entre as potências globais, a perseguição político-ideológica tornou-se exacerbada tanto no campo soviético quanto no estadunidense. Nos EUA, entre 1950 e 1954, o macarthismo violou a democracia, invadiu a privacidade de milhares de pessoas, monitorou e impôs o silêncio aos meios de comunicação, restringiu a liberdade acadêmica e provocou a expulsão e o ostracismo de centenas de docentes, estudantes e pesquisadores universitários (CHOMSKY, 1997). Naquele contexto, as sessões da *House Un-American Activities Committee*, transformadas em verdadeiros espetáculos e transmitidas ao grande público, faziam o cidadão

médio estadunidense acreditar que o seu país estava prestes a ser invadido por forçar comunistas.

Com isso percebemos que o medo foi construído, disseminado e apresentado enquanto uma possibilidade próxima e imediata – mesmo que na prática não fosse algo tão real quanto sua representação. A forma como a ameaça comunista foi trabalhada principalmente pelos poderes políticos criou uma atmosfera de perigo e receio, onde a difusão de informação prejudicava as relações “comuns”, apesar de cumprir com seus interesses e objetivos políticos.

Nesse contexto, podemos compreender a forma como lideranças do movimento negro, por exemplo tiveram suas vidas constantemente acompanhadas e espionadas, aqui apontando o caso de Malcolm X e Martin Luther King Jr. Esses personagens, bem como diversos outros, eram compreendidos como forças de uma mudança que criaria disfunções na sociedade, gerando alterações que seriam compreendidas ou defendidas enquanto negativas. A forma de exposição das informações relativas ao comunismo criou o medo relativo a toda uma realidade de diferenças, simplificando os movimentos civis a uma noção de desordem, atrelado ao perigo comunista.

Pouco se percebia a importância dessa mudança buscada pela ação das comunidades afro-americanas, muito mais do que uma ideologia comunista, era uma luta por saúde, por educação. Em um trabalho de recuperação de memórias relativas aos primeiros estudantes negros a ingressarem em escolas integradas, Lisa Corrigan capta a noção de Terrence Roberts, hoje com 79 anos, e um dos primeiros estudantes integrados em Little Rock, Arkansas, de que mesmo hoje o tempo de comemorar ainda não chegou, há um longo caminho para se percorrer, visando à conclusão do processo iniciado nos anos 1950.

Com essa fala apresentada por Lisa Corrigan (2018) indicamos como o medo do comunismo foi uma construção que silenciou muitas populações e lutas, negando espaços e possibilidades. Os movimentos civis foram singularizados pelo desinteresse de muitos grupos na questão da igualdade racial, pois isso moveria em preconceitos muito arraigados no horizonte dos Estados Unidos. O verdadeiro medo que se construiu foi o medo da emergência de novas possibilidades e vozes, bem como os impactos que essas trariam.

É nesse sentido que devemos olhar para o contexto do pré-Segunda Guerra Mundial como um momento de ebulição, de mudanças e de confrontos em razão destas, principalmente no ambiente do trabalho – um novo espaço do qual as comunidades afro-

americanas estavam começando a se inserir. De tal forma, na década seguinte, com o advento do conflito e a experiência dos veteranos afro-americanos somos levados a refletir e a compreender que uma luta pela real mudança e fim das estruturas segregacionistas estava se aproximando. Até aqui foi possível perceber a forma como se desenvolveu a opressão e os mitos relativos às comunidades negras, assim – ao analisarmos o contexto da Segunda Guerra Mundial – indicaremos os extremos muitas vezes percebidos pelos veteranos e a urgente necessidade de uma alteração deste status quo de segregação.

Capítulo 03: O contexto da Segunda Guerra Mundial e a Segregação Americana

Enquanto o primeiro capítulo esteve destinado a uma análise referente ao histórico da construção das estruturas da segregação e o segundo buscando refletir quanto a vida anterior aos anos 1940, sob as estruturas da segregação, este buscará refletir e trabalhar com um princípio de desmantelamento de tais estruturas. Ao mesmo tempo, no segundo momento desta pesquisa buscou-se refletir quanto à construção de um mito e um imaginário relativo às populações negras, bem como os efeitos de tais práticas no período pré-guerra, agora analisaremos os efeitos do contexto do conflito para as populações negras.

Neste capítulo, iremos trabalhar com a narrativa de três veteranos, que apontam as problemáticas percebidas em meio à segregação que era imposta no interior das forças armadas, algo que era apenas um sintoma de uma ampla problemática social. A partir das percepções e dos desejos de uma alteração de cenários, bem como as diferentes formas como eram buscadas, iremos trabalhar com as formas como a política estadunidense lidou com essa ampliação da luta por direitos iguais.

Aqui, o objetivo será concluirmos nossa narrativa com a reflexão que norteia nossa pesquisa: até que ponto poderia ser o contexto da Segunda Guerra Mundial considerado um divisor de águas, em meio a séculos de opressão e segregação, oficial ou não? Ao mesmo tempo, refletiremos como mesmo, após as primeiras alterações legislativas, a segregação não teria sido encerrada, mesmo com o esforço de muitos – incluindo grande parcela dos veteranos.

Entre Significados e Possibilidades

Nos anos imediatos do pós-guerra poderíamos supor uma mudança no cenário e percepção relativos a voz e a representatividade das populações afro-americanas, principalmente ao levarmos em conta a normativa que Truman assina em 1947, encerrando a segregação dentro do exército. Porém, podemos e devemos refletir se de fato é possível indicar o cenário da Segunda Guerra Mundial enquanto um ponto de inflexão que ampliaria e daria suporte aos amplos *Civil Rights Movements*, que marcaram os anos 1950 e 1960.

Mais do que uma ampla transformação, o contexto da Segunda Guerra Mundial ofereceu uma ampliação da percepção de que as desigualdades construídas entre negros e brancos, tal qual era defendida não faria sentido. Nos espaços de trabalho se demonstrou

que a mão de obra afro-americana teria a mesma ou melhor qualidade do que as de sua contraparte. Ao mesmo tempo, para além de um forte empenho na frente interna da guerra (vinculado ao mundo do trabalho), era possível perceber o envolvimento com a ação militar em si, nos campos do Pacífico ou do cenário europeu. Ou seja, uma população que historicamente foi marginalizada na história dos Estados Unidos envolveu-se diretamente com o esforço de guerra, porém nem por isso teve uma abrupta mudança de realidade.

No pós-guerra, a maioria das estruturas segregacionistas foram mantidas ou retomaram a sua força. Em que pese tal continuidade, podemos notar que há uma alteração de percepções referente aos pesos e às possibilidades frente às velhas amarras segregacionistas. Pois o que o esforço de guerra demonstra é que havia menos diferenças entre brancos e negros do que o imaginário sociodiscursivo do período deixava transparecer.

As diversas estruturas discriminatórias estavam enraizadas tanto nos estados do Norte quanto do Sul, a única variação estava na escala como as medidas segregacionistas eram impostas. No campo da educação, o movimento para o fim dessas barreiras teve início nos anos 1920 e 1930, como iremos detalhar à frente, tendo para além de outros espaços como Igrejas e organizações sociais, a liderança e o apoio da Universidade de Howard. Porém, para além desses esforços, foi com o período pós Segunda Guerra Mundial que as relações políticas que amparavam a segregação começaram a ser questionadas “por todos” e atacadas, em busca de seu fim.

Como Robert Jefferson sugere (2003, p. 1004), foi em parte as dificuldades da II Guerra Mundial que trouxeram com força uma nova discussão relativa à posição dos afro-americanos, fomentando um novo ativismo que seria um dos caminhos para que fomentaram os movimentos civis das décadas seguintes a guerra. Como o autor aponta, o retorno e a preocupação com veteranos de guerra negros originaram uma esperança relativa à mudança da realidade e das práticas segregacionistas (2003, p. 1006).

Como indicamos na introdução deste trabalho, ao ser entrevistado pelo *Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History* sobre “o que a Segunda Guerra fez com a vida aqui [EUA]”⁶³, Randall Ferguson Sr. afirmou que ela tornou as coisas melhores, no

⁶³ A transcrição e o vídeo da entrevista podem ser encontrado no site do Pryor Center: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=FERGUSON-Randall-Sr&displayName=Randall%20Ferguson%20Sr.&thisInterviewee=428>, acessado no dia 10 de outubro de 2020, o dialogo ao que nos referimos está na página 71 da transcrição da entrevista, realizada no ano de 2009: “(SL) So do you remember what life— what World War II did to life back here at home? (RFS) It made the relationship between the white and the black better because they had to change”.

que se refere à integração⁶⁴. Sob sua perspectiva, as coisas tinham que melhorar – uma vez que a doação, o perigo e a defesa realizada durante a experiência da guerra colocou brancos e negros juntos, com o mesmo objetivo. Logo, ao voltarem para casa, influenciaram uma nova perspectiva para que as relações fossem levadas para um padrão diferente, que superasse a segregação vigente.

É perceptível que até a Segunda Guerra Mundial, ser negro ou imigrante, nos Estados Unidos gerava uma profunda repressão e exclusão. Integração era uma palavra pouco utilizada e evitada por muitos – em razão de tal postura passou a existir o desenvolvimento de comunidades “fechadas”, baseado nas similares étnicas e culturais. Porém, é fundamental compreendermos que o conflito mundial não é, no todo, um marco do fim dos preconceitos e da busca pela igualdade, porém um princípio de foco nesse problema que marcava a sociedade estadunidense.

A partir de tais reflexões, propomos a realização de uma dupla reflexão. A primeira referente ao contexto da guerra e o que ela representaria para o movimento das comunidades afro-americanas, principalmente ao falarmos das expectativas por verdadeiras mudanças – refletindo quanto a memória de três veteranos afro-americanos. Em complemento, se focará na questão dos veteranos negros e seu tratamento, refletindo quanto aos reais efeitos da Segunda Guerra Mundial para uma mudança de valores no que tange às relações raciais – focando quanto às reais alterações e os seus impactos após 1945. A partir desse duplo escopo, fecharemos nossa análise ao debruçarmos nosso olhar sobre a Ordem Executiva 9981 que, assinada pelo presidente Harry Truman, em 1948, abolia a segregação racial nas forças armadas. De tal forma, ao longo deste capítulo final pretendemos lançar um olhar aprofundado sobre a diferença entre a percepção de uma mudança, para sua verdadeira prática – iniciando tal reflexão a partir das memórias e das percepções de uma melhora após esse grande conflito mundial.

A Dupla Vitória e seus significados

Como indicamos, o contexto da Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de alterações e desejos por uma mudança perpétua – este último ponto uma das grandes

⁶⁴ Randall Ferguson Sr. nasceu em fevereiro de 1919, na cidade de Hope, Arkansas. Ao longo da Segunda Guerra Mundial serviu na 92ª Divisão do 5º Exército. Após o fim do conflito abandonou a carreira militar. Ponto interessante, ao apresentarmos essa breve biografia, é refletirmos que, em uma tradução literal, Hope é esperança. Tendo nascido em tal cidade, esse foi um sentimento nutrido por esse veterano, um desejo e uma espera de melhorias – porém tais mudanças demorariam e não viriam sem uma longa luta.

incógnitas do contexto. Em 1942, o jornal Pittsburgh Courier iniciou a difusão do slogan *Doudle V*. O objetivo de tal ideia e sua difusão era o de gerar a reflexão e a movimentação em direção a uma participação no esforço de guerra que possibilitasse a vitória não apenas externamente, mas que também alterasse a realidade interna.

Um dos primeiros argumentos publicados neste sentido, também no Pittsburgh Courier, foi a carta intitulada “*Should I Sacrifice to live ‘Half American’?*”, escrita por James G. Thompson, em 31 de janeiro de 1942. Em sua narrativa, Thompson procurou refletir sobre ao chamamento que o governo dos Estados Unidos estava fazendo na sequência ao ataque japonês a Pearl Harbor. A perspectiva de buscar “uma vitória” era o norteador da retórica e de uma perspectiva de instigar o alistamento de novos soldados, sob uma perspectiva de vingar “o dia infame”, nas palavras do Presidente Franklin Roosevelt. A reflexão proposta por Thompson traz a seguinte introdução: “a maioria dos nossos líderes sugere que sacrifiquemos nossas ambições em prol desta, a vitória. Com isso eu concordo; mas me pergunto se outra vitória não seria possível ao mesmo tempo”⁶⁵ (THOMPSON, 1942 – tradução minha).

Com isso é possível perceber o detalhe da narrativa deste jovem homem, afro-americano, de 26 anos no período, que tinha sim a vontade de servir ao seu país – mas sem deixar de refletir sobre sua ação. Como Thompson indica, existia a possibilidade de outras vitórias, em conjunto com essa ação militar de presença junto ao esforço de guerra dos Aliados. É este o ponto em que refletiremos aqui, antes de adentrarmos na forma como o contexto de guerra impactou a luta pela integração social. A Dupla Vitória, como Thompson começa a refletir é aquela na qual não apenas no cenário externo haveria uma vitória, mas que no contexto interno existiria uma alteração de postura perante as comunidades afro-americanas. Em seu artigo, Thompson realizou algumas questões que se tornam importantes para a reflexão aqui propostas:

Devo sacrificar minha vida para viver como meio-americano? As coisas melhorarão para a próxima geração, após a paz? Seria demais exigir status total enquanto cidadão pelo sacrifício de minha vida? A América que conheço vale a pena ser defendida? Será a América uma verdadeira e pura democracia após essa guerra? Afro-Americanos continuarão a sofrer com as indignidades que lhes foram impostas no passado?⁶⁶ (tradução minha).

⁶⁵ Most of our leaders are suggesting that we sacrifice every other ambition to this paramount one, victory. With this I agree; but I also wonder if another victory could not be achieved at the same time.

⁶⁶ “Should I sacrifice my life to live half American?” “Will things be better in the next generation for the peace to follow?” “Would it be demanding too much to demand full citizenship rights in exchange for the sacrificing of my life?” “Is the kind of America I know worth defending?” “Will America be a true and

Esses questionamentos indicam a problemática que estava imposta no contexto da guerra: valeria a pena o risco próprio, em defesa da liberdade, no exterior – enquanto em casa, esse não seria um valor amplo? A dupla vitória convidava a comunidade dos Estados Unidos a uma reflexão sobre a sua estrutura interna e as problemáticas desse mundo social e político. Como as seis perguntas realizadas por Thompson indicam, a situação interna seria tão ruim quanto a que se desenhava no ambiente externo: falta de valores como liberdade, igualdade e do próprio valor de cidadania.

Ao focarmos na questão relativa a se “a América que conheço vale a pena ser defendida?” é onde percebemos a grande falácia na retórica relativa a luta pela liberdade. Um país que havia sido construído sob as amarras da escravização, mas que também desenvolveu seu próprio código normativo de exclusão racial, não seria de fato o bastião dessa propalada defesa da liberdade. Ao proporem essa reflexão, tanto James G. Thompson quanto Pittsburgh Courier, buscavam justamente o desenvolvimento de uma nova possibilidade e espaço de integração e vivência, uma superação das barreiras construídas ao longo dos séculos XIX e XX.

O ativismo negro nos Estados Unidos foi um movimento que contou com diversas formas e faces, podendo ser considerado que no contexto da Segunda Guerra Mundial se chegava a terceira fase. Inicialmente esse movimento havia sido institucionalizado nas décadas de 1910 e 1920, sendo o principal exemplo disto a criação da NAACP. Na sequência, muito em razão da crise de 1929, o movimento passou por uma reorganização – uma vez que houve uma alteração das relações no mundo do trabalho, como indicado anteriormente. Mas, ao mesmo tempo, o contexto dessa reorganização teve como uma de suas bases o princípio de migração das comunidades afro-americanas, do Sul para o Norte, bem como do campo para a cidade.

Desta forma, a década de 1940 e o contexto da Segunda Guerra Mundial apresentavam uma nova possibilidade de espaço e voz para essa comunidade, constantemente agredida e silenciada dentro dos Estados Unidos. Antes mesmo do manifesto publicado no Pittsburgh Courier houve a tentativa, no ano de 1941, da realização de uma marcha à Washington, em busca da igualdade de no campo do trabalho voltado ao campo industrial do esforço de guerra. A marcha foi cancelada, uma vez que houve o comprometimento do Presidente Roosevelt em fazer publicar uma Ordem

pure democracy after this war? “Will Colored Americans suffer still the indignities that have been so heaped upon them in the past?”

Executiva que garantisse melhor qualidade e integração das comunidades afro-americanas neste novo campo do trabalho⁶⁷. Porém, este tipo de movimento demonstra uma nova formatação do movimento pelos direitos das populações afro-americanas, uma ação que buscava cada vez mais pelo amplo envolvimento da comunidade e da sua inserção em novos espaços.

Se os Estados Unidos de então, como questiona Thompson, talvez não fossem um espaço a ser defendido e mantido – havia a necessidade de uma mudança, de uma alteração do cenário interno. E nesse cenário, a proposição de resposta com a qual o próprio Thompson encontra é a de que o cenário vai mudar. Dentro de uma ótica patriota, é percebido como o jovem nota a participação no esforço de guerra enquanto uma aposta em um futuro melhor, mais justo e igualitário. Ao mesmo tempo em que sua resposta procura garantir não estar “atacando sua nação”, procura garantir e fazer um voto de que o sacrifício da guerra certamente trará melhores condições para o futuro. Como o mesmo indica:

Para responder à questão feita no parágrafo anterior eu poderia dizer que não há nenhuma dúvida sobre a valia de defendermos este país: as coisas serão diferentes para a próxima geração: os afro-americanos conquistarão seu espaço, e a América irá, eventualmente, se tornar a verdadeira democracia como foi pensada. Essas coisas irão se tornar realidade com o tempo, mas não sem um contínuo esforço para garanti-las⁶⁸ (tradução minha).

Dessa forma, a percepção do esforço de guerra, para a obtenção da Dupla Vitória, nas palavras de James Thompson, indica esperança. Se a estrutura de um exército e uma nação segregada se manteve tão forte quanto na primeira guerra mundial (GRANT, 2014), agora seria a esperança e o esforço agregado das comunidades afro-americanas que garantiria alteração do cenário. O que estava em jogo não era apenas o rompimento com as estruturas impostas por Jim Crow, mas o acesso ao mundo do trabalho, a igualdade das oportunidades e dos espaços. A participação no esforço de guerra não era algo simples, mas sim uma ação que buscava por mudanças na estrutura da sociedade. A promessa de Roosevelt em 1941 pode e deve ser ligada ao contexto eleitoral, bem como de início do

⁶⁷ March on Washington in 1941. Disponível em: <https://spartacus-educational.com/USAmarchW.htm#:~:text=In%201941Philip%20Randolph%20and,July%2C%201%2C%201941%22>.

⁶⁸ In way of an answer to the foregoing question in a preceding paragraph I might say that there is no doubt that this country is worth defending: things will be different for the next generation: colored America will come into their own, and Americans will eventually become the true democracy it was designed to be. These things will become a reality in time; but not through any relaxation of the efforts to secure them.

conflito. Entretanto, em sua promessa de garantir igualdade, construía-se uma publicização das possibilidades de mudança.

A Dupla Vitória não era e não pode ser vista apenas como um discurso. Ela partiu de uma articulação reflexiva e propositiva de uma comunidade negra que alterava sua forma e espaço de ação, após a reorganização do movimento nos anos 1930 e a migração de grande parcela das comunidades afro-americanas do campo para as cidades. A possibilidade de uma atuação em tal sentido, imbuía a participação no esforço de guerra.

Quando a guerra findou em 1945, programas e possibilidades para os soldados foram liberados, mas não tinham um teor de igualdade – como iremos indicar. A própria Ordem Executiva 9981, que findaria com a segregação no exército, de 1948, teve um valor mais político do que de aproximação com a realidade – em razão das eleições daquele ano.

Assim, com essa perspectiva sobre os espaços e a possibilidade da conquista dessa Dupla Vitória, devemos refletir sobre como o contexto da guerra influenciaria os Movimentos Civis que marcariam os anos 1950 e 1960. De certa forma, podemos considerar um movimento em busca de respostas as promessas quebradas, a perpetuação das estruturas segregadas e da imobilidade política em prol de mudanças de fato. A guerra por si só, não pode ser vista como “A” grande mudança, entretanto seu contexto pode ser visto como um dos pontos finais da reorganização dos movimentos negros e de início de uma movimentação político-social mais ampla.

Os Possíveis Efeitos da Segunda Guerra Mundial para a questão da Segregação, a partir das Memórias de três Veteranos

É importante retomarmos a ideia de Pierre Melandri de que houve a perspectiva para “os negros americanos, de que os anos 1950 foram anos de esperança, tal como os anos 1940 tinham sido os do despertar. No clima de euforia econômica, não duvidavam de que o único obstáculo à sua participação na prosperidade geral era a” discriminação social (2000, p. 188). Ou seja, o pós-guerra apresentou uma nova oportunidade de ação, de fala, bem como a possibilidade de serem ouvidos, para as comunidades afro-americanas. As Leis de Jim Crow que no princípio do século XX eram uma barreira intransponível, agora começavam a esmorecer pelo fortalecimento dos movimentos civis e a esperança com uma nova vida.

Através dos arquivos do Pryor Center podemos ter essa percepção ao longo de diversas falas de antigos combatentes da Segunda Guerra Mundial, porém escolhemos

retomar a fala de Randall Ferguson Sr. Ao ser questionado, em sua entrevista, sobre como as coisas estavam em casa, após a guerra, comenta que a Guerra mudou as coisas para melhor - uma vez que: “a guerra fez com que a relação entre brancos e negros melhorasse porque era necessário que mudassem [suas perspectivas e valores] lá. [...] Todos tínhamos as mesmas coisas para comer. Tomávamos banho e nos trocávamos no mesmo lugar. Tínhamos que nos conhecer melhor”⁶⁹.

A partir da fala de Randall percebemos que o efeito da guerra, na população local, foi de diminuir barreiras, de aproximação e conhecimento perante o outro. Como ele afirma, havia uma necessidade de se “conhecer melhor” e foi essa a responsável pelo recuo no valor e na imposição de um imaginário que afastava as comunidades negras como portadoras de um mal terrível.

O contexto dos soldados que participaram da luta, seja contra as forças do Eixo no Pacífico ou na Europa, era o de engajamento contra movimentos totalitários que eram apontados como inimigos da democracia. Militares tiveram que fazer amizades com quem fazia parte do seu grupo durante campanha, enquanto as comunidades que ficaram nos Estados Unidos, além de apoiarem o esforço de guerra de outras maneiras, estavam começando a interagir com diferentes grupos, como Randall indica. Nesse sentido, o pós-guerra começou a fortalecer o questionamento às políticas de segregação, uma vez que como John C. McManus (2000, p. 333), afirmou

ao retornarem para casa, depois da guerra, os negros voltaram para uma vida de injustiças. Enquanto tinham acabado de ajudar a destruir um dos mais homicidas e racistas regimes na história humana, eles ainda assim estavam servindo a uma força armada e país onde a segregação era organizada com base na raça.

Ou seja, somos levados a perceber um duplo movimento. Por um lado, os soldados negros que se envolveram com a Segunda Guerra Mundial foram levados a compreender que agora a situação melhoraria, tal qual a narrativa de Randall nos indica. Porém, em

⁶⁹ A transcrição e o vídeo da entrevista podem ser encontrado no site do Pryor Center: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=FERGUSON-Randall-Sr&displayName=Randall%20Ferguson%20Sr.&thisInterviewee=428>, acessado no dia 10 de fevereiro de 2020: “SL: . . . not maimed. So do you remember what life - what World War II did to life back here at home? // RF: It brought—it made things better. It made things better. // SL: How did it do that? // RF: Well, it made the relationship between the white and the black better because they had to change—you see, [*clears throat*] over there, I was in the Fifth Army 92nd Division with the—connected to the Fifth Army overseas, and I stayed nearly eighteen months. And we all went to the same mess hall to eat. We all go to the same place to take a shower and change clothes. And we got to know each other better”.

outro sentido, somos levados a compreensão de que a situação nos lares afro-americanos pouco teve uma melhora, em razão da participação efetiva no esforço de guerra.

John McManus ainda complementaria o seu pensamento sobre o impacto que a vivência na Segunda Guerra Mundial teria para os movimentos civis. Como o historiador aponta, “nos EUA, eles eram vítimas do mesmo tipo de perspectivas racistas que inflaram os inimigos da América. Isso não fazia sentido e criava uma poderosa e imperativa moral por mudanças domésticas” (2000, p. 335).

Não há como negar que a guerra trouxe um novo paradigma para a sociedade estadunidense, se o combate às forças do Eixo foi em nome da democracia e da liberdade, como essa poderia estar sendo negada para aqueles que foram lutar pela “América”. Os exércitos, ao longo da Segunda Guerra, ainda possuíam uma série de legislações que o segregava, mas durante e após os anos de luta esse valor foi sendo deixado de lado, na prática, mesmo que em teoria perdurasse.

Dessa forma, os Estados Unidos uniram-se para o esforço de guerra contra o Eixo, mas para além da batalha exterior, isso acabou por impulsionar um movimento interno que buscava pela integração. A segregação do exército foi extinta apenas em 1948, pela Ordem Executiva 9981, por Harry Truman, porém essa prática continuou presentes em setores como educação e política, sendo que no período pós-guerra estava vinculada quase que apenas aos estados do Sul (TAYLOR, 2013).

Quando olhamos para o processo legal que levou ao fim da segregação dentro do exército podemos constatar que seu efeito foi imediato e transformador, atrelando-o apenas a experiência da Segunda Guerra Mundial, porém há um horizonte maior. A própria experiência dos soldados afro-americanos envolvidos no conflito denota uma amplitude de significados e percepções a cerca de uma mudança, bem como relativos a demora dessa.

A historiadora Susan-Mary Grant, reproduziu em sua *História Concisa dos Estados Unidos*, quatro cartas de soldados que combateram em diferentes tempos: os dois primeiros na Segunda Guerra e os dois últimos na Guerra Civil. Aproximadamente oitenta anos separam o contexto de tais militares, porém é possível distinguir a grande problemática da segregação e do preconceito em meio aqueles que arriscavam suas vidas nas guerras dos outros. As guerras eram momentos em que homens e mulheres, que eram forçados a uma posição secundária e subalterna, tinham para demonstrar sua lealdade e buscarem por novos espaços, porém a realidade não permitia tais ações. Como as cartas apresentadas expunham,

‘Em primeiro lugar’, começava a carta furiosa, ‘um uniforme do Exército dos EUA para um homem de cor o torna tão livre quanto um homem em uma *chain gang* na Geórgia, e você sabe que isso é o fim da picada. Ao longo de dois dias de movimentação de tropas de Camp Lee, Virgínia, durante a longa marcha que nos levaria ao interior do Sul de coração negro’, continuava, ‘tivemos uma refeição para nos sustentar’. Escrevendo do seu leito de hospital no Mississippi, o soldado raso Normal Brittingham também estava passando por maus bocados. ‘Os médicos nos tratam como se fôssemos cães’, reclamou, e ‘os brancos espancam e xingam os soldados de cor [e] às vezes os põem na prisão sem nenhum motivo’. ‘Nós nos apresentamos como homens’, escreveu outro soldado, ‘e nós esperamos ser tratados como homens, mas fomos tratados mais como cães do que como homens’. ‘Sentimos que nosso país nos desprezou’, observou James Henry Gooding, ‘agora que juramos servi-lo. Por favor’, suplicou ele ao presidente, ‘dê-nos um pouco de atenção’ (2014, p. 367).

O que essas memórias nos permitem perceber é o distanciamento entre uma ilusão que havia com relação a forma como a participação na guerra poderia de fato alterar uma realidade arraigada em um profundo preconceito. A memória da segregação no meio militar é importante para que possamos compreender como a Ordem Executiva 9981, apesar de fundamental, foi um resultado do contexto – muito mais do que da efetiva participação de militares afroamericanos no conflito mundial que marcou a década de 1940.

Através dos arquivos Memórias do Arkansas, somada à experiência de Randall Ferguson Sr; iremos dialogar com a de outros dois veteranos afroamericanos: Milton Crenshaw e George Haley. A partir da vivência desses soldados iremos reforçar a noção das provações do tempo de guerra, em meio as comunidades segregadas, de forma a ampliar nossa reflexão relativa aos reais efeitos deste segundo conflito mundial, no que se refere a uma alteração nas relações raciais.

Milton Crenshaw nasceu em janeiro de 1919, em Little Rock, Arkansas. A inserção de Crenshaw no contexto da Segunda Guerra Mundial se deu através de seu envolvimento com a aviação, sendo um dos membros originais do *Tuskegee Airmen*⁷⁰ e, sendo recrutado para, durante a guerra, atuar como instrutor de voo do *Tuskegee Institute* (Alabama). A partir desta breve introdução é possível já perceber a forma como o jovem

⁷⁰ É importante indicar que o *Tuskegee Arimen* foi o primeiro grupo de aviadores e membros de apoio da aeronáutica totalmente afro-americano. O grupo iniciou sua participação prática no teatro de guerra a partir de 1943, entretanto a formação e a prática datam do fim da década de 1930, sendo que o grupo foi oficialmente formado em 1941. O destaque do grupo foi um marco tão diferencial que o mesmo foi agraciado com a Medalha de Ouro do Congresso. Apesar dos preconceitos envolvidos antes, durante e após a criação do grupo – o mesmo tornou-se um símbolo do combate aos inimigos, bem como de excelência. Ainda, importante indicar que o grupo era conhecido também como “Caudas Vermelhas”, uma vez que para se fazerem reconhecer os aviadores estilizaram suas aeronaves com a cauda vermelha, tornando-a uma marca do grupo.

Crenchaw, durante o contexto do conflito, conseguiu superar alguns dos limitadores impostos as populações afro-americanas – em uma região marcada por uma profunda segregação. Ao ser entrevistado por Scott Lundsford, Crenchaw destaca uma série de questões relativas aos mundos segregados que marcavam os Estados Unidos do século XX, mas relativo à experiência afro-americana, destaca a participação de regimentos negros sob o comando do general Patton, ao indicar que

falando sobre o Black Ball Express que era o exército de Patton. Eles - esses são negros - eles ainda estão segregados, mas eles entrariam naqueles tanques e começariam a trabalhar neles a noite toda, porque Patton não aceitava desculpa alguma. Ele queria que eles fossem capazes de ... "Estou indo para a Alemanha", e ele é assim mesmo. Alguém sempre encontra uma saída. Ele está um pouco desligado, você sabe, mas ele queria as pessoas que ele pudesse dirigir, porque os negros trabalhariam a noite toda pois é o General Patton no comando⁷¹ (CRENCHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 86 – tradução minha).

Com essa fala percebemos a forma como os regimentos afro-americanos em muitos momentos serviam ou eram percebidos em razão de seu esforço e dedicação à causa. Ainda que a fala de Milton Crenchaw acabe por destacar mais o líder militar do que os seus soldados, há como indicar o percurso de uma valorização e respeito que eram buscados pelas tropas afro-americanas, visando principalmente à superação das barreiras segregacionistas que marcavam o país.

Há como identificarmos um elemento, na fala de Crenchaw, que aproxima sua percepção de uma noção de que seriam os soldados negros tratados com mais rigor e pressão do que os brancos ao indicar que os primeiros “trabalhariam a noite toda pois é o General Patton no comando”. Poderiam ser, nesse sentido, os soldados afro-americanos mais exigidos em razão de uma compreensão racista que os colocava em uma posição de segunda classe – essa uma possível interpretação a partir da entrevista. Ao falar sobre a integração da força aérea, Crenchaw acaba por destacar o papel do casal presidente Franklin e Eleanor Roosevelt, no que se refere à criação de escolas de voo, uma vez que antes de tal influência na decisão teria sido algo raro a superação da segregação relativa ao espaço aéreo. Como ele afirmou:

Com o tanto de dinheiro que os Roosevelts tinham, eles [as classes políticas] os deixariam fazer o que quisessem. Então, eles convenceram o Congresso a criar algumas dessas escolas [de voo] em cinco faculdades para negros. E por

⁷¹ [MC] *Talkin' about the Black Ball Express that was Patton's army. Man, they—those are black guys—they're still segregated, but they would come in on those tanks and they started workin' on 'em all night long, 'cause Patton didn't take no crap. He wanted 'em to be able to—"I'm goin' to Germany," and that's the way he is. Somebody always got a way out. He's a little bit off, you know, but he wanted the people on there that he could drive, 'cause the blacks would work all night because that's General Patton.*

acaso eu estava em Tuskegee, e fiz o primeiro curso, e foi onde - não o fiz em Tuskegee, porque não tínhamos um campo. Mas eu fui para Garner Field, que é fora do Maxwell Air ⁷² (CRENCHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 120 – tradução minha).

O interessante a ser apontado da percepção de Crenshaw é uma noção relativa à falta de resistências às políticas do período Roosevelt. Ainda que o período marcado pelo *New Deal* e pelo esforço de guerra, ao serem somados, seja caracterizado por uma noção de recuperação e retomada econômico-social dos Estados Unidos, muitos eram contrários às ideias advindas da Casa Branca. Existiam pensadores, políticos e “pessoas comuns” que acreditavam que as políticas de Roosevelt seriam um primeiro passo para uma guinada socialista, o que indicaria muito da forma como o pós-guerra marcou o ímpeto estadunidense, como destacam Mary-Stuart Grant (2014), Melvyn Leffler (2010) e Sidnei Munhoz (2020).

Porém, ainda que o poder e alcance dos Roosevelt não fosse tão amplo quanto parecia pensar Milton Crenshaw é inegável a sua influência para a criação de espaços possíveis para aviadores afro-americanos. Importante citar, por exemplo, a incorporação de negros no serviço público – algo antes impensável. A criação de tais espaços ainda que não rompesse com a estrutura segregada da prática militar ao menos lançava uma nova visão das estruturas e imposições sócio-políticas advindas das Leis de Jim Crow. Ainda, é importante percebermos a forma como os jovens que ingressavam nessas academias de voos eram preparados, de acordo com a percepção de um de seus instrutores, como podemos ver no trecho abaixo:

SL: Você se sentiu como quando mandou aquelas crianças para lá, foram bem treinados e bem equipados? **MC:** Não sabia. **SL:** Não sabia? **MC:** Veja, em outras palavras, é como quando você joga os dados, você não sabe o que está acontecendo. **SL:** Sim. **MC:** Em outras palavras, a vida é assim. E você não se importa se é Napoleão, Alexandre, o Grande, ou os romanos - todo mundo pensa que ele é o melhor naquela época específica da história. E o que você faz - você sai bem fortificado e preparado, pensando: "Vou chutar o inimigo onde quer que eu vá." Então, meu trabalho é garantir que esse cara não vá lá e me mostre que eu não o preparei direito. . . **SL:** Certo. **MC:** . . . E se você não faz isso - você não percebe que tem um congressista que está sentado lá atrás e que não queria que eles tivessem sucesso para começar. D. O. Davis teve que vir todo o caminho do Norte da África para vir e falar com o Congresso, mesmo depois que o presidente Roosevelt fez tudo - mas o Congresso dirige tudo. E se eles disserem: "Esses negros não vão atirar em nada", eles não deixam você se envolver com nada. Você não pode derrubar o que você não vê. Mas eles

⁷² [MC] *So with plenty of money like the Roosevelts had, they'd let 'em do what they wanna do. So they convinced the Congress to set up some of these schools in five colleges for black folks. And I just happened to be at Tuskegee, and I took the first course, and that's where—I took it not in Tuskegee, 'cause we didn't have a field. But I went to Garner Field, which is right outta Maxwell Air*

não pretendiam que eles os abatessem. **SL:** Como o - era o identificador de cauda vermelha - era apenas uma coisa arbitrária? Como isso aconteceu? **MC:** Bem - e veja, o que acontece - eu imagino que você iria para o Norte da África e poderia se sentar lá e dizer: "De onde você é?" "Eu sou de Fort Hood." Outro cara diz: "Sou da Louisiana." Então ele disse: "Bem, vamos fazer uma cauda azul para nós". E eles podem ter decidido que iriam fazer para si mesmos a cauda vermelha porque Patton tinha as caudas vermelhas no... Quero dizer, o *Red Express* em seus tanques. E eu não sei por que eles simplesmente fizeram isso, mas todos eles - todos fariam isso para ser... Identificado. **SL:** Sim. **MC:** Que estamos aqui e estamos aqui para lutar. **SL:** Então, sempre que alguém viu um avião de combate e tinha uma cauda vermelha, aqueles eram. . . **MC:** Isso mesmo. **SL:** . . . Tuskegee Airmen. **MC:** Rapazes Tuskegee. Uh-hum.⁷³ (CRENCHAW, Milton. Transcrição da Entrevista. [27 de outubro de 2009]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 143-44 – tradução minha).

Compreendemos que havia um esforço para que os jovens fossem bem preparados, não só pela questão racial, mas pela própria segurança do militar em questão, porém não havia certezas sobre a qualidade e possibilidade do período passado nas instituições de treino. Havia uma série de inconsistências na questão de aparelhagem e das próprias possibilidades de cada cenário da guerra, logo era incerto o efeito real e prático dos treinos e suas situações.

Ao mesmo tempo, e tão importante quanto essa incerteza advinda do treino, é a noção que Milton Crenshaw apresenta no que se refere ao desejo, presente em muitos congressistas, de que houvesse uma falha neste projeto de inserção dos afro-americanos nas forças armadas. Como ele indica, parte do próprio projeto do Congresso dos Estados Unidos contém uma perspectiva de segregar as forças armadas, muito atrelada à noção de “separados, mas iguais”. Ainda que em 1948 essa percepção tenha sido derrubada, como

⁷³ **SL:** You felt like when you sent those kids over there that they were well trained and they were well equipped? **MC:** Didn't know. **SL:** Didn't know? **MC:** See, in other words, it's like when you throw the dice out, you don't know what's comin' up. **SL:** Yeah. **MC:** See, in other words, life is like that. And you don't care whether you're Napoleon or Alexander the Great or the Romans—everybody thinks he's the best at that particular time in history. And what you do—you go out there well fortified and prepared, thinkin', "I'm gonna kick tails wherever I go." So my job is to make sure that this guy didn't go out there and show me up that I didn't do him right . . . **SL:** Right. **MC:** . . . see. And you don't thi—you don't realize that you have a congressman that's sittin' back there that didn't want them to succeed to start with. D. O. Davis there had to come all the way from North Africa to come and talk to the Congress, even after President Roosevelt had done all—but the Congress runs everything. And if they say, "Those blacks aren't shootin' down nothin'," they don't let you inf—get involved with nothin'. You can't shoot down what you don't see. But they didn't intend for 'em to shoot 'em down. And—mh-hmm. **SL:** How did the—was the red tail identifier—was that just an arbitrary thing? How did that come about? **MC:** Well—and see, what happens—I imagine you'd go to North Africa, and you might sit up there and say, "Where you from?" "I'm from Fort Hood." Other guy says, "From—I'm down here to Louisiana." So he said, "Well, we gonna make us a blue tail." And they may have decided that they were gonna make themselves the red tail because Patton had the red tails on the—I mean, the Red Express on his tanks. And I don't know why they just happened to do it, but they all—everybody would do it to be i—what? Identified. **SL:** Yeah. **MC:** That we are here and we are here to fight. **SL:** So anytime someone saw a fighter plane and it had a red tail, those were . . . **MC:** That's right. **SL:** . . . Tuskegee Airmen. **MC:** Tuskegee boys. Uh-huh.

uma consequência da Segunda Guerra Mundial, em meio ao conflito ela ainda parecia uma possibilidade distante, como iremos analisar mais detalhadamente na sequência.

Outro ponto muito importante de notarmos é a forma como os diferentes aviadores afro-americanos, ao serem reunidos em um mesmo esquadrão, buscaram se identificar – aparando as suas diferenças através de uma simples noção de igualdade a partir do grupo. As formas encontradas de integração, em meio as forças de segregação, tornam-se fundamentais de serem compreendidas em razão de, minimamente, terem se tornado formas de resistência a uma constante e histórica opressão e silenciamento. A cauda vermelha dos *Tuskegee Airmen* era uma forma de simbolizar que ali estavam soldados afro-americanos, unidos ao esforço de guerra e em busca de um maior espaço na sociedade. Essa mudança era buscada e indicada ao longo da participação nas diversas guerras nas quais os Estados Unidos se envolveram, como afirmou Susan-Mary Grant (2014), porém ela só foi alcançada após a Segunda Guerra Mundial e muito em razão da suposta ameaça comunista.

Esse percurso de uma luta interna, em paralelo com o conflito mundial, pode ser complementado com as memórias de George Haley. Nascido no Tennessee, em agosto de 1925, viveu a sua infância no Arkansas – nas proximidades da capital, Little Rock. Durante a Segunda Guerra Mundial, Haley também serviu na força aérea dos Estados Unidos.

Em tal sentido, ponto interessante de ser percebido na entrevista de Haley, antes dele discorrer sobre a sua experiência na Segunda Guerra, é a sua vivência derivada da imposição da doutrina de “separados, mas iguais”. Um ponto que se destaca neste trecho do diálogo entre entrevistador e entrevistado é a forma como se percebia tanto a interação quanto as estruturas segregadas. A importância de repararmos na força e perpetuidade das instituições e espaços distintos que eram impostos à sociedade é a de refletirmos quanto aos possíveis reais efeitos que o esforço de guerra poderia ter para um arrefecimento das instituições que legislavam a discriminação. O trecho abaixo destaca um pouco dessa vivência na década de 1930 e as formas possíveis de convivência ou não:

SL: Sim. Bem, mesmo assim, mesmo em Memphis, sua experiência foi basicamente afro-americana. Quero dizer, você não - você não teve muita interação com a comunidade caucasiana. **GH:** Oh, não, muito, muito pouco. Como eu disse, era ainda menos porque morávamos no campus da faculdade. Nós - nossa exposição [risos] foi - foi mínima... **SL:** Mas ao mesmo tempo, você - você tinha que ter experimentado aquela doutrina separados, mas iguais, aquela segregação de onde você estava - poderia ir. **GH:** Tenha certeza, nós estávamos bem cientes disso. Sem dúvida. Se íamos ao centro da cidade, Memphis, Pine Bluff, qualquer lugar, estávamos cientes disso ao ponto de -

bem, onde quer que fosse – Henning, onde eu nasci. Você sabe, estava tudo acabado. Quer dizer, em muitos lugares, se você estivesse na calçada, os brancos esperariam que você sáísse da calçada, entende? **SL:** Até que eles passassem. **GH:** Até que eles passassem. **SL:** Sim. **GH:** Sim. E você - você apenas - esse era um estilo de vida. Eu não me importo como você diz isso. Isso - isso - é isso que a vida era. **SL:** Você não teve a sensação, porém, de que estava sendo - sendo negado muito de qualquer coisa, não é?⁷⁴ (HALEY, George. Transcrição da Entrevista. [16 de março de 2006]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 54-55 – tradução minha).

O que se compreende desse trecho é que mesmo quando a exposição as estruturas segregadas não eram constantes, elas ainda estariam lá – gerando complicados efeitos para diversas comunidades. Se o ato de caminhar em uma rua não era uma atitude de liberdade de ir e vir, sendo marcada pela “necessidade” da troca ou saída da calçada, como seria possível imaginar uma rápida superação das estruturas da segregação em razão da participação no conflito mundial? Ainda mais evidente que não há uma resposta simples para esse questionamento é a experiência de Haley ao longo de sua preparação para a experiência militar. Não só o exército mantinha suas estruturas segregadas, como a própria sociedade pouco reconhecia no soldado negro uma pessoa distinta em meio a essa grande parcela da população que era tratada como inferior. Haley introduz da seguinte forma sua inserção no meio militar da Segunda Guerra:

GH: Fui convocado dois meses após meu décimo oitavo aniversário, fui para Fort Dix [New Jersey] - completamente segregado, você entende, para o BTC10, Basic Training Center Ten, em Greensboro. No caminho de lá para Williams Field, no Arizona, que fica perto de Chandler, eu estava em um trem, um trem da Southern Pacific, com três outros jovens negros. Paramos em El Paso, Texas, e fomos para um restaurante. Agora, no Sul, principalmente, é claro, você teria negros aqui, branco ali - restaurantes e outros lugares. Quando chegamos lá, entramos na primeira parte do restaurante que vimos. Sem inscrições. Sentamos a uma mesa e uma jovem garçonete branca veio até nós e disse: "Sinto muito, vocês, não podem comer aqui." Todos nós estávamos uniformizados - acabávamos de sair do treinamento básico. E, então, quando você está falando sobre como você cresceu, essas coisas aconteciam. Aqui estávamos. E . . . você - quase digo agora: "Bem, esta não é a primeira vez que isso acontece comigo." Mas é quase como se você se levantasse obedientemente. Alguma coisa em seu sistema não está certa, mas você obedientemente se levanta e vai para a outra parte onde os negros estão

⁷⁴ **SL:** Yeah. Well, still, even up through Memphis, your experience was basically AfroAmerican. I mean, you didn't—you didn't have much interaction with the Caucasian community. **GH:** Oh, no, very, very little. As I said, it was even less because we lived on college campuses. **SL:** Right. **GH:** No. We—our exposure [laughs] was—was minimal . . . **SL:** Mhmm. **GH:** . . . very minimal. **SL:** But at the same time, you—you had to have experienced that separate but equal doctrine, or that—that segregation of where you were—could go. **GH:** Please be assured, we were well aware of that. **SL:** Mhmm. **GH:** No doubt about that. If going downtown, Memphis, Pine Bluff, wherever, we were aware of it to the extent of—well, wherever—Henning . . . **SL:** Yes. **GH:** . . . where I was born. You know, it was all over. I mean, many places, if you were on a sidewalk, whites would expect you to get off the sidewalk, you understand. **SL:** Until they passed. **GH:** Until they passed. **SL:** Yeah. **GH:** Yeah. And you—you just—that was a way of life. I don't care how you say it. [Laughs] That—that's—that's what life was. [Laughs] **SL:** You didn't have the sense, though, that you were be—being denied much of anything, did you?

sentados. E então nos sentamos ali⁷⁵ (HALEY, George. Transcrição da Entrevista. [16 de março de 2006]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 57-58 – tradução minha).

Aqui percebemos que o próprio treinamento dos militares que iriam para a guerra era baseado nas legislações de seu tempo, ou seja, segregado. Porém, ponto interessante apresentado na entrevista é a experiência no restaurante de El Paso que Haley e outros três soldados tiveram. Ainda que, normalmente, os efetivos militares tenham um certo protagonismo e reconhecimento dentro da vida estadunidense, é importante notarmos que tal reconhecimento não alcançava os soldados negros que mesmo com idênticos uniformes, em meio ao esforço de guerra, não poderiam usufruir dos espaços destinados aos brancos.

Haley ainda indica que “por costume” você se adaptaria e iria para o espaço destinado “aos negros”, porém essa não era uma escolha simples e vinha acompanhada de uma ampla reflexão sobre a problemática de tal sistema. De certa forma, podemos indicar que as estruturas da segregação do período da Segunda Guerra Mundial teriam sido fortalecidas ao mesmo tempo em que se exacerbava sua problemática, ponto que ficou marcado com o fim da guerra e a forma como os movimentos pelos direitos civis começaram a se fortalecer, ainda nos anos 1940.

George Haley ainda complementaria a sua experiência no restaurante de El Paso. Nessa continuação somos levados a uma ampliação da percepção relativa aos problemas advindos da segregação, ao indicar que mesmo o inimigo de guerra teria mais direitos e espaços do que o soldado afro-americano. Sua fala segue com a seguinte descrição dos acontecimentos desse dia:

Agora, era um daqueles restaurantes onde havia uma divisória entre as pessoas, para que você pudesse ver o que estava acontecendo do outro lado também. Então era assim que este restaurante era. E então, em poucos minutos, outro trem chegou, no qual estavam alguns prisioneiros alemães [de guerra, da segunda guerra mundial] sob guarda e eles foram conduzidos para a parte branca do restaurante de onde tínhamos acabado de sermos convidados a sair

⁷⁵ **GH:** *I was drafted two months after my eighteenth year, went to Fort Dix [New Jersey]—completely segregated, you understand, then BTC10, Basic Training Center Ten, in Greensboro. On the way from there to Williams Field, Arizona, which is close to Chandler, I was on a train, a Southern Pacific train, with three other young blacks. We were stopped at El Paso, Texas, going to the restaurant. Now, in the South, principally, of course, you'd have colored here, white here—restaurants and whatnot. When we got there, we went into the first part of the restaurant that we saw. No signs up at all. We sat down at a table, and a young white waitress came up to us and said, “I'm sorry, you soldiers can't eat here.” All of us are fully uniformed—just out of basic training. And, so, when you're talking about how you grew up [clears throat]—these things happened. Here we were. And . . . you—I almost say now, “Well, this isn't the first time that this has happened to me.” But it's almost like, you obediently got up. Some—something in your system isn't right, but you obediently get up and go to the other part where the blacks are sitting. And, so we then sit over there.*

e, ironicamente, sentaram-se à mesma mesa em que estávamos. Agora, esta é realmente a primeira vez na minha vida adulta jovem que comecei a questionar o que estava acontecendo neste país. **Aqui estamos nós - os prisioneiros alemães, é claro - quero dizer, os alemães são o inimigo, entende? E aqui estão eles recebendo este tipo de serviço, embora sob vigilância, mas eles estão sendo capazes de sentar onde não podemos sentar. E ainda estamos aqui para lutar pelo país, você entende.** Então - começa o pensamento de uma mente jovem - mente negra, qualquer tipo de mente, mas - mas o que - o que há de errado com este país? Você entende o que estou dizendo? **SL:** Sim. **GH:** E temos que pelo menos começar a fazer algo sobre esse tipo de coisa acontecendo com seus cidadãos que são, talvez alguns - muitos deles deram suas vidas pelo país. **E você deixa alguns prisioneiros entrarem aqui e sentar onde eles [soldados negros] não podem sentar? Então, eu ... digo isso porque foi meu primeiro sentimento real sobre o que ... o que passamos, estávamos passando e, infelizmente, ainda temos alguns problemas nesse sentido agora.** Mas quando você está crescendo, você certamente aceita as coisas. Estávamos conversando antes sobre considerar as situações como certas⁷⁶ (HALEY, George. Transcrição da Entrevista. [16 de março de 2006]. Entrevistador: Scott Lundsford, p. 58-59. Grifos e tradução nossos).

Aqui somos levados a uma percepção dos absurdos da segregação que se mantiveram em meio ao conflito mundial: enquanto soldados negros estavam lutando contra o eixo e, em casa, tinham seus direitos restritos – o inimigo capturado poderia usufruir de espaços que eram negados aos afro-americanos. O impacto de tal percepção é fundamental para compreendermos a forma como um sentimento de revolta, como o indicado por George Haley, começa a se formar no que tange a uma necessidade de alteração nas bases dessa sociedade segregada.

Ainda que a Segunda Guerra Mundial não possa ser apontada como uma das causas do movimento por igualdade racial, tendo em vista que essa é uma luta que perdurou desde o Século XIX, seu contexto é fundamental ao ampliar a percepção das desigualdades presentes nos Estados Unidos. Se os prisioneiros de guerra têm mais direitos e possibilidades do que os próprios afro-americanos, por que estamos aqui? De

⁷⁶ **GH:** Now, it was one of those restaurants where, a lot of them that way, where there was a partition between you so you could see what was going on in the other side as well. So that's the way this restaurant was. And so, within a very few minutes, another train had come in, on which there were some German prisoners[of war from WWII] under guard, and—and they were ushered into the white part of the restaurant from which we had just been asked to move and, ironically enough, sat at the same table where we had been. Now, this really is the first time in my young adult life that I started questioning what's happening in this country. Here we are—the German prisoners, of course—I mean, the Germans are the enemy, you understand? And here they're getting this kind of service, even though under guard, but they are being able to sit where we can't sit. And yet we are here to fight for the country, you understand. So it—it starts the thinking of a young mind—black mind, whatever kind of mind, but—but what—what's wrong with this country? You understand what I'm saying? **SL:** Yeah. **GH:** And we have to at least start doing something about this kind of thing happening to its citizens who are, maybe some—many of them gave their life for the country. And you let some prisoners come in here and sit where they [black soldiers] can't sit? So, I—I say that because that was my first real feeling about what had—what we had been through, were going through, and, unfortunately, still have some problems along those lines now. But when you're growing up, you certainly accept things. We were talking earlier about taking for granted situations.

certa forma, essa é uma reflexão que permeia a memória de Haley, ao indicar que o amplo abismo entre os soldados brancos e afro-americanos evidenciou de forma clara a distinção social que marcava uma sociedade amplamente segregada. A partir disso o movimento que passa a surgir e ser ampliado é um em busca de maiores vozes e opções para essa comunidade silenciada e agredida.

O que podemos desprender de memórias e experiências como as de George Haley, Milton Crenshaw e Randall Ferguson Sr. é o fato de que a participação na Segunda Guerra Mundial abriu algumas possibilidades para as comunidades afro-americanas, mais ainda haveria um longo caminho a ser percorrido em busca de uma sociedade igualitária. De diferentes formas somos levados a compreender os impactos das políticas de “separados, mas iguais” e seus efeitos no dia a dia, bem como a Segunda Guerra – no caso de Ferguson Sr. pode ser percebida enquanto uma divisão de águas. Porém, é importante percebermos que ainda que a experiência da guerra tenha ampliado as percepções referentes as desigualdades do contexto, as mudanças necessárias demoraram a vir. O muro entre brancos e negros, evidenciado na fala de George Haley não foi de fácil superação e, para boa parte dos veteranos negros, como vamos analisar, foi um processo mais longo do que a própria Ordem Executiva 9981, de 1948, nos permitiria perceber.

A Luta dos Veteranos Afro-americanos e seus limites

Como percebemos a segregação foi uma marca constante deste segundo conflito mundial. Ainda que as experiências demonstrem margens para melhora da situação elas evidenciam o profundo abismo social e político que dividia a sociedade. A percepção de que mesmo prisioneiros de guerra alemães tinham mais espaço que os soldados afro-americanos, a partir da fala de George Haley, é um perfeito exemplo das problemáticas que a sociedade dos Estados Unidos tinha que enfrentar. Como Susan-Mary Stuart apontou “liberdade era o que a América prometia aos povos do mundo, mas em casa, para alguns, ela continuava elusiva” (2014, p. 386). Nesse sentido, se aponta que o conflito mundial e o período que o seguiu foram um momento de percepção dos abismos internos, em detrimento da propagação de uma imagem de defensores da liberdade, exposta em nível mundial.

Em 1947, dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Comissão do Presidente para os Direitos Civis, criada por Harry Truman, emitiu o relatório *To Secure These Rights: The Report of the President's Committee on Civil Rights*. O grande objetivo deste trabalho era o de apontar problemáticas relativas as estruturas da segregação, bem

como seus efeitos teóricos e práticos para a construção de novas políticas e ações por parte dos Estados Unidos. Esse relatório trouxe como uma de suas conclusões, a seguinte afirmação:

A experiência requer a previsão, no entanto, de que o grau de igualdade nunca será completo e nunca certo. Em qualquer caso, acreditamos que nem mesmo a igualdade mais matematicamente precisa de instituições segregadas pode ser considerada adequadamente igualdade perante a lei. Nenhum argumento ou racionalização pode alterar este fato básico: uma lei que proíbe um grupo de cidadãos americanos de se associarem a outros cidadãos no curso normal da vida diária cria desigualdade ao impor um status de casta ao grupo minoritário (1947, p. 82).

Ou seja, quase oitenta anos após a aprovação da XIV Emenda que, no contexto do pós-Guerra Civil, procurava determinar a igualdade entre os cidadãos que compunham a sociedade estadunidense, havia uma percepção de que a segregação seria um erro a ser corrigido. A percepção de que não haveria como, a partir de uma lei que indica e impõem uma distinção de valores entre diferentes, ser construída uma sociedade baseada em igualdade.

Em tal sentido, é importante refletirmos com relação as estruturas segregadas que encontraram os veteranos afro-americanos, após a Segunda Guerra Mundial. Pois, se esse relatório foi emitido apenas dois anos após o fim do conflito, as cenas presenciadas por soldados como George Haley e Milton Crenshaw, no que tange a segregação, devem ter prosseguido por um longo período, até que esses veteranos conseguissem conquistar seus direitos.

Como apontou David Onskt (1998), ainda que a Segunda Guerra Mundial possa ser compreendida como um marco na luta pelos direitos civis – tal noção deve ser trabalhada com cuidado, pois não foi gerada uma mudança rápida e de amplo acesso. É importante compreender que houve uma inspiração a partir “das batalhas por liberdade no exterior, e prometendo corrigir as indignidades que sofreram, a maioria dos veteranos negros voltou para casa pronto para lutar por seus direitos” (ONSKT, 1998, p. 518). Ou seja, se houve a percepção da necessidade de uma maior e contundente mudança – relativa ao status da comunidade afro-americana – essa não veio de imediato, após a Guerra. Entretanto, influenciada pelo conflito ela mostrou a muitos membros desse grupo social a forma como seria alcançada uma verdadeira superação do *status quo*: a luta por mudanças. É perceptível que os veteranos negros tiveram um papel de protagonistas ao não aceitarem a continuidade da imposição de medidas e políticas segregacionistas, lutando por seu espaço, voz e direitos.

Em 1944, foi promulgado a *Servicemen's Readjustment Act* (Lei de Readequação dos Militares), conhecida como GI Bill, assinada por Franklin Delano Roosevelt, que buscava determinar uma série de possibilidades para os veteranos deste segundo conflito global. Essa legislação teria quatro objetivos principais, ao pensar no contexto pós-guerra: 1) auxílio para encontrarem um trabalho que se conectasse às habilidades dos soldados que retornavam; 2) permissão para que veteranos recebessem um ano de “seguro-desemprego”; 3) a possibilidade de empréstimos facilitados para a compra de casas, fazendas ou construção de negócios; e 4) pagamento da educação superior ou técnica (ONSKT, 1998, p. 518). Esses quatro pontos foram percebidos como um fator diferencial de possibilidades para os militares, principalmente no caso dos afro-americanos que – ainda que se juntassem aos diversos esforços de guerra dos Estados Unidos tiveram seus direitos e possibilidades constantemente negados, como indicam Jennifer Brooks (2004), Christopher Parker (2009) e Susan-Mary Stuart (2014).

Um ponto a ser percebido, porém, é que tais medidas pouco impactaram os cidadãos negros que tiveram seus usos da GI Bill cerceados, principalmente na região do Sul, em razão das práticas e das políticas que fortaleciam os ideais segregacionistas presentes nas legislações de Jim Crow. Como David Onskt aponta em seu texto foram muitas as medidas e as formas encontradas para se impedir um real usufruto dessa política por parte dos soldados negros. O ambiente analisado por Onskt é do “Sul profundo”, com foco majoritário nos estados de Geórgia, Alabama e Mississippi, apontando as estruturas construídas sob o prisma de uma supremacia branca que impedia o acesso qualitativo a políticas que visavam à qualificação e à reincorporação de todos e todas estadunidenses que serviram na frente de guerra. Ao regressar para casa, a maioria dos veteranos afro-americanos conseguiu usufruir, no Sul, apenas de uma das quatro possibilidades apresentadas pela GI Bill, como indicou Onskt, “apenas o direito à educação e ao treinamento beneficiou mais do que um punhado de veteranos negros do Sul”, entretanto o “treinamento sob a provisão era muito limitado. Instrução deficiente, professores abusivos e instalações inadequadas e superlotadas frequentemente anulavam o benefício” (1998, p. 532). Ou seja, a única das oportunidades que se encontrava nas possibilidades dos soldados negros não era amplamente defendida e oferecida aos mesmos, pois os espaços destinados ao registro e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos veteranos, no Sul, era majoritariamente mantido e realizado por homens brancos que defendiam a supremacia branca.

A Segunda Guerra, em tal sentido, não poderia ser percebida como um momento de rápida e contundente mudança, porém, pode ser entendida como um tempo no qual a possibilidade de alteração do cenário foi percebida como estando nas mãos desses veteranos negros e outras lideranças da comunidade. É importante se compreender que a “Segunda Guerra Mundial e os anos imediatos do pós-guerra não foram o início de uma nova era de oportunidades e mudanças socioeconômicas para os veteranos negros no Deep South”, o que se percebeu foi a continuação do sistema de segregação e discriminação racial” (ONSKT, 1998, p. 533).

Com isso é importante se compreender que a guerra ao não alterar as estruturas e possibilidades, de forma imediata, gerou uma reflexão quanto a importância de uma ruptura relativa a velhas concepções que impediam uma prática de igualdade na sociedade. A experiência da guerra, uma vez mais, havia colocado os militares negros ao lado dos brancos, oportunizando uma demonstração do seu valor e da sua capacidade, no entanto, a diferença – de certa forma – é que, no contexto desse segundo conflito mundial, as comunidades afro-americanas não aceitavam a desigualdade que lhes era imposta.

A Guerra não trouxe significativas alterações sociais por si só, os veteranos da mesma foram a voz e ação em busca de mudanças necessárias em uma sociedade que dizia representar a liberdade em última instância. Como Jennifer Brooks (2004) apontou uma das principais formas de se buscar essa alteração de valores de imposições políticas desiguais se deu por meio da atuação política, seja dos soldados brancos ou negros. Ao analisar o contexto dos veteranos do estado da Geórgia, Brooks consegue apontar o sentimento que o retorno trouxe – no que se refere a uma necessidade ampla de mudança das estruturas e possibilidades políticas. A historiadora indica que

quando os militares da Geórgia partiram para os combates da Segunda Guerra Mundial, poucos previram o impacto profundo que essa experiência teria em suas vidas. No final da guerra, no entanto, muitos dos veteranos da Geórgia tinham certeza de que sabiam exatamente o que seu serviço militar significava. O sacrifício pessoal extremo feito por Doyle Combs, um veterano negro, alimentou uma profunda determinação de conquistar os direitos políticos pelos quais ele acabara de lutar, em um exército sob os desígnios das leis de Jim Crow. 'Eu entrei em combate e perdi uma parte do meu corpo por este país', declarou Combs, 'quando eu não tinha o dever de lutar, porque eu não tinha nenhum direito nos Estados Unidos ou na América, como um homem negro'. Colocar sua vida em risco - literalmente - para defender o modo de vida americano deu a Combs o direito a pelo menos alguma liberdade política quando ele voltou (2004, p. 3).

A partir desses relatos, percebemos o contexto da Segunda Guerra como que o de um divisor de águas: os soldados foram a guerra contra o totalitarismo, em defesa da

liberdade e igualdade – porém esses não eram valores existentes dentro de sua própria nação. A experiência de Doyle Combs corrobora com as anteriores, a vivência do esforço de guerra deixou clara a inconsistência entre discurso e prática da política e valorização racial dentro do cenário estadunidense. Um confronto armado em escala mundial como esse deve ser percebido como significativo para a alteração da forma de se pensar a própria sociedade, porém há de se pensar que conceito de liberdade será defendido.

A vivência de Combs é uma personificação de um sentimento que correu em meio aos veteranos afro-americanos ao mesmo tempo torna-se fundamental apontarmos que nem sempre tal valor, em direção a mudança, era pactuado com os veteranos e a comunidade branca. Houve um sentimento misto por parte dessa parcela da sociedade, muito em razão dos valores de uma suposta supremacia branca que corria por este espaço geográfico do sul dos Estados Unidos. O estado da Geórgia tornou-se emblemático por ardorosamente defender tal pensamento e prática, por parte de seu governador, nos anos 1940. Ao mesmo tempo, a retomada do medo relativo ao perigo vermelho – em razão do princípio da Guerra Fria – fez com que muitos veteranos pró-integração se afastassem de tal ideia, visando a evitar serem confundidos com os comunistas. Como Jennifer Brooks indicou, “não surpreendentemente, poucos brancos do sul, incluindo veteranos progressistas, estavam dispostos a pagar o preço por se posicionarem como verdadeiros liberais raciais em um clima cada vez mais hostil do pós-guerra” (2004, p. 55). De tal forma, ainda que não estivessem sós, em muitos momentos as comunidades negras, compostas ou não de veteranos, encontravam-se sozinhas em meio à sua luta por uma mudança social e política.

Ainda que seja fundamental compreendermos que nem todos os veteranos afro-americanos se juntaram às lutas por direitos civis amplos, indiretamente as diversas formas de resistência se somaram. Se o enfrentamento estava em alguns momentos baseados no avanço individual, seria tal coletividade de pequenas e grandes ações que gerariam uma ruptura da ordem segregada, em maior ou menor nível. Fosse como indivíduo ou grupo social “cada protesto contra a Jim Crow e cada cidadão negro que se registrava e votava enfraquecia a confiança de muitos sulistas brancos tinham na imutabilidade da tradição racial sulista” (BROOKS, 2004, p. 33).

Ou seja, fosse em uma busca de avanço individual, muitas vezes amparada na *GI Bill*, ou através de ações coletivas, incentivo ao registro de votantes, bem como na campanha por políticos mais adeptos da integração, os afro-americanos estavam unidos por mudanças, tendo os veteranos um papel destacado. Tal noção é importante ao

refletirmos que o ambiente da Segunda Guerra Mundial se tornou um marco no que se refere à compreensão das necessidades de mais direitos e de um novo valor de igualdade. Nesse sentido, a busca era por uma perspectiva que fosse além das velhas máximas das instituições segregacionistas, uma vez que a luta na Alemanha e no Japão teria sido empreendida em nome da liberdade.

Nesse sentido, uma das principais liberdades que foram buscadas era a do direito a uma voz política ativa e eficiente. Conforme indicou Jennifer Brooks,

a disposição dos veteranos negros de enfrentar as injustiças raciais que lhes negavam a dignidade e a liberdade que conquistaram expôs a linha divisória racial nas fundações do Sul de partido único, uma fraqueza estrutural a partir da qual a resistência massiva à integração e ao movimento dos direitos civis dos negros posteriormente emerge (2004, p. 36).

As estruturas vigente no Sul, mas que não estavam restritas apenas a essa região, diminuía as possibilidades e as vozes das comunidades afro-americanas. Em decorrência, elas estavam no foco da luta e do sentimento de resistência advindo desses segmentos populacionais. O ímpeto advindo por parte dos veteranos foi ampliado pelas formas e significados advindos desse conflito mundial, principalmente de sua argumentação estar centrada na ideia de se defender a liberdade.

A Segunda Guerra Mundial ofereceu um caminho para que os afro-americanos se colocassem próximos a sociedade, seja no contexto da frente de guerra interna ou externa. Tal ímpeto fez com que novas possibilidades pudessem ser buscadas ao fim do conflito, os entraves que foram colocados por parte das políticas segregacionistas foram o grande foco de uma nova luta por direitos e voz. É importante destacar, ainda que falemos dos veteranos enquanto o grande enfoque desta luta, o esforço de guerra impactou as comunidades negras formassem um formato impossível de ser imaginado, no contexto anterior a guerra – principalmente ao nos referirmos ao acesso ao mundo do trabalho.. Os efeitos da guerra, no que se refere a integração, não podem ser compreendidos enquanto soluções imediatas, mas sim de efeito continuado. Como Jennifer Brooks indicou:

o ativismo dos veteranos refletiu uma tensão política dinâmica crescendo na Geórgia e no Sul logo após o fim da guerra. Veteranos negros exigindo uma voz política, veteranos brancos progressistas lutando pelo governo da maioria democrática e veteranos sindicais se organizando contra a administração expuseram como as mudanças econômicas, demográficas e sociais dos anos realmente foram desestabilizadoras. Nesse sentido, os veteranos da Geórgia expuseram as rachaduras que se formavam nas fundações do Sul de partido único, e suas insurgências contra o status quo do pós-guerra apontavam para as rupturas que desgarrariam o Sul Sólido em décadas posteriores (2004, p. 170).

Com isso percebemos que os veteranos, de forma geral, buscaram por mudanças. Ainda que nem todas tivessem o mesmo enfoque ou interesse, havia uma percepção de que as estruturas segregacionistas, direta ou indiretamente, impediam o pleno desenvolvimento e o crescimento do afro-americano. A exposição das problemáticas do sistema segregado foi o canal encontrado para a superação de tal questão, ainda que não de maneira imediata. O movimento liderado por diversos veteranos, trazendo o foco para os afro-americanos, evidenciou o histórico papel dessa comunidade em defesa dos interesses estadunidenses, bem como o seu constante silenciamento. A Segunda Guerra Mundial evidenciou as disparidades entre o discurso e a prática em defesa de uma ideia de liberdade. Nesse sentido, é importante compreendermos que tanto a questão política quanto o acesso a *GI Bill* não tiveram um alcance imediato.

A segregação perdurou apesar dos esforços de veteranos ou não, mas o conflito legou um importante resultado no que se refere a uma percepção da necessidade de mudanças, transformação ou algo assim, pois esse mudar-se fica estranho e possibilita uma interpretação dúbia. Em tal sentido, é importante compreender os efeitos da Ordem Executiva 9981, que assinada em 1948 por Harry Truman, levou ao fim da segregação militar. Pois essa foi uma das primeiras medidas que iam em caminho contrário a ideias pautadas nas práticas da supremacia branca e procuravam corrigir uma falha sócio histórica na forma de se fazer política e compreender o outro, afroamericano, dentro dos Estados Unidos.

1948: O Fim da Segregação ou a Expansão de uma luta?

Como se afirmou, em 1947, dois anos após o fim do conflito a administração de Truman publicou o relatório *To Secure These Rights: The Report of the President's Committee on Civil Rights*. Retomando a ideia de que a experiência indicava que a segregação prejudicava o real desenvolvimento da comunidade, esse texto indicava que “se a razão e a história não foram suficientes para fundamentar o argumento contra a segregação, as experiências recentes o foram. Pois essas demonstraram que a segregação é um obstáculo para o estabelecimento de relações harmoniosas entre os grupos” (1947, p. 82). Ou seja, pequenos espaços nos quais a integração era proposta demonstraram resultados impactantes e de qualidades, ponto que gerava maior defesa a uma mudança de prática e pensamento. Ainda, o relatório afirmou que essas experiências “provam que onde as barreiras artificiais que dividem pessoas e grupos são quebradas, a tensão e o

conflito começam a ser substituídos por um esforço cooperativo” no qual há uma possibilidade da prosperidade dos direitos civis (1947, p. 83).

Em tal sentido, uma das principais consequências imediatas do relatório foi a de que em 1948, através de uma Ordem Executiva, Harry Truman encerrou – teoricamente – a segregação dentro do espaço militar. A ordem emitida por Truman foi sintética, em duas páginas determinou 06 medidas: a primeira visava a impedir qualquer forma de preconceito no espaço de ação militar, fosse de cunho racial, religioso ou decorrente da ancestralidade. O intuito do presidente é que esse ordenamento fosse realizado o mais rapidamente possível. Visando a tal objetivo, a Ordem Executiva 9981 destinou outros cinco artigos para indicar a criação e o funcionamento da *President's Committee on Equality of Treatment and Opportunity in the Armed Services*. O grande foco desse comitê era o de realizar o fomento e controle destas práticas integracionistas, fazendo com que a informação e incentivo circulassem entre os diferentes departamentos, tornando-a de fato uma medida efetiva. Entretanto é fundamental, desde já, deixar claro que essa medida não resultou na efetiva e imediata alteração no que se refere à presença da segregação na sociedade estadunidense. A grande problemática, como indicou Susan-Mary Grant foi a de que apesar de Truman ter sido convencido da necessidade de uma mudança:

o Congresso não [foi]. Porém, as guerras, mesmo frias, sempre valorizadas pelos líderes americanos que procuravam promulgar leis impopulares; em 1948, portanto, Truman formalmente dessegregou as Forças Armadas da nação. Ao travar uma guerra fria, Truman percebeu que não poderia haver discrepâncias gritantes entre os ideais que a América desposava e as práticas que ela tolerava. Infelizmente, não foi com essa lei isolada que a segregação terminou, muito longe disso. Todavia, assim como fizeram dois anos depois na Coreia, já não contavam com um exército segregado (2014, p. 392).

Ou seja, a alteração proposta por Truman não foi amplamente debatida ou defendida, sendo uma proposição de cunho quase que pessoal, imbuída de objetivos políticos. Entretanto, foi um caminho para a solução de uma inconsistência que percebemos no que se refere a prática da Segunda Guerra Mundial: uma luta por liberdade, sendo que mesmo nos Estados Unidos esse não fosse um conceito amplo e receptivo. A Guerra Fria foi um conflito que ampliou ainda mais essas noções diferenciadas entre a problemática interna e a externa, no que tange a uma verdadeira compreensão de ideais como igualdade e respeito aos direitos do Outro – ou seja – daquele que fugisse do estereótipo anglo-saxão.

É nesse contexto que a Ordem Executiva 9981 foi um primeiro passo na ruptura com as estruturas segregacionistas. Porém, é importante destacarmos que, na prática da ação militar, o primeiro momento em que tropas brancas e negras estiveram unidas em combate foi dois anos depois, na Guerra da Coreia. Assim se percebe que os resultados colhidos pelas comunidades afro-americanas, a partir de sua participação no esforço da Segunda Guerra Mundial, lhes foram entregues de maneira muito vagarosa. O que indica Christopher Parker é que o somativo das experiências de guerra dessas comunidades, desde a Revolucionária até a de meados do Século XX, prepararam elas para lutarem por seus direitos, tantas vezes negados. É a partir de tal participação nas forças armadas que se criou a possibilidade de luta pela ruptura, organizada, contra as estruturas segregadas,

afinal, coragem, disciplina e liderança, todas institucionalizadas nas forças armadas, foram utilizadas por veteranos negros que lideraram ou fundaram organizações importantes de direitos civis. Suportar a discriminação e a segregação institucionalizada no serviço militar também preparou os veteranos negros para a insurgência ao retornar à sociedade civil. [...] Assim, a experiência militar, enquanto instituição, era uma fonte de agência para veteranos negros (PARKER, 2009, p. 12).

Assim, compreende-se que o esforço de guerra teve um efeito duradouro. A ação em busca de mudanças não era apenas por parte daqueles que se envolveram diretamente no conflito. Houve grande envolvimento daqueles e daquelas que fizeram parte do esforço interno de guerra no que viriam a ser os grandes movimentos contra a segregação (PARKER, 2009, p. 74). O que a guerra gerou foi uma ampliação das inconsistências das práticas e imposições políticas que levavam a segregação, tornando-se percebidas por grandes parcelas da população. Uma luta por liberdade no exterior não pode ofuscar a necessidade da mesma luta dentro do ambiente interno.

A segregação marcou os Estados Unidos por quase 200 anos, inicialmente escondida em razão da escravização, a posteriori oficializadas com as Leis de Jim Crow. Em meio a esse contexto, ainda que a Segunda Guerra Mundial não seja o único fator que levou à ruptura de tais instituições, é fundamental compreendê-la como um evento marcante para a luta afro-americana. A luta por liberdade e igualdade no exterior só poderia ter efeito se, de fato, ela tivesse continuidade internamente – ainda que através de um longo processo.

É importante compreender que este conflito permitiu a interação com outras populações. Em muitos momentos, a entrada nas forças armadas permitiu a muitos afro-americanos a saída de sua cidade, de sua região, pela primeira vez. Desse ponto de vista, é importante que se compreenda que a partir do momento em que uma percepção de

mundo é ampliada e valorizada não há a possibilidade de se voltar atrás, de apenas se aceitar antigas suposições e imposições.

Ainda que os soldados afro-americanos fossem confrontados com a estrutura da segregação no exterior, os locais muitas vezes ignoravam as determinações segregacionistas perpetradas pelo exército. Um grande número dessa população exterior ignorava tais comandos, ao mesmo tempo em que não só pessoas comuns, como inimigos de guerra, questionavam essa luta por um país que impedia uma verdadeira liberdade para seus próprios soldados. Christopher Parker, ao entrevistar um veterano da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coreia, Sr. Baines, narra um episódio interessante no qual este ex-soldado narra o seguinte, sobre um momento em que sua unidade teria alguns soldados inimigos:

Alguns desses coreanos me fizeram algumas perguntas que realmente doeram. [Um deles] me perguntou: 'Por que você está aqui lutando contra nós? Nós não fizemos nada para você. Você não é livre em seu próprio país, cara'. Isso me machucou, porque era verdade. Nunca me ocorreu que estou aqui lutando contra essas pessoas e nem mesmo sou livre no meu próprio país (PARKER, 2009, p. 97-98).

Ainda que distante do lar, os soldados negros eram confrontados com a problemática apresentada pelo sistema que era imposto às populações negras. Se George Haley destacou em sua entrevista a desconcertante experiência de ser obrigado a utilizar a parte segregada de um restaurante, enquanto soldados alemães capturados podiam utilizar “a parte normal”, aqui temos um cenário ainda mais perturbador. Haley destacou em sua narrativa a força e a problemática de uma questão interna, porém essa marca discriminatória era tão ampla que os próprios inimigos poderiam perceber a falta de sentido na argumentação de uma luta por liberdade – tendo em vista a falta desse valor internamente.

A fala de Baines indica ainda outro ponto, muito importante. Como se indicou, em 1948, Harry Truman oficializou o fim da segregação do Exército – através de uma Ordem Executiva. De certa forma, essa medida poderia ser percebida como efeito advindo do conflito mundial e uma tentativa de mudança, porém esse resultado não resiste a uma análise macro. Em primeiro lugar, é importante destacar o contexto eleitoral do ano de 1948, dessa forma, a Ordem Executiva pode ser considerada um “afago” as populações afro-americanas em troca de apoio no pleito. Ainda, importante se perceber que após a tal política, durante a Guerra da Coreia, as políticas de segregação se mantinham não só como característica do próprio exército, como da própria sociedade estadunidense.

A experiência dos soldados negros, ainda que tenha sido fundamental para ampliar uma noção da importância de novos valores e práticas dentro da sociedade, pode sob este prisma parecer não ter gerado uma ampla alteração do status quo histórico que, como analisamos, é amparado em uma série de mitos baseados em preconceitos e estereótipos. Entretanto, muitos, ao perceberem essas complicadas imposições e problemáticas, foram levados a enfrentar as mesmas a partir de suas experiências, em diversos momentos, advindas do contexto da Guerra Mundial, fosse pelo esforço direto no *front* ou pelo envolvimento em novos espaços que foram abertos no país.

Em tal sentido, há uma compreensão de que o real significado da Segunda Guerra Mundial, ao invés de simbolizar uma verdadeira ruptura com as inconsistências apresentadas pelo sistema segregado, seria o de reforçar uma luta para que essas mudanças de fato ocorressem. Apesar de existirem grupos em oposição a tal integração como indicam Jennifer Brooks (2004) e Christopher Parker (2009). O conflito mundial abriu a porta de oportunidades profissionais antes negadas, ao mesmo tempo possibilitaria o reforço à imagem de soldado afro-americano que estava disposto a se sacrificar por sua nação. O esforço de guerra foi simbólico ao representar uma verdadeira luta por liberdade, possibilitando a percepção da luta contra a opressão dos negros nos EUA – dentro de casa – fosse reforçada e a partir disso fosse buscada com maior avidez.

A guerra, de certa forma, reforçou as distinções que existiam na sociedade estadunidense desde o século XVIII, enquanto se difundia uma imagem de Estados Unidos como o lar dos livres, tal conceito não era realmente um direito de todos – como era afirmado na constituição e declaração de independência. Esse ponto é percebido pela ampliação da luta empreendida pelos movimentos civis, no pós-Segunda Guerra Mundial quando houve um despertar relativo ao absurdo histórico que a opressão e o racismo haviam imposto à sociedade negra.

Percebemos que o conflito tem o papel de oportunizar um novo espaço para a exposição da voz e da participação da população afro-americana, algo que de forma geral havia sido negado nos conflitos anteriores. A Segunda Guerra Mundial, ainda não seja o evento que transformou o conceito de liberdade nos Estados Unidos, aqui começa a ser vista enquanto um catalisador para as mudanças necessárias para que de fato fosse possível afirmar se estar em uma sociedade livre e cuja igualdade seria um dos pilares.

O grande efeito deste conflito mundial foi o de preparar parte da parcela da população segregada para a luta que estava por vir. Muitos dos veteranos, como apontam Jennifer Brooks (2004) e Christopher Parker (2009), se uniram aos já existentes grupos

pelos direitos civis, tais quais a NAACP. A experiência na guerra fez com que os soldados, ao retornarem para a casa lutassem por seus direitos, muitas vezes apoiados por veteranos brancos que viram as agruras que eram impostas perante seus companheiros – ainda que esse apoio em muitos momentos arrefecesse em razão de outros fatores. Como indicou Parker:

militares negros fizeram sacrifícios além daqueles exigidos dos brancos. Inicialmente, eles foram forçados a suportar a discriminação como uma questão de política; mais tarde, permaneceu como uma questão de costume. Grande parte dos estudos sobre as experiências militares dos afroamericanos concentram-se corretamente nas consequências dos maus-tratos aos militares negros e no conflito racial que se seguiu. Mais especificamente, documenta como a discriminação e a segregação afetaram o moral das tropas negras, tornando alguns relutantes em lutar contra o inimigo estrangeiro (2004, p. 89).

A Segunda Guerra não seria um fator de mudança isolado, mas uma exacerbação de históricos maus tratos, a partir das legislações segregacionistas. A falta de vontade de enfrentar o inimigo externo, por parte de muitos soldados negros, estava atrelada à obrigação de lutar contra um inimigo da liberdade, sendo que em casa esse não era um conceito ao alcance dos afro-americanos. O próprio termo afro-americano, como exposto por Christopher Parker (2004), era tido por muitos veteranos como apenas mais uma forma de diferenciar o negro, ampliando a imposição de uma diferença que seria inerente ao ser e impossível de ser superada – termo que indica estar em criação já naquele período.

Ainda que a guerra tenha impulsionado algumas mudanças, a forma como elas ocorreram deu-se menos pelo conflito e mais pelo extremo em que a hipocrisia de um sistema havia chegado. A Ordem Executiva 9981, de Harry Truman, não encerrou com a segregação e o preconceito, mesmo dentro do exército. Porém, um movimento oficial, por parte do Estado, estava iniciando – com uma pressão popular que cresceria – e que chegaria ao ápice ao longo dos anos 1950 e 1960. A guerra, entretanto, foi um caminho necessário para a percepção e exposição das problemáticas do discurso e do sistema que historicamente, dentro dos Estados Unidos, havia tornado a liberdade um bem de poucos.

Conclusão

A partir de uma reflexão quanto as estruturas que levaram a instituição da segregação houve um trabalho relativo a compreender o processo de imposição dos regramentos de Jim Crow. A imposição de um elemento de inferioridade sob as populações afro-americanas foi esmiuçada ao longo dos subsequentes capítulos, trazendo uma reflexão quanto as décadas de 1920, 1930 e 1940. Em tal contexto, a peculiaridade de cada uma das entrevistas aqui utilizadas permitiu uma valorização dos desafios impostos por Jim Crow. O retorno ao Século XIX permitiu a percepção da antiguidade de um preconceito que impactou a vida de milhares de pessoas, aqui resumidas a seis principais experiências atreladas ao estado do Arkansas.

A estrutura social dos Estados Unidos, como pode ser percebido, foi constantemente dividida entre o “nós” e o “eles”, por muito tempo esse outro seria sinônimo do estrangeiro: nativos americanos, negros, chineses, imigrantes no geral. Porém, muito em razão da estrutura escravocrata teve uma agressão constante e legislada, quando se pensa na atualização das legislações migratórias que diminuíram o ataque aos estrangeiros, mas mantiveram nas comunidades afro-americanas. Como se percebeu, a Guerra Civil trouxe um breve período de liberdades e de direitos que oportunizaram a muitos negros o acesso aos direitos políticos, sociais e econômicos que até a década de 1860 eram constantemente negados. Entretanto, tal intervalo na exploração e no ataque ao outro não durou um grande período, pouco mais de uma década após o fim do conflito civil, as estruturas de opressão retomavam sua presença enquanto elementos constituintes das relações entre brancos e negros.

O rescaldo de tal retomada culminou com os regramentos da Jim Crow, a segregação legislada que marcou a sociedade dos Estados Unidos por quase um século, sendo “totalmente desconstruída” apenas na década de 1970. Tais leis foram um ataque a uma série de liberdades e direitos que, conforme a constituição e a declaração de independência afirmavam, seriam de todos e de todas. Ao mesmo tempo, torna-se fundamental reforçar a percepção de que, apesar deem nosso imaginário a realidade da segregação estar associada a um elemento referente ao sul do país, ela atingiu o território nacional de forma integral, com maior ou menor força. Tal expansão foi o que possibilitou a formalização e “aceitação” de um imaginário estereotipado relativo às populações negras, cujo discurso “final” materializou-se no mito do “estuprador negro”, como demonstra (ou afirma) Angela Davis.

Ao mesmo tempo, as vozes ouvidas a partir do acervo do *Pryor Center* permitem a compreensão da forma como as estruturas da segregação forçaram o agir e o pensar das comunidades afro-americanas, bem como os efeitos de tais ações. Em experiências plurais se nota como Jim Crow estava atrelado desde a concepção da vida, até a morte. A marca da segregação deu-se no mundo civil, mas também na estrutura militar.

A percepção relativa ao tratamento dada aos afro-americanos mostra a realidade de um imaginário imposto sob essas populações. Experiências como a de Christopher Mercer marcam o espaço da segregação no cotidiano, enquanto as de George Haley demonstram que mesmo inimigos de guerra teriam maior espaço e direito do que as populações negras. A marca da segregação é ampla e o contexto dos anos 1930 e 1940 proporcionou uma mudança dos rumos do movimento negro.

A crise de 1929, de certa forma, pode ser percebida como uma oportunidade para essas pessoas que, após tanto sofrerem e serem exploradas, encontraram na crise um caminho para alterarem seu status. Essa mudança foi possível através de diversas possibilidades, tais como a mudança de estado/cidade, do acesso a um mercado de trabalho que antes a excluía, bem como na constante busca pela voz e educação. Em tal sentido, o período anterior à Segunda Guerra Mundial deve ser percebido como um catalisador de ações e pensamentos que iriam culminar nos grandes movimentos civis e na luta por direitos iguais e melhores.

As experiências ouvidas permitem uma compreensão da importância de pensarmos a história para além dos grandes nomes e fatos, utilizando de ferramentas que levem a uma percepção das pessoas que geram as alterações e as mudanças, mas muitas vezes continuam desconhecidas do grande público. As vozes que possibilitaram essa pesquisa geram uma publicização de histórias que de outra forma seriam desconhecidas ou diminutas, perante as narrativas que são levadas aos livros históricos. A forma de perceber a segregação e resistir à opressão racista a partir de experiências pessoais é algo que permite a percepção da profundidade da ação e da temporalidade dos movimentos civis, que são muito mais do que apenas a ação ocorrida entre os anos 1950 e 1960.

É essa ação individual que permite percebermos a forma como a resistência das comunidades negras era ampla e forte, demonstrando como o imaginário e os mitos que foram impostos a essas, não passavam de uma construção social cuja marca maior foram as Leis Jim Crow. De tal forma, o grande desafio era o rompimento com essas estruturas e a superação de um imaginário que era aceito pela parcela detentora dos melhores espaços de trabalho e conhecimento. O que as narrativas ouvidas para a construção deste

trabalho deixam claro é que para a superação destes mitos que foram impostos as comunidades negras apenas a ação geraria os resultados desejados.

E é isso que o contexto da guerra oportunizou: a possibilidade de agir, de mostrar-se e de atuar em defesa da nação. Em tal sentido, é importante reforçar que todas as guerras que marcaram a história dos Estados Unidos, as comunidades negras, participaram do conflito buscando por esse espaço e voz, tendo maior ou menor reconhecimento em diferentes momentos. O contexto da Segunda Guerra Mundial, ainda trazia o rescaldo do grande racismo que marcou o primeiro conflito mundial, porém foi percebido como mais propício para uma mudança da situação segregada.

Sob esse prisma é fundamental destacar que o esforço de guerra, na década de 1940, gerou a abertura da frente interna (mão de obra e mundo do trabalho) e da frente externa (teatro europeu e asiático). Em tal sentido, as comunidades negras tiveram uma oportunidade – ainda que em um ambiente segregado – de se colocarem a prova e a serviço de uma nação, de forma a expandirem um movimento de estigmatização as estruturas segregacionistas. Ainda que, em 1948, a Ordem Executiva 9981 tenha encerrado a segregação militar seus efeitos foram mínimos e no próximo conflito em que os Estados Unidos se envolveram, em 1950, as marcas de um exército segregado ainda eram percebidas.

Podemos concluir que, na prática, a Segunda Guerra Mundial pouco alterou a realidade da segregação nos Estados Unidos. Entretanto, foi o contexto da década de 1940 e, logo, o deste conflito, que marcou o impulsionamento dos movimentos por direitos iguais, que marcaram a década seguinte. Ainda que a Guerra não tenha significado a mudança desejada ou buscada, ela possibilitou a ação de diferentes grupos e indivíduos na luta por uma sociedade que pudesse superar os regramentos das leis Jim Crow, movimento que ainda hoje está em curso.

Bibliografia

1. Fontes

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. **Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History**. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/project.php?thisProject=4>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Chester Johnson. **Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History**. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=JOHNSON-J-Chester&displayName=J.%20%20Chester%20Johnson&thisInterviewee=449>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Christopher Mercer. **Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History**. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=MERCER-Christopher-C-Jr&displayName=Christopher%20%20C.%20Mercer%20Jr.&thisInterviewee=514>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Gerald Alley. **Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History**. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=ALLEY-Gerald&displayName=Gerald%20Alley&thisInterviewee=208>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. George Haley. **Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History**. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=HALEY-George&displayName=&thisInterviewee=207>. Acesso em 16 de janeiro de 2022.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Milton Crenshaw. **Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History**. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=CRENSHAW-Milton-P&displayName=&thisInterviewee=494>. Acesso em 16 de janeiro de 2022.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Randall Ferguson Sr; **Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History**. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=FERGUSON-Randall-Sr&displayName=&thisInterviewee=428>. Acesso em 16 de janeiro de 2022.

2. Trabalhos Citados

ADICHIE, Chimamanda. *The Danger of a Single Story*. TEDGlobal, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 15 jan. 2022.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. *Revista de História Oral*, v. 15, n° 2, p. 159 - 166, 2012.

American Experience; Freedom Riders; Interview with Diane Nash. Disponível em: https://americanarchive.org/catalog/cpb-aacip_15-2f7jq0tn9b. Acesso em 04 de setembro de 2022.

AMMON, Harry. **James Monroe: The Quest for National Identity**. New York: McGraw-Hill, 1971.

BARROS, José. Memória e História: Uma discussão conceitual. *Revista Tempos Históricos*, v. 15, n°1, p. 317-343, 2011.

BENDER, Thomas. **História de los Estados Unidos: una nación entre naciones**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

BLACKBURN, Robin. **A Queda do Escravismo Colonial**. São Paulo: Record, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BLUMENBERG, H. **Work on Myth (Studies in Contemporary German Social Thought)**. Cambridge: MIT Press. 1985.

BOTTICI, C. **A Philosophy of Political Myth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BOTTICI, C. e CHALLAND, B. Rethinking Political Myth: The Clash of Civilization as a Self-Fulfilling Prophecy. *European Journal of Social Theory*, vol. 9, n. 3, p. 315-226, 2006.

CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. *Revista NUPEM*, v. 11, n° 23, p. 8 – 28, 2018.

BROOKS, Jennifer. **Defining the Peace: World War II Veterans, Race and the Remaking of Southern Political Tradition**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

CARROLL, H. The Senator from Ohio, Allen Thurman. Org.: **Twelve Americans: Their Lives and Times**. Freeport: Books for Libraries Press, 1971.

- CHALMERS, David. **Hooded Americanism: The History of the Ku Klux Klan**. Durham: Duke University Press Books, 1987.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CLAUSON, Loryn. Reconstruction Era, 1863-1877. In: WILSON, Jamie. **50 Events that Shaped African-American History: An Encyclopedia of the American Mosaic**. Greenwood: Gale eBooks, pp. 121-139, 2019. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/CX7926500019/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=1837984b. Acesso em 27 de março de 2021.
- CORRIGAN, L. The (Re)segregation Crisis Continues: Little Rock Central High at Sixty. *Southern Communication Journal*, v. 83, n° 2, p. 65 – 74, 2018.
- CRANE, Susan. Writing the Individual Back into Collective Memory. *The American Historical Review*, v. 102, n° 5, pp. 1372-1385, 1997.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DAVIS, Jefferson. **The Rise and Fall of the Confederate Government**. Boston: Da Capo Press, 1990.
- DU BOIS, William. **Black Reconstruction in America 1860-1880**. New York: Free Press, 1999.
- ESTADOS UNIDOS. **Constituição (1787)**. **Constituição dos Estados Unidos da América**. Washington: National Archives Building. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CDOC-110hdoc50/pdf/CDOC-110hdoc50.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.
- ESTADOS UNIDOS. **Declaração de Independência (1776)**. **Declaração de Independência dos Estados Unidos da América**. Washington: Biblioteca do Congresso. Disponível em: https://en.wikisource.org/wiki/United_States_Statutes_at_Large/Volume_1/Organic_Laws_of_the_United_States/Declaration_of_Independence. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.
- ESTADOS UNIDOS. **13ª Emenda da Constituição (1864)**. **13ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América**. Cornell Law School: Legal Information Institute. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/constitution/amendmentxiii>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.
- ESTADOS UNIDOS. **14ª Emenda da Constituição (1868)**. **14ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América**. National Archives: America's Founding Documents. Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs/amendments-11-27#toc-amendment-xiv>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.
- ESTADOS UNIDOS. **Kansas-Nebraska Act (1854)**. **Kansas-Nebraska Act** Congresso dos Estados Unidos da América. Biblioteca do Congresso. Disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=28>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.
- FONER, Eric. **Forever Free: The Story of Emancipation and Reconstruction**. New York: Knopf, 2005.
- GLASSBERG, David. A sense of History. *The Public Historian*, v. 19, n. 2, p. 69-72, 1997.
- GONZÁLEZ-DAY, Ken. **Lynching in the West**. Duke: Duke University Press, 2006.
- GRANT, Susan-Mary. **Uma História Concisa dos Estados Unidos**. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- HAMMOND, John. President, Planter, Politician: James Monroe, the Missouri Crisis, and the Politics of Slavery. *Journal of American History*, vol. 105, n° 4, pp. 843-867, 2019.
- HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- HARARI, Yuval. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2019.
- HARRELL, Don. **A Pryor Commitment: The Autobiography of David Pryor**. Little Rock: Butler Center Books, 2008.
- HEIDENREICH, Donald. Articles of Impeachment against President Andrew Johnson. In: SHALLY-JENSEN, Michael. **Secrets, Leaks and Scandals**. Salem Press: Grey House, pp. 76-89, 2018. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/CX7952200019/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=ef791ed5. Acesso em 27 de março de 2021.
- HILLSTROM, Laurie. Radical Reconstruction. **Reconstruction, Omnigraphics**. Defining Moments: Gale eBooks, pp. 45-61, 2016. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/CX6052900014/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=c15e8455. Acesso em 27 de março de 2021.
- HILLSTROM, Laurie. Andrew Johnson (1808-1875): President who Fought with Congress over Reconstruction. **Reconstruction, Omnigraphics**. Defining Moments: Gale eBooks, pp. 127-131, 2016. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/CX6052900023/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=3521eed3. Acesso em 27 de março de 2021.
- HOWE, Daniel. **Making the American Self: Jonathan Edwards to Abraham Lincoln**. Boston: Harvard University Press, 1997.
- JEFFERSON, R. Race, Disability and Black – World War II Veterans in Postwar America. *The Historian*, v. 65, n°. 05, p. 1102 – 1124, 2003.

- KELLEY, Blair. **Right to Ride: Streetcar Boycotts and African American Citizenship in the Era of Plessy v. Ferguson (The John Hope Franklin Series in African American History and Culture)**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.
- LEFFLER, Melvyn. The emergence of an American grand strategy, 1945–1952. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed). **The Cambridge History of the Cold War**. New York: Cambridge University Press, 2010, v.1, p. 67-89.
- LIDDINGTON, Jill. “O que é História Pública?”. In: ALMEIDA, J; ROVALI, M (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. P. 31 – 52.
- LITWACK, Leon. **North of Slavery: The Negro in the Free States, 1790-1860**. Chicago: University of Chicago Press, 1961.
- MCMANUS, J. **Deadly Sky: The American Combat Airman in World War II**. Novato: Presidio Press, 2000.
- MCNESSE, Tim. **The Transcontinental Railroad and Westward Expansion: Chasing the American Frontier**. New Jersey: Enslow Publishers, 2006.
- MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- METTGER, Zak. **Reconstruction, America After the Civil War**. Birmingham: Lodestar Books, 1994.
- MOORE, Glover. **The Missouri Controversy, 1819-1821**. Lexington: University of Kentucky Press, 1953.
- MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Curitiba, Appris, 2020.
- ONKST, David. “First a Negro... Incidentally a Veteran”: Black World War Two Veterans and the G.I. Bill of Rights in the Deep South, 1944-1948. *Journal of Social History*, vol, 31, nº 3, pp. 517-543, 1998.
- PACKARD, Jerrold. **American Nightmare: The History of Jim Crow**. United Kingdom: St. Martin's Griffin, 2003.
- PAINTER, Nell. **Creating Black Americans: African-American History and Its Meaning, 1619 to the present**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- PARKER, Christopher. **Fighting for Democracy: Black Veterans and the Struggle against White Supremacy in the Postwar South**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- PEATMAN, Jared. Reconstruction Acts in the United States (1867-1868). In: JINKS, Peter; MCKIVIGAN, John. **Abolition and Antislavery: A Historical Encyclopedia of the American Mosaic**. Gale eBooks: Greenwood, pp. 271-272, 2015. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/CX6346100112/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=1b4e7a84. Acesso em 27 de março de 2021.
- PIVEN, F; CLOWARD, R. **POOR PEOPLE'S MOVEMENTS: Why They Succeed, How They Fail**. New York: Vintage Books, 1977.
- PEREIRA, Wilma. Os imaginários sociodiscursivos na argumentação sobre homossexualidade na revista *últimato*. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - CE, 2014.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade, v. 14, p. 7 – 24, 1997.
- PRESIDENT'S COMMITTEE ON CIVIL RIGHTS. **To Secure these Rights: The Report of the President's Committee on Civil Rights**. New York: SIMON AND SCHUSTER, 1947.
- PRESTON, Daniel. **James Monroe: An Illustrated History**. Missoula: Pictorial Histories, 2008.
- RIESENBRODT, Martin. **The Promise of Salvation: A Theory of Religion**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- SCHRECKER, Ellen. McCarthyism's Ghosts: Anticommunism and American *Labor*. *New Labor Forum*, nº 4, p. 6-17, 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40342219> (acesso: 07/fev. 2022).
- SPENCER, Herbert. **The Man versus the State**. London: Williams and Norgate, 1884.
- STANLEY, Amy. Instead of Waiting for the Thirteenth Amendment: The War Power, Slave Marriage, and Inviolable Human Rights. *American Historical Review*, v. 115, nº 3, pp. 732-765, 2010.
- STERLING, Dorothy. **The Trouble they Seen: The Story of Reconstruction in the Words of African Americans**. Boston: Da Capo Press, 1994.
- STOLER, Mark. The Second World War in American History and Memory. *The Future of World War Two Studies: A Roundtable*, Diplomatic History, v. 25, p. 383-292, p. 2001.
- TAYLOR, Jon. **Freedom to Serve: Truman, Civil Rights and Executive Order 9981**. New York: Routledge, 2013.
- TEED, Paul; TEDD, Melissa. Prologue: Slavery, War, and Emancipation. **Reconstruction: A Reference Guide**. ABC-CLIO: Guides to Historic Events in America, pp. xxv-xxxvii, 2015. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/CX6050300012/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=98a72f84. Acesso em 27 de março de 2021.
- TEED, Paul; TEDD, Melissa. The Defeat of Reconstruction. **Reconstruction: A Reference Guide**. ABC-CLIO: Guides to Historic Events in America, pp. 125-151, 2015. Disponível em:

link.gale.com/apps/doc/CX6050300018/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=4089116d. Acesso em 27 de março de 2021.

TEED, Paul; TEED, Melissa. Defining Moments Essay: How Did the Passage of Southern Black Codes Change the Direction of Reconstruction. **Reconstruction: A Reference Guide**. ABC-Clío: Guides to Historic Events in America, pp; 159-167, 2015. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/CX6050300021/GPS?u=ufsmbooks_br&sid=GPS&xid=bf6c1155. Acesso em 30 de março de 2021.

THOMPSON, James. *Should I Sacrifice to live 'Half American'?* *The Pittsburgh Courier*. January 31, 1942. Disponível em: <https://perspectives.usmmm.org/item/should-i-sacrifice-to-live-half-american>

UNITED STATES OF AMERICA. **Executive Order Number 9981**. 1948. Disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=84>. Acesso em 07 de fevereiro de 2022.

US SENATE. The Kansas-Nebraska Act. Disponível em: https://www.senate.gov/artandhistory/history/minute/Kansas_Nebraska_Act.htm#:~:text=It%20became%20law%20on%20May,territories%20to%20sway%20the%20vote. Acesso em 03 de setembro de 2022.

VILLENEUVE, Todd. **Racial Violence in the United States, 1863 to present**. Disponível em: http://racialviolenceus.org/RVD_Home_Writings.html.

3. Trabalhos Consultados

ANDERSON, K. **Little Rock: Race and Resistance at Central High School**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

BADER, M; WARJENTIEN, S. The Fragmented Evolution of Racial Integration since the Civil Rights Movement. *Sociological Science*, v. 3, nº 8, p. 135 – 166, 2016.

BOYD, H. Little Rock Nine paved the way, *New York Amsterdam News*, v. 98, nº 40, 2007.

CHOWDHURY, I. Looking the Tiger in the Eye: Oral History, Heritage Sites and Public Culture. In: DEAN, D. (ed.). *A Companion to Public History*, Hoboken, New Jersey: Wiley Blackwell, 2018, p. 149 – 162.

CLARK, K; CLARK, M. Segregation as a Factor in the Racial Identification of Negro Pre-School Children: A Preliminary Report. *The Journal of Experimental Education*, v. 8, nº 2, p. 161 – 163, 1939.

COLEMAN, K. The Voting Rights Act of 1965: Background and Overview. *Congressional Research Service*, 2015.

CORRIGAN, L. The (Re)segregation Crisis Continues: Little Rock Central High at Sixty. *Southern Communication Journal*, v. 83, nº 2, p. 65 – 74, 2018.

DUMOULIN, O. **O Papel Social do Historiador: da cátedra ao tribunal**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

FAGUNDES, B. História Pública Brasileira e Internacional: Seu Desenvolvimento no Tempo, possíveis consensos e dissensos. *Revista NUPEM*, v. 11, nº 23, p. 29 – 47, 2019.

FREEMAN, D. Kenneth B. Clark and the Problem of Power. *Patterns of Prejudice*, v. 42, nº 4/5, p. 413 – 437, 2008.

FREEMAN, D. Reconsidering Kenneth B. Clark and the Idea of Black Psychological Damage, 1931 – 1945. *Du Bois Review; Social Science Research on Race*, v. 8, nº 1, 2011.

FERRAZ, F. Desmobilização e reintegração social das tropas brasileiras e americanas da Segunda Guerra Mundial: um estudo comparativo. *Revista Antíteses*, v. 7, p. 467, 2014.

FERRAZ, F.; RODRIGUES, P. Os Estados Unidos e as bases sociais e institucionais para o retorno dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. *Diálogos (Maringá)*, v. 14, p. 627-652, 2010.

FREYER, T. Politics and Law in the Little Rock Crisis, 1954 – 1957. *The Arkansas Historical Quarterly*, v. 40, nº 3, p. 195 – 219, 1981.

GRAN, S. M. **Uma História Concisa dos Estados Unidos**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

HINE, D. Black Professionals and Race Consciousness: Origins of the Civil Rights Movement, 1890 – 1950. *Journal of American History*, v. 89, nº 4, p. 1279 – 1294, 2003.

HOBBSAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORTON, J. Slavery in American History: un uncomfortable National dialogue. In: HORTON, J; HORTON, L. *Slavery and Public History: The Tough Stuff of American Memory*, New York: The new Press / University of North Carolina, 2009, p. 35 – 55.

KIRK, J. **Beyond Little Rock: The Origins and Legacies of the Central High Crisis**. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2007.

KLUGER, R. **Simple Justice: The History of Brown v. Board of Education and Black America's Struggle for Equality**. New York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2004.

- KOZOL, J. **The Shame of the Nation: The Restoration of Apartheid Schooling in America**. New York: Three Rivers Press, 2006.
- KOZOL, J. Overcoming Apartheid. *The Nation*, New York, 19 de dezembro de 2005. Acessado em 06 de outubro de 2020: <https://www.thenation.com/article/archive/overcoming-apartheid/>.
- MAI, L. 'I Had a Right to Be at Central': Remembering Little Rock's Integration Battle. *Time Magazine*, New York, 22 de setembro de 2017. Acessado em 06 de outubro de 2020, <https://time.com/4948704/little-rock-nine-anniversary/>.
- MACK, K. **Representing the Race: The Creation of the Civil Rights Lawyer**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- MAUAD, A; SANTHIAGO, R; BORGES, V. (org.). *Que História Pública Queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- MCMANUS, J. **Deadly Sky: The American Combat Airman in World War II**. Novato: Presidio Press, 2000.
- MCMANUS, J. **Fire and Fortitude: The US Army in the Pacific War, 1941 – 1943**. New York: Dutton Caliber, 2019.
- McNEIL, G. **Groundwork: Charles Hamilton Houston and the Struggle for Civil Rights**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983.
- MEIER, A; RUDWICK, E. Attorneys Black and White: A Case Study of Race Relations within the NAACP. *The Journal of American History*, v. 62, ° 4, p. 913 – 946, 1976.
- MORRIS, A. A Retrospective on the Civil Rights Movement: Political and Intellectual Landmarks. *Annual Review of Sociology*, v. 25, p. 517 – 539, 1999.
- NESDALE, D. Social Identity Processes and Children's Ethnic Prejudice. In: BENNETT, M; PENIEL, J. **The Black Power Movement: Rethinking the Civil Rights – Black Power Era**. Londres: Routledge, 2006.
- PECHATNOV, Vladimir. The Soviet Union and the World, 1944–1953. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne (ed.). **The Cambridge history of the Cold War**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 90-111. v. 1.
- SANI, F. **The Development of the Social Self**. Londres: Routledge, p. 219 – 245, 2004.
- SCHWENK, M. Reforming the Negative through History: The U.S. Information Agency and the 1957 Little Rock Integration Crisis. *Journal of Communication Inquiry*, v. 23, n° 3, p. 288 – 306.